

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 664
18 de Setembro de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

OUTONO 86



Pág. 5/Semana

A Comissão Permanente da Assembleia da República reúne hoje. Em declaração política na reunião da semana passada, Carlos Brito afirmou que durante o período de suspensão dos trabalhos do plenário, o Governo não se coíbiu de prosseguir a sua política de guerrilha institucional com a Assembleia.

A actividade desenvolvida pelo Governo, especialmente no seu relacionamento com a Assembleia da República, torna imprescindível que a Comissão Permanente exerça efectivamente a primeira das suas competências constitucionais, praticando os actos de fiscalização necessários — disse o presidente do grupo parlamentar do PCP.

Passar à ofensiva

«Retomar a actividade política significa para as forças e os partidos democráticos da oposição maioritária retomar o diálogo, definir as linhas e objectivos de uma necessária convergência de acção e de política. Para o PCP significa passar na conjuntura actual à ofensiva, dar continuidade às grandes lutas de massas da época estival.»

Editorial

Conselho Nacional da CGTP-Intersindical concluiu pela necessidade de, a todos os níveis, reforçar a luta dos trabalhadores.



Pág. 4

estão aí eleições para autarquias

— desenvolver e consolidar Abril

Pág. 8

Angola

Em 17 de Setembro, Dia do Herói Nacional, o MPLA-PT exorta o povo angolano a honrar a memória de Agostinho Neto com a defesa intransigente da revolução.

Pág. 11

África do Sul

A revolução sul-africana está na rampa de lançamento. Nada a poderá deter. Entrevista com um dirigente comunista sul-africano.

Pág. 12

Afeganistão

A retirada parcial das tropas soviéticas é uma tentativa para dar uma solução política à agressão que o imperialista norte-americano move contra o país a partir do Paquistão. Entrevista com Kawoun Sedique.

Pág. 10

Em Foco /

Avante!
Ano 56 - Série VII
18 de Setembro de 1986
40\$00

«Se va a acabar la ditadura militar!»

CHILE

13 anos de ditadura

— entrevista com o camarada Mário Navarro, na Festa do «Avante!»

— entrevista em Moscovo com o secretário-geral do PC do Chile, camarada Luís Corvalán

— a solidariedade da juventude portuguesa



Págs. 1, 2, 3 e 4 do EF

REFORMADOS

Cidadãos de plena discriminação

— conversa com dirigentes do MURPI e da UPPSS

e ainda
AS FOTOS DA FESTA

Editorial

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 664

18 de Setembro de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Passar à ofensiva

A recente visita de Cavaco Silva aos Estados Unidos, as personalidades da vida americana com quem contactou e a natureza particular das questões tratadas, ainda insuficientemente conhecidas do povo português, não se podem inscrever no âmbito de uma simples visita protocolar.

Os problemas de ordem política, militar e económica vindos a público e abordados durante as «férias americanas» do Primeiro-Ministro português, sem a consulta e audiência prévias de outros órgãos do Poder, ultrapassam o quadro normal das relações entre Estados e brigam claramente com a independência e a soberania nacionais.

Cavaco Silva foi até à Casa Branca conferenciar com o fanático visionário da «guerra das estrelas», Reagan; tratou com o «falcão» Weinberger um maior comprometimento de Portugal na estratégia militar nuclear do Pentágono; falou com o senhor Carlucci tão nosso conhecido e com o senhor William Casey, o chefe da CIA; conversou com Shultz; «descansou» dois dias na «mansão de férias» do sr. Bush; entrevistou-se no Business Council com altos magnates da finança americana — do Chase, do Hanover Trust, do City Bank, do Morgan Bank e outros — aos quais os governos de direita dos últimos anos, no quadro da ofensiva contra a Banca nacionalizada, abriram prioritariamente a actividade bancária portuguesa à «iniciativa» privada. E para «compensar» estes contactos de «classe» falou também com os dirigentes da AFL-CIO — a central sindical divisionista dos Estados Unidos, financiada pela CIA.

Falou ainda com o conhecido «grupo dos duros», de origem portuguesa, de Newark, de quem ouviu «conselhos» sobre a estratégia das alianças da direita em Portugal.

Significativamente, as conversações militares coincidiram com o agravamento das tensões nas zonas do Mediterrâneo e da África Austral e com a decisão do governo espanhol de não renovar o acordo para a continuação das bases americanas em Espanha.

O falado argumento das «facilidades especiais» à marinha de guerra americana nos portos dos Açores — onde, como se sabe, o acordo das Lajes permite, em caso de «grave emergência militar», colocar sob jurisdição americana todo o arquipélago — nos Açores onde o separatismo levantou ultimamente cabeça a propósito da questão dos símbolos e do hino; a activação da instalação em Almodôvar da estação de rastreio de satélites militares dos Estados Unidos; a passagem para o controlo do Pentágono — logo que cesse o contrato com a RFA ou conjuntamente com ela — da utilização da Base Aérea de Beja pela aviação estratégica dos Estados Unidos, foram, segundo consta, questões abordadas por Cavaco Silva na sua visita.

Não se pode deixar de sorrir quando se ouviu o presidente dos Estados Unidos «realçar» a «posição determinante» de Portugal na CEE e na NATO (o sublinhado é nosso)...

Se nesta sinistra «caldeirada» metermos a dúbia posição do Governo Cavaco/PSD relativamente às acções banditescas da Unita e da Renamo em Angola e Moçambique, que Cavaco tratou nos Estados Unidos, e sobre o «apartheid» (o Governo português discorda das sanções económicas à África do Sul

porque lesariam os países limítrofes — que, contudo, as exigem! — à África do Sul, onde agora o presidente da Região Autónoma dos Açores, Alberto João Jardim, foi passar duas semanas de «férias» a convite do sr. Pick Botha) ficaremos mais elucidados sobre as linhas de força da política externa portuguesa sob o Governo minoritário de direita Cavaco/PSD.

E também sobre os perigos que ameaçam a paz e a segurança dos portugueses a troco das «contrapartidas» e da «ajuda» militar a Portugal pelos Estados Unidos.

As conversações «económicas» do tecnocrata Primeiro-Ministro português com os «business men» americanos não são menos preocupantes para o povo português. A colonização económica alarga-se com a colonização política, diplomática, cultural e militar.

Cavaco Silva agitou como acicate para os «investidores» americanos os velhos argumentos de Salazar e Caetano: o baixo custo da mão-de-obra e a «engenhosidade» dos trabalhadores portugueses, o clima social «pacífico» de Portugal.

Compreende-se agora melhor porquê o Primeiro-Ministro português pretende impor com mão de ferro aos trabalhadores do seu país um tecto salarial que não repõe — e a curto prazo reduziria ainda — o poder de compra dos salários.

Cavaco Silva acenou como meritórias para Portugal as enormes diferenças salariais entre os trabalhadores portugueses e os dos outros parceiros e aliados de Portugal na CEE e na OCDE.

O Governo que em Portugal recusa aumentos superiores a 13/14% aos trabalhadores da Rodoviária Nacional, STCP, da CP, da Função Pública, dos CTT e de outras empresas nacionalizadas, e exalta nos Estados Unidos, pela boca do seu Primeiro-Ministro, que o custo médio de um trabalhador em Portugal foi em 1985 de 1,43 dólares/hora contra 4,78 em Espanha, 7,67 em França, 9,55 na RFA e 13,20 nos Estados Unidos.

No momento em que a CGTP-IN, com base num aprofundado estudo, mostra que em Portugal o peso dos salários, ordenados e vencimentos no Rendimento Nacional passou de 46,5% em 1983 para 41,6% no 1.º trimestre de 1986, que os salários cresceram em média de 18,7% entre 1981 e 1985, ao passo que os rendimentos dos empresários e proprietários cresceram em média de 29,5% e se prevê que cresçam em mais de 400 milhões de contos (contra 240 milhões para os trabalhadores) não deixa de ser significativa a mercandagem do Primeiro-Ministro.

Cavaco Silva, o «comandante» da guerra social contra os trabalhadores, cuja política está na base, como causa objectiva, do crescente mal-estar e desestabilização do mundo do trabalho, foi dizer aos financeiros americanos que em Portugal reina a paz social, que quase não há lutas nem greves — «em Portugal, disse ele no Business Council, as greves só provocaram a perda de 0,01% de dias de trabalho»!

Os números publicados pela CGTP dão uma correctiva resposta às falsificações do Primeiro-

-Ministro e até mesmo os números publicados pelo Ministério do Trabalho, apesar de falsos, o desmentem.

Segundo os números da Inter, já em 1986 (1.º semestre) registaram-se 378 conflitos laborais (o MT dá apenas 249). Seis meses de lutas, em que a greve foi a forma mais combativa e sensível, são pura e simplesmente escamoteados das «estatísticas» do Primeiro-Ministro.

A luta dos trabalhadores da Panasqueira, da INCM, das Minas da Borralha, da Covina, da Tomé Feteira, da Lisnave, da Carris, da EPAC, do Grupo Mondego, da Mármore do Condado, da IVIMA, da Roldão, da Custódio Dâmaso, do JN, da CP, da Prescrul, da Siderurgia, dos TIR, do Hospital Miguel Bombarda, da UTIC, da CIFA, da Parry & Son, do Metro, da Tinco, dos CTT, da Sitenor, da Olaio, dos SM do Porto, da Setenave; as importantes lutas e greves do período estival da Sorefame, da Cimianta, da Tabopan, da Sintex, dos Médicos policlínicos, dos Gráficos, dos Metalúrgicos, dos Químicos, da Têxtil, dos Portuários, dos Cimentos e Fibrocimentos, dos Infantários do Centro, da Segurança Social do Porto, das Moagens da Madeira, dos Guardas Prisionais, dos Trabalhadores da Saúde, do STAL, da Polícia Judiciária, dos Transportes de Coimbra, da IPSS de Setúbal, da Hotelaria, dos Pescadores de Vila do Conde e de outros portos pesqueiros, das Cervejeiras, dos Vidreiros, dos trabalhadores da Reforma Agrária e com destaque das lutas ainda em curso da RN, do STCP, dos Mineiros, dos Vidreiros, dos Pescadores do arrasto costeiro e outros — lutas que só neste ano de 86 constituem o mais formal desmentido da «paz social» que o Primeiro-Ministro levou na sua falsificada «bagagem» para os Estados Unidos — mostram que a classe operária e os trabalhadores portugueses, acompanhados por importantes lutas e acções de agricultores, de reformados, de pequenos e médios empresários, arruinados pela política do Governo, se recusam a aceitar a canga da exploração agravada que está na base dessa política.

Os «acenos» aos investidores americanos envolveriam concessões que condenariam ainda mais Portugal a um papel de apêndice dos monopólios dos Estados Unidos.

Cavaco oferece como atractivo ao grande capital americano «a exploração dos nossos recursos naturais, a sua utilização e valorização, a modernização das nossas produções tradicionais e projectos que envolvem a inovação e promoção de uma matriz tecnológica adequada ao nosso desenvolvimento».

Os «projectos» do Governo Cavaco/PSD já os conhecemos das Grandes Opções do Plano para 1985. Assentavam principalmente na exploração e industrialização dos produtos florestais (leia-se a eucaliptização das nossas florestas e a destruição da nossa riqueza florestal — que vai sendo operada pela onda dos incêndios de origem criminosa — e o fabrico de celulose para fornecimento das papeleiras da CEE e dos Estados Unidos) e é evidente que nas «ofertas» aos magnates americanos se envolvem ainda os nossos recursos mineiros, como o cobre e eventualmente os recursos petrolíferos existentes na plataforma marítima da

Resumo

10

Quarta-feira



As amizades dele são perigosas para Portugal

Em Washington, Cavaco Silva convida os capitalistas americanos a investir em Portugal para, segundo ele, «contribuírem para a modernização da economia» ■ Em comunicado, o MURPI considera que os aumentos nas pensões agora decretados pelo Governo contemplando apenas três por cento dos cinquenta mil pensionistas constituem uma «suja manobra pré-eleitoral, já usada por outros governos de direita» ■ Graças à perseverante luta dos trabalhadores da empresa, o CG da RN apresenta na reunião de conciliação novas propostas o que abre perspectivas de solução próxima do conflito ■ Pinochet anuncia um plebiscito para reforçar os seus poderes repressivos e, enquanto isso, são descobertos mais dois cadáveres, de um professor e de um operário raptados há dias por esquadrões da morte armados pela polícia política ■ A força aérea e a marinha israelita atacam alvos civis no Líbano matando pelo menos três pessoas e ferindo catorze ■ No terceiro dia da visita à China do primeiro vice-primeiro-ministro soviético Nikolai Talyzin, a URSS e a China assinam novos acordos consular e de cooperação ■ A Câmara dos Representantes da Bolívia aprova o decreto de estado de sítio legalizando a repressão generalizada no país.

11

Quinta-feira

O Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, encontra-se em Washington com o director da CIA e, segundo a Anop, ouve mais do que fala ■ As Comissões de Trabalhadores da banca nacionalizada, reunidas em encontro nacional, exigem a demissão do ministro das Finanças, pelos ataques que tem movido ao sector ■ Os órgãos representativos dos trabalhadores da Sorefame e da Cometna, aproveitam a visita à Amadora do Presidente da República, a propósito do sétimo aniversário da elevação da localidade a município para lhe entregar um documento sobre a situação daquelas empresas ■ Jovens democratas de todas as tendências concentram-se no Consulado do Chile em Lisboa



Foi há treze anos que a barbárie se instalou no Chile

para assinalar a passagem do 13.º aniversário do golpe fascista naquele país e em solidariedade com a luta da juventude e do povo chilenos ■ Um dos principais cientistas que trabalhava no projecto da «guerra das estrelas» Peter Hagelstein abandona as pesquisas, segundo os seus colegas, perturbado com a ideia da utilização para fins militares do seu trabalho ■ No Brasil, um milhão e meio de trabalhadores entram em greve depois do malogro na negociação dos aumentos salariais

■ Sob os auspícios da Casa Branca, o primeiro-ministro israelita e o presidente do Egipto encontram-se em Alexandria para tentarem actualizar os acordos antipalestinos de Camp David.

12

Sexta-feira

Em comunicado, o PCP considera a recente visita de Cavaco aos EUA como «mais uma indisfarçável manifestação da política de crescente dependência e subserviência face ao imperialismo» ■ Por iniciativa da Associação dos Produtores de Tomate do Ribatejo, cerca de duzentos e cinquenta agricultores concentram-se junto às instalações da fábrica Sugal na Azambuja para protestar contra as dificuldades criadas pelo Governo em consequência da adesão à CEE ■ Em artigo publicado nos EUA, o presidente brasileiro José Sarney acusa os Estados Unidos de tratarem a América Latina como «um quintal das transnacionais» ■ Os Estados Unidos realizam no Nevada o décimo sexto teste nuclear desde a declaração da moratória unilateral soviética ■ Na sequência de uma denúncia feita pelo jornal «Star», o governo racista da África do Sul reconhece a existência de campos de concentração para crianças ■ Czeslaw Kiszczak anuncia a libertação de todos os 225 indivíduos presos por delitos de carácter político.

13

Sábado

Álvaro Cunhal em entrevista à RDP: «No actual quadro político e partidário da AR, é possível a formação de um novo governo, sem o recurso a eleições antecipadas» ■ O Conselho Nacional da CGTP-IN considera que, em consequência da política do actual Governo, continua a di-



Conferência de Imprensa da Comissão Executiva da CGTP-IN

minuir o peso dos salários no Rendimento Nacional Bruto e a aumentar o peso dos lucros e rendimentos de propriedade ■ A Coordenadora Nacional dos Sindicatos dos Médicos (Norte, Centro e Sul) anuncia uma greve geral e nacional para a primeira quinzena de Outubro e uma grande concentração de médicos frente à AR, «se se mantiver a actual intransigência do Ministério da Saúde» ■ A ditadura de Pinochet endurece os ataques à imprensa e Igreja ao mesmo tempo que o número de pessoas mortas a tiro pelos esquadrões da morte esta semana se elevava para cinco.

14

Domingo

Os pescadores do arrasto costeiro iniciam uma greve que se prolongará até sexta-feira como forma de obrigar as entidades patronais que ainda acatam as decisões da Associação dos Armadores de Pesca Industrial a assinarem o contrato colectivo ■ Em comunicado, o Conselho Nacional do Movimento Ecologista Português, Partido «Os Verdes» critica a au-

LIBERTAD PARA CHILE



Solidariedade em todo o mundo com o povo chileno

sência de uma política de ambiente por parte do Governo e anuncia para Novembro uma Convenção Nacional extraordinária devido à «gravidade dos problemas ambientais» e «à degradação e mal-estar sociais» ■ Realiza-se em Madrid sob o lema «Liberdade para o Chile» uma grandiosa manifestação de solidariedade com a luta do povo chileno.

15

Segunda-feira

Em plenário de sindicatos, os trabalhadores da RN, decidem desconvoacar as greves marcadas para os próximos dias por considerarem que, face às últimas propostas do CG, houve um avanço nas negociações ainda que aquém das necessidades ■ Em carta enviada ao Presidente do Conselho de Gerência da empresa, representantes dos trabalhadores da ANOP acusam o Governo de pretender apresentar a extinção da empresa como um «facto consumado» ■ Na reunião do Conselho de Ministros da CEE, Portugal tenta, por todas as formas, impedir a aplicação de sanções económicas contra a África do Sul ■ Um novo tremor de terra abalou a cidade grega de Kalamata causando 37 feridos que se juntam às duas dezenas de mortos e 300 feridos provocados pelo abalo sísmico de sábado ■ Enquanto o primeiro-ministro francês anuncia um plano de luta contra o terrorismo, em Paris, na Perfeitura da Polícia, explode uma bomba que provoca ferimentos em trinta pessoas ■ O governo da Bolívia liberta cerca de cem presos políticos, detidos no passado dia 28 de Agosto na sequência da imposição do estado de sítio naquele país.

16

Terça-feira

O Conselho da Comunicação delibera por unanimidade que a Anop deve manter-se no sector público da comunicação social com a garantia dos respectivos postos de trabalho ■ A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços denuncia o desmantelamento pelo Governo do património da EPAC através da aprovação de um decreto-lei agora promulgado pelo Presidente da República que cede parte do património daquela empresa a uma outra, a Silopor SARL ■ Em face de compromissos escritos assumidos pelo Conselho de Gerência dos STCP, os sindicatos decidem levantar as paralisações previstas para esta semana ■ A Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra exige do Ministério da Educação o levantamento de uma sindicância ao ensino superior privado em Portugal ■ Em sessão solene os órgãos representativos dos trabalhadores da Setenave assinalam a passagem do XI Aniversário da Nacionalização da empresa ■ A CEE aprova sanções conjuntas contra a África do Sul mas, sob pressão da RFA e de Portugal, acaba por retirar o carvão da lista de produtos abrangidos ■ Inicia-se, em Berlim, o XI Congresso Sindical Mundial. Manuel Carvalho da Silva da CGTP é um dos primeiros oradores e José Luís Judas é eleito para a presidência da Comissão de Direitos Sindicais ■ Nas bolsas de Nova Iorque e Tóquio regista-se uma queda acentuada nos preços dos valores transaccionados ■ É inaugurada em Nova Iorque a quadragésima primeira sessão da Assembleia Geral da ONU.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tragem média do mês de Junho: 33 475

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII

N.º 664

18 de Setembro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

INTENSIFICAR A LUTA!

O Verão que finda — já o dissemos —, não foi um tempo vago de lutas. No discurso de encerramento da Festa do «Avante!», cujos ecos ainda ressoam no país, o secretário-geral do PCP referiu-se ao «desenvolvimento impetuoso da luta de massas, que tem caracterizado o período do Governo Cavaco Silva, em particular nos meses de Junho, Julho e Agosto», como constituindo «um desmentido formal à demagogia do Governo».

«Só nestes últimos três meses»,

recordou então o dirigente comunista, «estiveram em luta mais de meio milhão de trabalhadores de 12 sectores e cerca de 200 empresas, dos quais recorreram à greve mais de 150 mil». Findo o Verão, no retomar do ano político, as lutas vão decerto intensificar-se. Pela demissão do Governo, reclamam, com o PCP, cada vez mais amplas massas de trabalhadores e de democratas. Contra a política de classe do Governo, como afirma a CGTP-Intersindical Nacional,

que reuniu recentemente o seu Conselho Nacional.

Um novo ano aí vem, para o mundo do trabalho e das instituições.

Intensificando as lutas pelos seus direitos e contra a ofensiva restauracionista do executivo de Cavaco Silva, os trabalhadores lutam também por uma alternativa democrática de que serão um sólido e decidido suporte, por um governo democrático que resolva os grandes problemas nacionais. ■



O Militante

Proletários de todos os países. UNI-VOS!

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O borda d'água

Ribeiro Teles, vereador monárquico na Câmara Municipal de Lisboa, exibiu nova vocação na última reunião do executivo — a de borda d'água.

Que ia chover a potes em Lisboa, anunciou ele, sobrepondo a voz ao estrondo da trovoadas que se aproximava.

Que ia ficar tudo inundado, previu ele numa notável exibição premonitória, chapéu de chuva a jeito.

Que vai haver outra vez uma grande desgraça e tudo por causa «duma indiscriminada ocupação total do solo», ao arripio do Plano Director de Lisboa, garantiu ele; definitivamente proceloso em pleno paço do concelho.

E — espanto dos espantos! — tais receios confirmaram-se nas suas linhas (de água) gerais, «como horas antes da assustadora queda de água o vereador Ribeiro Teles lembrava, em sessão de Câmara», segundo sublinhava um vespertino da capital, num boquiaberto «head-line» de primeira página e em coro com outro que, em compensação, puxava o prodígio para antetítulo de página interior. Portanto Ribeiro Teles além de ribatejano, vereador, arquitecto, ecologista, paisagista, monárquico, político de esquerda, de direita e antes pelo contrário, (predicados e evidências do domínio público e, certamente, privado), revelou-se também, agora, meteorologista.

Mas não um meteorologista qualquer.

Um meteorologista qualquer, embrulhado em «depressões frontais», «anticiclones» e «frentes», limita-se a prever o tempo.

Gonçalo garante chuva.

Mais do que isso, Gonçalo vê a inundaçã, as suas causas e efeitos, anuncia o desastre — e tudo com horas de antecedência.

Gonçalo não pode ser, de facto, um meteorologista qualquer, pois não há qualquer (ou seja, nenhum) meteorologista que consiga produzir tão vasta e precisa cadeia de previsões. O homem configura uma feliz associação de Instituto de Meteorologia e Geofísica com mistérios de arte propiciatória. Gonçalo pode não ser nobre, sendo monárquico, não ser meteorologista, fazendo previsões, mas afirma-se, sem dúvida, como um manda-chuva de primeira água. Transportando-se a tão dinâmicos fluidos, é entretanto natural que Gonçalo Ribeiro Teles tenha dificuldade em reconhecer o que deixou cá por baixo, no percurso antediluviano que há dias encetou, numa radiosa tarde de tempestade.

É que com respeito à «indiscriminada ocupação total do solo» com que são agredidos «os limites fixados no Plano Director de Lisboa» (que é uma maneira um pouco molhada, para não dizer xaroposa, de referir os desmandos urbanísticos de Abecasis e C.) — supostamente responsável das inundações a haver — temos, da parte de Gonçalo/futurologo, um passado cheio de neblinas. E não apenas matinais, dado que ocorreram em outras zonas do dia as frequentes aquiescências vereantes do voto de Gonçalo às trampolinhas da gestão Abecasis. Deixando, solitária, a única oposição real a tais desmandos (a APU), quando o seu voto, somado aos da vereação Povo Unido, podia constituir um real embargo à tal «indiscriminada ocupação total do solo».

Mas se quisermos exemplos mais concretamente ligados às preocupantes (e sem dúvida previsíveis) inundações na capital, podemos falar dos que se relacionaram com as propostas da APU, de alteração do Plano e Orçamento da Câmara aquando da sua recente (e mais uma vez trampolineira) aprovação, sem aumento de encargos e no sentido de prevenir novas catástrofes pluviais com obras concretas e a implementar sem demora.

Nessa altura — talvez porque ainda se estivesse em princípio de Verão — o meteorologista Gonçalo não adivinhou chuva e absteve-se a seco. Impedindo as alterações e as medidas propostas. O que não o coíbe, agora, de pôr o nariz no ar com preocupações de barómetro.

Ó Gonçalo, e se fosse ver se chove?!...

HC

Trabalhadores

Na banca nacionalizada

Forte oposição

aos projectos do Governo

• CT's pedem a demissão de Cadilhe

Apenas com três abstenções, as comissões de trabalhadores (CTs) da banca acabam de pedir a demissão do ministro das Finanças, Miguel Cadilhe. As CTs que se abstiveram são naturalmente afectas em maioria ao partido do Governo. Na quinta-feira da semana passada, aquela estrutura representativa dos trabalhadores bancários propôs à Assembleia da República a elaboração de um inquérito à gestão do Banco Nacional Ultramarino e decidiu lançar uma campanha de esclarecimento da população sobre o estado em que se encontra a nacionalização dos bancos e acerca do projecto governamental de reprivatização. Recorde-se que o plenário das CTs tomou por várias vezes posição pública contra o chamado «projecto de decreto-lei de transformação do estatuto jurídico de bancos nacionalizados em sociedades anónimas». O projecto foi também condenado por várias estruturas sindicais.

Tomada em finais de Julho a decisão do Governo no sentido de transformar alguns bancos nacionalizados em sociedades anónimas de responsabilidade limitada (SARL) não foi enviada à Comissão Coordenadora das CTs da Banca para apreciação e emissão de parecer. Logo em 8 de Agosto o Executivo Nacional da Coordenadora protestava contra essa atitude do Governo que assim desrespeitava mais uma vez a Lei 46/79 que manda ouvir as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) em casos destes e semelhantes. Do parecer que mesmo assim

foi emitido pela Coordenadora destaca-se, no que respeita mais directamente aos trabalhadores e ao emprego, a criação de «um denominado fundo de pensões» e um outro de «garantia» que as ORTs da banca nacionalizada consideram, na generalidade, um passo para o desemprego no sector, designadamente através da «criação de quadros de excedentes» e, no que respeita à chamada «garantia», o aparecimento do Estado «a substituir-se ao capital privado na solvência das instituições privadas nacionais ou estrangeiras».

Rejeição dos projectos do Governo

Depois de sublinhar, logo no primeiro ponto do seu parecer, que a matéria da legislação do Governo sobre a banca nacionalizada é do âmbito incontroverso da Assembleia da República, a Coordenadora representada pela sua direcção acrescentava que os projectos do Governo são indubitavelmente inconstitucionais. Basta ver que a transformação dos estatutos das instituições de crédito em sociedades anónimas «traduz, segundo as CTs, uma clara desnacionalização», liminarmente rejeitada pelos trabalhadores.

As CTs reunidas em plenário no dia 7 de Agosto findo tomaram uma decisão em sete pontos num dos quais se requeria, «com carácter de urgência, uma reunião com o ministro das Finanças, onde as posições das CTs face à situação que se está a viver no sector bancário sejam apresentadas e defendidas».

Essa reunião não se realizou. Pelo menos publicamente nada se soube.

A «reestruturação» de Cadilhe prosseguiu, pelos vistos com manifesto agrado do Governo, e frontal oposição das organizações representativas dos trabalhadores, principalmente a nível de local de trabalho.

A decisão da Coordenadora das CTs de 7 de Agosto referia o recurso «imediato à Presidência da República, à Presidência da Assembleia da República, à Comissão Permanente da AR e aos grupos parlamentares no sentido de requerer a inconstitucionalidade dos citados projectos de decretos-leis, bem como um pedido urgente de reunião às comissões parlamentares de Economia, Finanças e Plano e do Trabalho».

Ao mesmo tempo era feito um apelo à unidade «entre todas as estruturas representativas dos bancários», e designadamente «aos três sindicatos do sector, para a concertação de acções conjuntas com a Comissão Coordenadora» das CTs da banca.

Já em Setembro, as CTs efectuaram novo plenário confirmando as conclusões anteriores e reclamando a intervenção dos órgãos do Poder.

Nacional

A visita de Cavaco aos EUA

Cavaco Silva, Primeiro-Ministro de Portugal, viajou recentemente pelos Estados Unidos. Em viagem privada diz-se. Uma viagem «privada» que incluiu, entre outros, encontros com o director da CIA e com o nosso bem conhecido Carlucci.

Sobre este estranho «passeio» de Cavaco Silva, a SIP do PCP, em tempo oportuno, emitiu o seguinte comunicado:

1. A viagem do Primeiro-Ministro aos Estados Unidos da América constituiu mais uma indistigável manifestação da política de crescente dependência e subserviência face ao imperialismo que, crescentemente, caracteriza a política externa do governo minoritário de Cavaco Silva.

2. Na verdade, tudo quanto foi tornado público do programa da visita de Cavaco Silva — audiências com o Presidente e Secretário da Defesa dos EUA; com o Director da Agência de Espionagem CIA; com agentes internacionais do divisionismo sindical; com poderosos banqueiros e outros homens de negócios norte-americanos — bem como as declarações aí proferidas pelo Primeiro-Ministro assumem inegável e gravíssimo significado político. Por detrás de umas e de outras antevêm-se novos envoltórios do governo português no apoio político, diplomático e logístico à política belicista, agressiva e provocatória do terrorismo de Estado do governo norte-americano (designadamente no Médio Oriente, na América Central e na África Austral); novos compromissos e ce-

dências para a utilização, por parte das Forças Armadas dos EUA, de instalações militares em território português (designadamente nos Açores); novas aberturas para a espoliação de riquezas e do património nacional por parte das grandes empresas transnacionais norte-americanas e para a intervenção e ingerência norte-americana na política interna portuguesa.

3. Acentuando toda a gravidade de política deste conjunto de iniciativas, a declaração de Cavaco Silva — qualificando como um «facto consumado» a ocupação de Timor-Leste por parte da Indonésia — além de representar uma escandalosa demissão do governo português das suas responsabilidades e compromissos contraria frontalmente a política definida e defendida pelo Estado português.

4. Inserida na mesma política de subserviência, servilismo e alinhamento pelos círculos mais retrógrados do imperialismo internacional não pode também deixar de sublinhar-se a posição recentemente expressa pelo governo português, através do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, de oposição à aplicação de sanções económicas contra o governo racista da África do Sul. Uma tal posição — além de contrariar frontalmente os sentimentos da esmagadora maioria da população portuguesa

— coloca Portugal numa situação de vergonhoso isolamento internacional, mesmo no quadro da Comunidade Económica Europeia.

5. Os recentes desenvolvimentos da política externa portuguesa, para além de confirmarem a orientação inconstitucional e contrária ao interesse nacional do governo minoritário do PSD — evidenciam que Cavaco Silva e a sua equipa, tendo consciência da sua crescente fraqueza e isolamento políticos, em Portugal, procuram nos sectores mais reacçãoários da cena política internacional, os apoios que lhes permitam sobreviver.

6. A urgente substituição do governo minoritário do PSD por um governo capaz de aplicar uma política externa que salvguarde os interesses, a dignidade e a independência nacionais é, cada vez mais, uma tarefa inadiável que se coloca a todas as forças e sectores políticos democráticos, tornando imperiosa a sua necessária convergência por forma a viabilizar uma alternativa democrática ao governo e à convergência por forma a viabilizar uma alternativa democrática ao governo e à política actuais.

11.9.86

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

60 ANOS DE LUTA

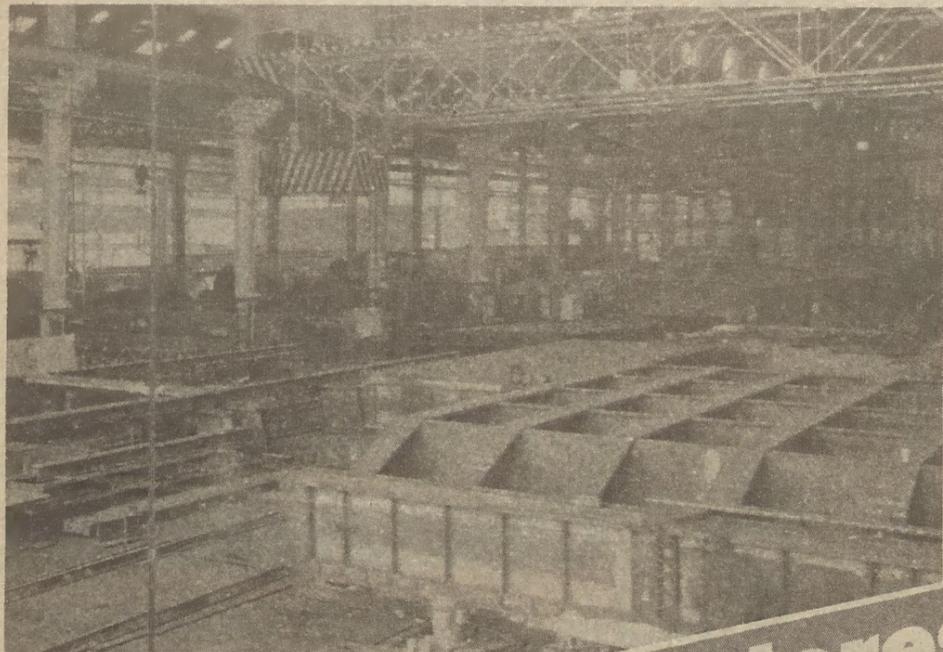
ao serviço do povo e da pátria



Uma grande iniciativa do *edições Avante!*

Trabalhadores

LUTAS E TAREFAS



Sectores

SERVIÇOS

● 70 por cento de adesão à greve nos CTT

Reunida para fazer «o balanço da luta», nomeadamente da «greve geral dos dias 8 e 9», a comissão negociadora sindical (CNS) da Federação dos Correios (FCT) e dos Sindicatos (SNTCT/SINTEL) emitiu um comunicado, no passado dia 10, onde a dada altura se lê que «as elevadas percentagens de adesão registadas a nível nacional, superiores a 70 por cento, demonstram bem que os trabalhadores dos CTT não aceitam imposições do Governo nem de ninguém, e que a tentativa de aplicação de tabelas de 14,5 por cento, mandada assinar aos divisionistas para que os seus «patrões» do Governo tenham pretexto para as aplicar, jamais serão aceites pelos trabalhadores». Sabia-se entretanto através da Federação que o correio está muito atrasado, havendo na estação de Cabo Ruivo, por onde passam 60 por cento das cartas, encomendas e outro material expedido de todo o País, «pilhas de sacos de correspondência» por despachar. Se a administração e o Governo não aceitarem uma base de negociação da ordem dos 17,6 por cento de aumentos salariais, a greve prosseguirá até ao próximo dia 21.

METALOMECÂNICA

● Menos 781 trabalhadores na Mompur
● «Desaparecem» administradores na Sorefame

O Instituto de Participações do Estado (IPE) e a administração da Mompur querem despedir mais cinquenta trabalhadores. Segundo apurámos no princípio deste mês junto da Comissão Unitária (CUT) daquela fábrica de metalomecânica do sector empresarial do Estado, além dos salários pagos com atrasos desde 1982, «os despedimentos são o pão nosso de cada dia». A pretexto do que chamam «medidas para a rentabilização», a direcção da Mompur e o IPE conseguiram apenas fomentar o trabalho precário e reduzir desde 1982 o total de trabalhadores de 1218 para 437, acabando com 781 postos de trabalho. Os despedimentos e as tentativas nesse sentido, fortemente contrariadas, com recurso à luta no sector, atingem toda a metalomecânica pesada pertencente ao sector empresarial do Estado que, além da Mompur, inclui a Sorefame, a Cometna e a Equimetal. Afirma a CUT que, a par dos despedimentos, a Mompur «aluga trabalhadores a empresas fantasmas, que nem impostos pagam ao Estado». Na Sorefame, onde está prevista para hoje, 18, uma assembleia de accionistas, as organizações representativas (ORT's) dos trabalhadores continuavam, na passada quinta-feira, a não conseguir focalizar nenhum administrador da empresa. A uma semana da assembleia de accionis-



tas, a administração está ausente em parte incerta, pelo menos no que respeita a contactos com as ORT's, que pretendem discutir garantias quanto a postos de trabalho e à viabilização da empresa. As ORT's da MMP entregaram um dossier sobre o sector ao Presidente da República.

TRANSPORTES

● Anúncio de novas greves faz evoluir posição do Governo quanto à RN
● Interrompidas negociações no Porto (STCP)

O anúncio de novas paralisações na Rodoviária Nacional para terça e quinta-feira desta semana levou o conselho de gerência a formalizar «finalmente novos valores», afirmava na quarta-feira da semana passada a FSTRU (Federação sindical dos rodoviários) ao referir-se à contratação colectiva da empresa em fase de conciliação no Ministério do Trabalho. Se o acordo não se confirmar, a RN volta à greve (terça-feira, 16, entre as 3 e 30 e as 9 e 30, nos sectores de passageiros e mercadorias, e entre as 10 e o meio-dia: administrativos e oficinas; hoje, 18, das 3 e 30 às 13, no primeiro caso, e das 10 às 12 horas para os restantes trabalhadores, exceptuando bares e cantinas. Neste último caso, as paralisações estão marcadas para o período das 16 às 18 horas). Sabia-se entretanto que o conselho de gerência do Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP), interrompia as negociações de conciliação, na delegação nortenha do Ministério do Trabalho. Os representantes sindicais, que abandonaram a sala em sinal de protesto, prevêem novas paralisações. Tanto

em Lisboa como no Porto e outros pontos do País, as greves dos transportes têm-se prolongado por todo o Verão. Na CP, continuam os protestos sindicais pela falta de cumprimento do protocolo de carreiras subscrito em Abril findo por dois elementos da direcção da empresa, incluindo o seu presidente. Os trabalhadores e os sindicatos protestam também pelo atraso no pagamento dos aumentos das pensões de reforma e pelo aumento da sinistralidade na empresa. Estão previstas formas de luta incluindo a greve.

QUÍMICOS

● A ordem é despedir
● Menos 1182 postos de trabalho só em 1985 na Portucel

Além da extinção da CNP, os despedimentos têm ido de vento em popa no sector químico. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, o conselho de gerência da Portucel, depois de ter reduzido, só em 1985, 1182 postos de trabalho no seu quadro de efectivos, não abandona a ideia de prosseguir com os despedimentos. Na Petrogal, durante o ano passado e até Março de 1986, desapareceram 500 postos de trabalho, e há ameaças de mais despedimentos. Em Julho findo, a Sapec incluía nos seus «objectivos de gestão» 500 despedimentos até ao final do ano que vem. Na Firestone, são 40 os previstos até ao fim de 1986. Na Ar Líquido, estava prevista a extinção de 60 postos de trabalho. Na Quimigal (76 fábricas com um total de 9500 trabalhadores) o Governo continua com o projecto de alienar o património desta grande empresa pública, vendendo designadamente as participações que o Estado detém na Fjlsipe, Tíncio e Lusofane. Nos planos dos gestores e do IPE, estão ainda, segundo o Sindicato, desinvestimentos selectivos e redução de

2000 postos de trabalho até ao fim de 1987. Entre as empresas com salários em atraso nos finais de Julho, o Sindicato referia a Celtex (Portalegre) Poladiv e Farisol. «Podemos dizer — afirma o Sindicato dos Químicos do Sul — que, com o Governo Cavaco Silva, todos os problemas do nosso sector se agravaram: o desemprego, os salários em atraso, trabalho precário, encerramento e falência de empresas, a continuação da política de destruição do aparelho produtivo», designadamente a escalada no assalto ao sector empresarial do Estado. Sabia-se entretanto através do secretariado da Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica que «quatro dos cinco membros da comissão liquidatária da CNP (Companhia Nacional de Petroquímica), EP foram recentemente obsequiados com a oferta de novíssimos «Citroën BX» último modelo, no valor de 2400 contos cada um». Recorde-se que a extinção da empresa, decretada pelo Governo Cavaco ameaça com o desemprego centenas de trabalhadores.

ALIMENTAÇÃO

● Conciliação na UCAL após marcação de 48 horas de greve

Está marcada para hoje, 18, às 15 horas a primeira reunião no Ministério do Trabalho, iniciando-se deste modo o processo de conciliação do ACT (acordo colectivo de trabalho) da UCAL, após 48 horas de greve com os quais os sindicatos que pediram a conciliação ameaçam avançar, numa primeira fase, se se mantiver a intransigência da direcção da empresa que, segundo o secretariado da Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacêutica, «provocou a interrupção das negociações (directas) da revisão do ACT». A greve e, se necessário a agudização da luta, foi aprovada num plenário dos trabalhadores efectuado no passado dia 9.



Trabalhadores

A luta deve intensificar-se contra a política de classe do governo Cavaco

Dez meses passados desde que Cavaco Silva e os seus ministros governam este país, a situação político-social é marcada pelo «contínuo agravamento dos problemas centrais dos trabalhadores e do país em flagrante contraste com a favorável situação financeira» resultante da conjuntura internacional. Esta foi uma das principais conclusões da reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN que este fim-de-semana se realizou em Lisboa.

Na sua análise da situação económica do país, o Conselho Nacional ponderou dados novos que apontam para uma redução da parte dos salários no Rendimento Nacional Bruto acompanhada por uma subida dos lucros. Razão têm por isso os trabalhadores para recorrerem às «mais variadas e longas formas de protesto e de reivindicação que atingiram um notável nível de intensidade nos últimos meses», já que é dos seus direitos fundamentais, da sua garantia e defesa que se trata.

Conjuntura favorável desperdiçada pelo Governo

Na opinião do Conselho Nacional da CGTP, «a contínua e deliberada campanha propagandística do Governo, através dos mais influentes canais de comunicação social no sentido de dar uma imagem popular» da sua política, não pode mais ocultar a realidade que é este Governo não ter, de facto, «um plano de desenvolvimento económico e de progresso social» que aproveite as excepcionais condições financeiras proporcionadas por uma favorável conjuntura internacional.

Para estas excepcionais condições financeiras a que o Governo e a sua política são completamente alheios, concorrem o aumento, em termos reais, da produtividade (mais 3,5 por cento que em 1985) e, em grande medida, a melhoria substancial dos termos de troca com o exterior (mais 10 por cento).

Tal melhoria é marcada pela queda do preço das importações (menos 3 a 4 por cento) devido à baixa substancial do preço do petróleo que poupou ao país cerca de cento e cinquenta milhões de contos. A baixa dos preços dos cereais e outras importações devido à desvalorização do dólar face ao escudo, aliada a uma subida paralela do preço das exportações, contribuem igualmente para este «respirar fundo» que se regista na situação financeira. Situação que o Governo desbarata em oferendas ao capital e em prejuízo da economia nacional.

Política de rendimentos beneficia o capital

Mas se, como diz a CGTP, o Governo não tem um plano de desenvolvimento que conduza à

melhoria efectiva das condições de vida dos trabalhadores, a julgar pelos novos dados da situação vindos a lume na reunião do Conselho Nacional da Intersindical Nacional, é legítimo pensar que exista um plano concertado para proporcionar cada vez mais rendimentos a quem nunca, desde há uns tempos, se queixou da sua escassez, por outras palavras, os capitalistas.

Entre 1981 e 1985, os salários cresceram à média anual de 18,7 por cento, enquanto que, no mesmo período, os rendimentos de empresa e propriedades atingiram os 29,5 por cento por ano, afirma-se num recente relatório da OCDE sobre Portugal e que o Conselho Nacional da CGTP cita. A previsão para 1986 apenas acentua a tendência registada nos últimos cinco anos. Crescimento de 240 milhões de contos (mais 18 por cento que em 1985) dos salários e de 400 milhões de contos para os outros rendimentos (mais de 25,8 por cento que em 1985).

Feitas as contas relativamente ao Rendimento Nacional Bruto, isto quer dizer que, em 1985, os salários representavam 45,3 por cento do RNB para 49,7 por cento dos rendimentos de empresa e propriedade. A perspectiva para este ano não é, neste como noutros aspectos, nada animadora: o peso dos salários baixa para 43,5 por cento e o dos outros rendimentos sobe para 51,2 por cento.

Considera a CGTP que, em 1985, «para manter a parte dos salários no rendimento nacional, na situação verificada na melhoria das razões de troca, teria sido necessário que os salários reais crescessem pelo menos 5 por cento e não os cerca de 2 por cento» que na realidade cresceram. Em 1986, adianta o Conselho Nacional, «apesar de se prever uma subida do salário real em cerca de 5 por cento, seria necessário que eles tivessem subido, pelo menos, 10 por cento», isto devido à já referida melhoria das razões de troca e ao aumento da produtividade média «sem grandes modificações no nível do emprego».

Não se trata por isso, como os dados em presença atestam, de «greves políticas», como o Governo e as suas máquinas de amplificação apregoam acerca das lutas dos trabalhadores.

Considera o Conselho Nacional da CGTP que «os trabalha-

• No Rendimento Nacional aumenta a parte dos lucros e baixa a dos salários, afirma o Conselho Nacional da CGTP-IN



dores têm razões concretas para lutarem: os seus problemas não são resolvidos e o Governo, quando não prima pela inércia, adopta ou apoia formas de confrontação, de intransigência e até de repressão policial».

Reforçar a luta dos trabalhadores

Ao analisar a situação político-social, a reunião do Conselho Nacional da CGTP concluiu pela necessidade de, a todos os níveis, reforçar a luta dos trabalhadores. Aponta, para isso, um conjunto de direcções prioritárias entre as quais avultam: «a luta pela redução do tempo de trabalho para quarenta horas semanais» e a luta pelo direito ao trabalho «respondendo à destruição do aparelho produtivo e ao aumento do trabalho precário e clandestino, denunciando e resistindo aos inúmeros processos de despedimento colectivo que o patronato tem em curso».

Considera a CGTP que é necessário ainda desenvolver e intensificar a luta nas seguintes

áreas: política reivindicativa, sector empresarial do Estado — exigindo nomeadamente a não ratificação pela AR do decreto-lei de extinção da CNP — os salários em atraso, a defesa dos direitos e liberdades sindicais nas empresas, o exercício dos direitos de participação da CGTP-IN nos níveis e organismos determinados pela Constituição. «O reforço da organização sindical, da sindicalização e da organização dos desempregados, dando corpo ao sentimento e intervenção unitária que se manifesta em todos os sectores» são igualmente, aspectos a ter em conta.

O Conselho Nacional da CGTP-IN concluiu, finalmente, pela necessidade de «aprofundar, no seio do movimento sindical, o debate sobre a política global de rendimento e apresentar, em breve, uma proposta reivindicativa da política de rendimentos», de forma a inverter-se rapidamente a tendência acima registada de diminuição do peso dos salários no rendimento nacional.

Nacional

Açores

A Autonomia só se realiza no quadro do regime democrático

Como pode uma maioria ficar isolada? Por estranho que pareça foi o que aconteceu nos Açores, durante a sessão recentemente realizada e promovida pela Assembleia Regional, comemorativa do décimo aniversário da Autonomia. Sessão marcada pelo veto presidencial ao diploma de revisão do Estatuto Autónimo — o qual deverá ser reapreciado pela Assembleia da República ainda esta semana — a comemoração teve o mérito de, pela voz dos partidos representados naquela Assembleia Regional, mostrar e sublinhar o posicionamento das forças políticas quanto às questões da Autonomia que comemorava dez anos.

Passando sobre os gestos de mau «folclore» — óculos escuros e sinais de luto ridículo — e sobre as disposições protocolares que, pelo menos, quiseram diminuir a dignidade de alguns convidados, cinjamo-nos às palavras ditas. Palavras que, umas, foram direitas ao essencial; outras, aproveitando o ensejo, se esforçaram na confrontação das instituições; outras ainda procuraram fugir ao que de fundamental se tratava.

O deputado comunista Decq Mota, no início da sua intervenção, chamou a atenção para o facto de que «comemorar o 10.º aniversário da Autonomia não deverá ser nem oportunidade para um acumular de palavras sem um sentido útil, nem momento ou sede própria para procurar esclarecer situações que, sendo importantes, não se podem confundir com o essencial. Comemorar o 10.º aniversário da Autonomia», afirmou ainda, «terá

que ser, antes de mais e acima de tudo, ocasião privilegiada para procurar clarificar o essencial do entendimento sobre a Autonomia e contribuir para a sua consolidação e defesa».

Confrontação e isolamento

Os discursos do Presidente da Assembleia Regional e do líder PSD, apoiados pela sua maioria que fez questão em mostrar-se fria face à presença do Presidente da República, afastaram-se da razão de ser da sessão. E enveredaram pelo tom apocalíptico procurando alijar responsabilidades. Quanto ao Presidente da Assembleia Regional, as «más relações institucionais» não ficariam a dever-se às conhecidas atitudes do PSD açoriano. Disse ele que «não deixamos de ver que forças minoritárias, agitadoras e antidemocráticas não de-

E. Kulkov
O. Rjchevski
I. Tchelichev

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Qual o conteúdo concreto da literatura burguesa acerca da 2.ª Guerra Mundial?

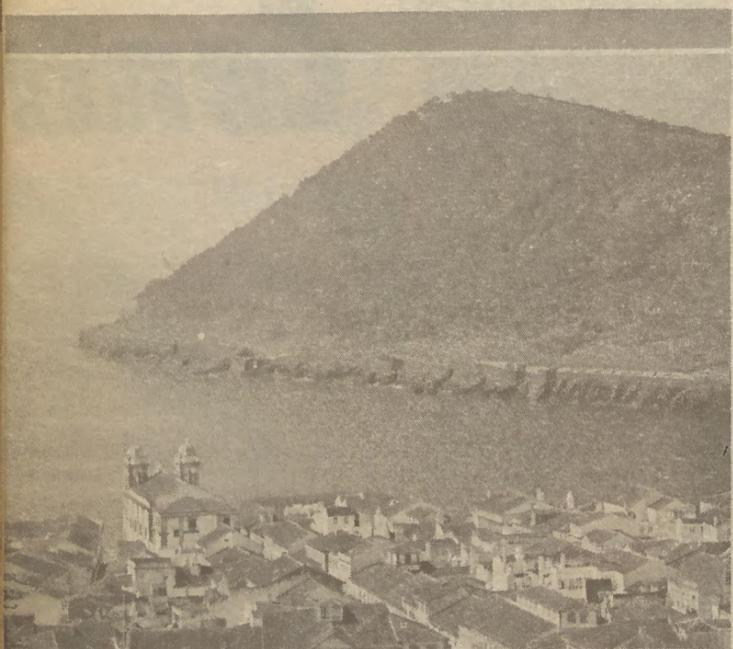
Quais os métodos mais típicos para falsificar a História e ocultar a verdade?

Saiba tudo isto e descubra também a verdade sobre a 2.ª Guerra Mundial.

edições *Avante!*

Assembleia da República

Comissão Permanente quer parecer das FA que Governo escamoteia



sistem de trabalhar para envênar o clima das boas relações institucionais e para inviabilizar a solução autonómica consagrada na Constituição...

Esconjurando «os fantasmas do novo colonialismo», como chegou ao ponto de afirmar, aquele dirigente «social-democrata» verberou o facto de se «pretender», «fazendo interpretações sempre e sempre mais restritivas das nossas prerrogativas constitucionais», «subordinar, diminuir ou amesquinhar». Falava da revisão do Estatuto, claro. E do facto de ele ter de vir a ser reapreciado.

«Este lamentável incidente», como classificou a situação, «ficará infelizmente, e com mágoa o digo, a enegrecer esta primeira década da autonomia».

Afinando pelo mesmo diapasão, o líder da bancada PSD, haveria de queixar-se também: «Ao cabo de dez anos de vivência de autonomia democrática, tínhamos o direito de esperar que se não duvidasse da clareza das nossas propostas e da limpidez dos nossos objectivos». Invocando Sá Carneiro, afirmou que o separatismo está... «no continente»!

Completamente isoladas ficaram, porém, estas vozes. Nenhum outro partido acompanhou nem o tom nem o conteúdo das intervenções dos «maioritários».

Se o Partido Socialista se ficou por um discurso de circunstância, se o do CDS primou pela confusão, aproveitando, por outro lado, o «deslize» do seu mal-amado parceiro PSD para fazer um discurso patrioteiro, o certo é que as veleidades dos discípulos de João Bosco não tiveram ressonância.

Autonomia é conquista de Abril

O representante do PCP na Assembleia Regional, que vincou de início considerar o Partido Comunista Português que a sessão assumia o «carácter de importante e significativo acontecimento político», recordou que, «para se compreender profundamente a Autonomia, tem que se ter bem presente a realidade das Regiões Autónomas nos seus múltiplos e complexos aspectos».

«Para se defender consequentemente a Autonomia tem que se ter», afirmou, «igualmente bem presente que o modelo constitucionalmente consagrado não satisfaz as ambições e os desígnios de domínio de alguns. «As instituições autonómicas

existem», continuou Decq Mota, «têm os seus poderes no essencial definidos, e essa existência, associada a esses poderes, determina a possibilidade de os açorianos fazerem face às especificidades e aos problemas concretos da sua Região».

«Não é no entanto suficiente constatar-se a existência de órgãos regionais com poderes próprios para se poder definir a Autonomia. Há que aprofundar mais e verificar-se-á que a Autonomia só surgiu com a democracia e tal não acontece por acaso».

«Só após a implantação do regime democrático teve o conjunto do País condições para reconhecer que os Açores e a Madeira eram regiões com especificidades tais que se impunha, para elas, sem quebra da unidade do Estado, mas antes como factor da unidade da Nação, uma forma de organização do poder que corresponde-se, à partida, a essas particularidades — esta é a mais profunda e verdadeira raiz democrática da Autonomia Regional.»

O representante comunista, que recordaria que o PCP não recusa e até promove aperfeiçoamentos e clarificações dos aspectos relacionados com a Autonomia, sublinhando, por outro lado, que o Partido Comunista recusa «que se parta do falso princípio de que a Autonomia é uma abstracção que pouco ou nada tem a ver com a Constituição da República e que poderia, periódica ou permanentemente, entrar em **roda livre** até ao infinito», afirmou:

«Não se pode perder de vista que entre o sistema constitucional da Autonomia e o todo que é a Constituição há uma relação umbilical que, se fosse cortada, significaria a liquidação da Autonomia».

«Por outras palavras, cabe acentuar que, por um lado, a Autonomia só se cumpre, só se realiza e só se aprofunda no quadro do regime democrático e, por outro lado, o regime democrático pressupõe para sua defesa a existência do sistema autonómico».

«Por tudo isto, o PCP defende que a Autonomia Regional é uma grande conquista da Revolução de Abril que, enquadrada nas instituições e na vida democrática nacional, corresponde a exigências da realidade objectiva e a sentidas aspirações das populações dos Açores e da Madeira».

«Por tudo isto, o PCP defende consequentemente a Autonomia Regional que, tal como as outras grandes conquistas de Abril ficou consagrada na Constituição.»

A Comissão Permanente da Assembleia da República reúne-se hoje para apreciar a questão relacionada com o estatuto político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Na semana passada, a Comissão Permanente da AR requereu para a sessão de hoje a presença do ministro da Defesa e do secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares.

Teve esta iniciativa por objectivo fazer, com a presença do Governo, uma melhor apreciação da questão relacionada com o estatuto político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, já que, na anterior reunião, o Governo PSD se furtou a entregar à Assembleia da República o parecer (ou pareceres?) do Estado-Maior General das Forças Armadas sobre o referido estatuto.

Em resposta a um prévio requerimento da Comissão Permanente, limitou-se o Governo a informar (?) que o parecer entregue ao partido governamental aquando do debate em plenário do referido estatuto era do ministro da Defesa Nacional e não das Forças Armadas. E foi este parecer que o Governo forneceu, aí se lendo que o ministro da Defesa Nacional considera os polémicos artigos 2 e 3 do referido estatuto — relativos às honras a prestar aos símbolos regionais — como não oferecendo «garantia de constitucionalidade no que respeita às cerimónias militares e às unidades das Forças Armadas».

Este comportamento do Governo foi criticado violentamente por todos os partidos da Oposição, sem excepção, designadamente o facto do Governo ter sonegado o memorando enviado pelas Forças Armadas sobre o assunto e ainda o facto de o parecer do ministro da Defesa Nacional ter sido omitido dos debates em plenário, tanto pelo PSD, o partido governamental, como pelo próprio Governo, através do secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares.

Esta situação levou a que na reunião anterior o PCP, PS, MDP e PRD, por um lado, e o CDS, por outro — em documentos de teor idêntico, mas de formulação diferente — voltassem a requerer ao Governo, para a sessão de hoje, o envio do parecer das Forças Armadas que se sabe existir, explicando ao mesmo tempo a razão da sonegação feita até ao momento.

Um assunto que ainda vai dar muito que falar, esta questão dos pareceres que «parecem» não existir, mas que são de conhecimento de um número restrito de membros do Governo e de dirigentes sociais-democratas que, como se vê pelo exemplo, estão dispostos a «colaborar» estreitamente com a Assembleia da República.

Entretanto, na reunião da semana passada, o líder do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, fez uma declaração política criticando severamente a posição assumida pelo Governo no respeitante à sonegação de informações a que está obrigado

por lei a fornecer ao Parlamento. Na sua intervenção criticou ainda outras acções do Governo, nomeadamente a alteração ao estatuto das empresas públicas, transformando-as em sociedades anónimas.

E o líder do Grupo Parlamentar do PCP afirmou:

«A actividade desenvolvida pelo Governo, especialmente no seu relacionamento com a Assembleia da República, torna imprescindível que a Comissão Permanente exerça efectivamente a primeira das suas competências constitucionais, praticando os actos de fiscalização necessários».

Durante o período de suspensão dos trabalhos do plenário, o Governo não se coibiu de prosseguir a sua política de guerrilha institucional com a Assembleia, aproveitou até para lhe imprimir novas facetas particularmente graves e escandalosas.

Depois de ter acusado a Assembleia da República, falsamente, de longas demoras na aprovação do Orçamento Suplementar para o ano em curso, o Governo só procedeu à sua publicação a 29 de Agosto, isto é, mês e meio depois da sua aprovação urgente pela Assembleia da República (que se verificou a 15 de Julho) e um mês depois da sua promulgação pelo Presidente da República. É fundamental que a Assembleia da República conheça em toda a sua dimensão as razões e todas as implicações desta abusiva retenção que modifica os efeitos da Lei Orçamental aprovada pela Assembleia da República e revela uma intolerável instrumentalização dos dois órgãos de soberania.

Mais adiante e referindo-se «à política governamental de destruição a ferro e fogo do

sector público», disse Carlos Brito:

«Neste domínio o Governo tem primado pela usurpação de competências da AR e pela tentativa de consumir decisões inconstitucionais. Tentou alterar por decreto-lei a Lei de Bases das Empresas Públicas que é da exclusiva competência da AR, mas foi contrariado pelo Presidente da República e pelo Tribunal Constitucional».

Mal a AR suspendeu os trabalhos volta à carga tentando alterar caso a caso o estatuto de empresa pública, transformando-as em sociedades anónimas, procedimento inconstitucional, como reconheceu já o Tribunal Constitucional no caso da Socarmar.

Mas o Governo já fez isso em outros casos e prepara-se para o fazer em muitos mais, incluindo a própria banca nacionalizada, ao mesmo tempo que esperou pelo encerramento da AR para decretar a extinção da CNP que sabe contrariar a posição maioritária da Assembleia.

E, a concluir, Carlos Brito declarou:

«Contrariando a gabarolice do Governo, as grandiosas lutas dos trabalhadores põem em evidência o profundo descontentamento que percorre o país. Não é por acaso que o Governo se reclama de méritos que não tem na condução da política económica, ao mesmo tempo que não publicou ainda o Plano para 1986, errou nas previsões da evolução da situação económica e escamoteia agora o conhecimento público dos estudos de avaliação da conjuntura, designadamente os referentes ao investimento e ao PIB. O Governo prepara-se, como tudo indica, para lançar mão de expedientes inclusive estatísticos tendentes a

manipular os indicadores de gestão económica com indistigáveis objectivos eleitoralistas.

Estes mesmos objectivos revelam-se também na recente visita do primeiro-ministro aos Estados Unidos. Os ecos que dela chegaram revelam inquietantes manifestações de submissão e de apropriação partidária da condução dos negócios do Estado, com grave desvio às regras constitucionais e à dignidade nacional. Tendo sido qualificada de particular, a visita é agora caracterizada pelo próprio primeiro-ministro como fonte de compromissos de tal gravidade que se impõe que a Assembleia da República reclame completa e rigorosa informação que lhe permita ajuizar as medidas necessárias à defesa do interesse nacional».

Mas um outro assunto que vai dar também muito que falar durante a próxima sessão legislativa prende-se com a extinção da Companhia Nacional de Petroquímica, estando prevista para hoje a convocação do plenário para abordar este assunto.

Tanto o PCP, como o PS e o PRD pretendem a ratificação do diploma governamental que extingue a CNP, devendo este assunto, bem como a reapreciação do estatuto político-administrativo da Região Autónoma dos Açores ocuparem as primeiras sessões plenárias da próxima legislatura, que poderá ser antecipada, em vez de começar a 15 de Outubro, como constitucionalmente está determinado.

Na sessão anterior da Comissão Permanente e por iniciativa do Presidente da Assembleia da República, o Parlamento manifestou por unanimidade o seu protesto face à intensificação da repressão antidemocrática no Chile, tendo condenado a situação ditatorial que aí se vive.

Parlamento Europeu aprova resolução sobre temporal nos Açores

Por iniciativa do deputado do PCP no Parlamento Europeu Joaquim Miranda da Silva, seguida posteriormente por Vasco Garcia do grupo liberal, democrático e reformista e de Medeiros Ferreira, em nome do grupo dos renovadores e dos democratas europeus, o Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 9 de Setembro, uma resolução sobre os danos causados pelo recente temporal nos Açores que de seguida reproduzimos:

— Tendo tomado conhecimento do ciclone seguido de chuvas diluvianas e inundações que, pela segunda vez este ano, se abateu sobre as ilhas dos Açores, tendo sido as localidades de Povoação, do Nordeste e do Faial da Terra as mais afectadas pela tempestade,

— tendo em conta que desse facto resultou a perda de vidas humanas, bem como várias dezenas de feridos, destruições

nas vias de comunicação, rede eléctrica, telecomunicações, habitações e terras de cultivo agrícola, culos danos numa primeira estimativa já se elevam a mais de sete milhões de ECU's,

— reconhecendo que uma posição inequívoca de apoio oral e material às zonas atingidas, assim como às inúmeras famílias desalojadas, tem no caso em apreço um significado especial: O Parlamento Europeu

1. manifesta a sua solidariedade para com as famílias que sofreram perdas humanas e materiais devido aos recentes temporais,

2. solicita à Comissão que providencie a concessão de auxílio financeiro de emergência,

3. pede à Comunidade Europeia que, de acordo com o Estado português e a participação das autoridades regionais e locais, estabeleça um programa de ajuda às populações e à região atingida, fundamentalmente virado para a recuperação de infra-estruturas sociais,

4. encarrega o seu Presidente de transmitir esta resolução à Comissão, ao Conselho, ao Governo Português e ao Governo da Região Autónoma dos Açores.

PCP

Festa do «L'Humanité» e Festa do «Unitá»

O PCP esteve representado na festa de «L'Humanité», órgão do PCF por Vítor Neto, membro do Comité Central do PCP e na Festa do «Unitá», órgão do PCI, por Albano Nunes, membro do Comité Central do PCP e responsável da Secção Internacional.

Como habitualmente, o «Avante!» esteve representado nestas festas com um stand próprio.

A festa de «L'Humanité» realizou-se em 13 e 14 de Setembro no parque de La Conneuve, em Paris, e a festa do «Unitá» decorreu de 28 de Agosto a 14 de Setembro, em Milão.

Perdidos e achados na Festa

Têm sido enviados aos respectivos donos objectos encontrados durante a Festa do Avante! Muitos outros (incluindo carteiras) não têm qualquer referência, sendo assim necessário que os seus possuidores os reclamem directamente no Alto da Ajuda.

1

media

25/8/86

mensal

Sector da Informação da Organização Regional de Lisboa do PCP

«Ao tomarmos a iniciativa de publicar este boletim, procuramos que ele seja um veículo de ideias e o catalizador do debate sobre temas que nos preocupam como profissionais e como comunistas, um contributo para uma visão de conjunto do sector e para a unidade nas lutas quotidianas» — lê-se no editorial do «Media», publicação mensal do Sector de Informação da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

Um comentário à situação na Anop, uma breve entrevista com o deputado comunista Jorge Lemos, e uma separata dedicada à «Deontologia como tema no II Congresso dos Jornalistas Portugueses» salientam-se no conjunto dos materiais do primeiro «Media», que refere no seu editorial de primeira página:

Como profissionais e como comunistas estamos empenhados na defesa da verdade da informação, no esclarecimento do nosso povo, na cultura, na diversão, na inteligência. Trabalhamos em condições difíceis, num sector em que as camadas mais avessas ao progresso controlam politicamente e condicionam profissionalmente para garantir uma hegemonia ideológica que impeça o futuro.

Para combater esta política e defender outros interesses dos trabalhadores, estamos com muitos outros nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores e nos conselhos de redacção, em organismos diversos.

A pressão é enorme. Mas estamos na luta e não voltamos atrás.

Mortos na Guerra Civil Espanhola

Numa nota do «Avante!» de 31 de Julho em que se referem camaradas caídos na Guerra de Espanha é citado o nome do camarada Reinaldo de Castro. Felizmente está vivo, reclamou o seu lugar no número dos vivos, e aqui fica, pois, a rectificação, as desculpas do nosso jornal e o desejo do Avante! para que Reinaldo de Castro viva longos anos.

Trabalhadores

Congresso da FSM em Berlim

O 11.º Congresso Sindical Mundial começou anteontem em Berlim, capital da República Democrática Alemã, tendo como temas centrais, para além dos problemas que se colocam ao movimento sindical internacional, a luta pela paz e o desarmamento nuclear.

Nos trabalhos, que se prolongarão por vários dias, participam representantes de mais de 400 organizações, num total de 154 países. Os trabalhadores portugueses estão representados por uma delegação da CGTP-Intersindical, dirigida por Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-Int.

Camarada Falecido

António João do Telheiro

Residente na Moita (distrito de Setúbal), faleceu no passado dia 8 o nosso camarada António João do Telheiro, de 67 anos. Prestou colaboração ao Partido durante a actividade clandestina. Aos familiares, amigos e companheiros do comunista desaparecido, o colectivo do Avante! expressa profundo pesar.

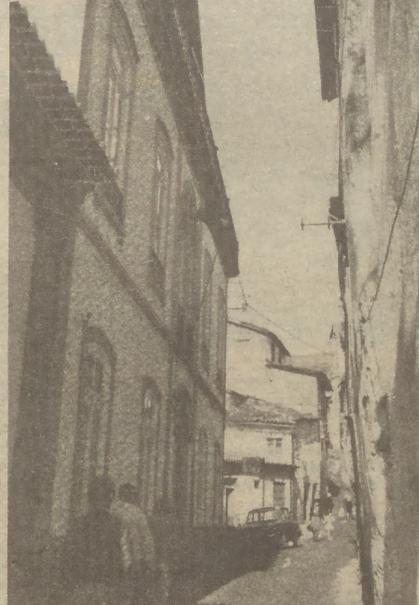
Ocorrem um pouco por todo o País. «Resistem» (e integram-se) nos períodos de maior actividade política. Não vão de férias em Julho ou Agosto. Algumas viajam até ao Alto da Ajuda, onde contactam um público numeroso. Permanecem no centro das preocupações dos militantes e das organizações até que as metas sejam finalmente atingidas.

Falamos das campanhas para a recolha de fundos, lançadas pelo Partido a nível local, de freguesia, de concelho ou mesmo regional.

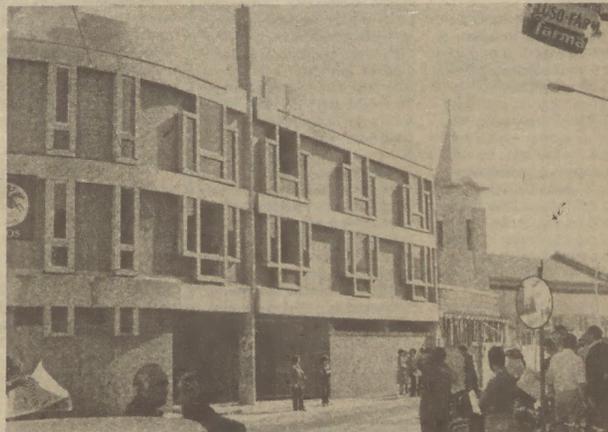
Campanhas que frequentemente noticiamos nas páginas do «Avante!», muitas vezes associadas a responsabilidades assumidas com Centros de Trabalho que os militantes comunistas constroem, beneficiam e equipam tendo como principal objectivo a criação de melhores condições para o desenvolvimento da actividade do Partido em todas as frentes de trabalho.

Campanhas que merecem a compreensão e a solidariedade das populações e das classes trabalhadoras, cujos interesses e direitos são tanto mais defendidos quanto mais forte for o Partido Comunista Português.

Campanhas em marcha



Bela peça do património arquitectónico da Covilhã, o Centro de Trabalho do PCP naquela cidade serrana já absorveu cerca de 500 contos em obras de manutenção e melhoramentos



Em Portalegre avançou-se com uma campanha de 5 mil contos para introduzir neste edifício as obras necessárias de melhoramento e adaptação. Trata-se de uma tarefa de âmbito distrital a que nos referiremos em dornem numa futura edição do «Avante!»

O magnífico Centro de Trabalho do Partido Comunista Português na Marinha Grande (distrito de Leiria). A campanha de fundos ainda não acabou!

Na moção sobre o CT da DORS, aprovado no Plenário regional de quadros realizado em Abril último, foi decidido «lançar uma campanha distrital de fundos intitulada 60 mil contos para a luta dos trabalhadores, que, absorvendo os valores específicos realizados em 1985 por cada organização, permita o pagamento integral das obras a realizar». Em breve, o velho CT da Av. 5 de Outubro dará lugar a um moderno Centro capaz de responder às necessidades do Partido e da luta política



Centros de Trabalho do PCP

Minho

No distrito de Viana do Castelo prosseguem as campanhas em Caminha e Ponte de Lima. No primeiro caso para pagar o imóvel; no segundo, para pagar as obras em curso. Na 11.ª Festa do Avante! os comunistas de Caminha, com a ajuda de muitos dos visitantes do Alto da Ajuda, deram um empurrão à campanha em marcha naquele concelho minhoto.

No distrito de Braga decorrem também campanhas, como sucede em Vila Verde (CT adquirido este ano) e em Barcelos.

Coimbra

Comprar e reconstruir um Centro de Trabalho não é tarefa fácil. Disso estão conscientes os comunistas de Cantanhede, que têm em curso uma campanha para a recolha dos fundos financeiros necessários. De obras também podem falar os camaradas de Vila Nova de Poiares, que estão a melhorar as condições do CT comprado pela organização. Diferente é a situação em Soure, onde o apelo à ajuda financeira dos amigos e simpatizantes do Partido se dirige para o pagamento da renda e do equipamento do Centro de Trabalho. Ainda no distrito de Coimbra, uma referência para a campanha que decorre em Montemor-o-Velho, para pagamento dos encargos com o CT.

Alpiarça, Couço e Torres Novas

Inaugurado em Novembro de 1985, o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça espelha o prestígio e a capacidade de intervenção do PCP naquele concelho ribatejano. O CT — que contou com diversas ajudas em materiais — foi erguido em apenas 18 meses, prosseguindo entretanto a campanha de recolha de fundos para o pagamento dos pesados encargos assumidos pela organização, que tem recorrido às iniciativas tipo «porta-a-porta» como uma das principais acções de contacto com os camaradas, os amigos e os simpatizantes do Partido, com vista à sua colaboração financeira.

Ainda na região de Santarém, o nosso destaque para o esforço dos camaradas do Couço (concelho de Coruche), onde já foi lançada a primeira pedra do novo CT, e de Torres Novas, onde prossegue a campanha para o pagamento das despesas com a nova casa do Partido.

Portalegre

«Na prática é um Centro de Trabalho que se está a construir de novo», desabafa a Comissão Distrital de Portalegre do PCP explicando ao nosso jornal alguns aspectos da campanha que ali decorre «para as obras de remodelação do actual Centro». Já em fase adiantada, estas obras estão na origem de uma campanha de 5 mil contos que decorre em todos os concelhos daquele distrito do Alto Alentejo.

Beira Interior

Mesmo no coração da cidade de Covilhã o Partido dispõe de um belo Centro de Trabalho, peça do património arquitectónico local que os comunistas naturalmente defendem e valorizam na medida das possibilidades. O edifício custou 4500 contos. Em obras de remodelação e melhoramento já lá vão 500 mil escudos. Para breve, está marcado o pagamento da segunda amortização.

A poucos quilómetros da Covilhã, os comunistas estão a braços com outra campanha para um novo Centro. Acontece na freguesia do Totosendo, onde a compra do CT ocorreu em fins do passado mês de Agosto, registando-se já um saldo de mais de 120 contos. Cinquenta por cento do custo do imóvel terá de ser liquidado no prazo de dois anos.

Entretanto, na cidade de Castelo Branco há que garantir um último esforço para a liquidação do Centro de Trabalho do Partido. Além dos contactos individuais, as organizações irão certamente avançar para algumas iniciativas de convívio.



Festa do «Avante!», 1986: no Alto da Ajuda um abraço de solidariedade aos comunistas de Lamego. Um violento incêndio destruiu por completo aquele Centro de Trabalho do PCP. A hora mais difícil já passou. Com ânimo e determinação, avança uma campanha para que o mais brevemente possível os comunistas abram naquela cidade um novo Centro

Porto e Maia

Pagar o edifício e as necessárias obras de remodelação é objectivo dos comunistas na cidade de Invicta. A campanha dos 10 mil contos — que temos acompanhado regularmente — continua a decorrer e brevemente poderemos dar aos nossos leitores mais elementos sobre a participação entusiástica das diferentes organizações, na sua caminhada para a concretização das metas propostas.

Ainda no distrito do Porto, destaque-se também a campanha que está praticamente concluída e com assinalável êxito no concelho de Maia. Adquirir o Centro de Trabalho e realizar obras foram tarefas em que a organização se empenhou com dinamismo. A meta aponta para os mil e quinhentos contos. Neste momento decorrem as últimas obras no imóvel.

Algarve

Do distrito de Faro, as notícias quanto a campanhas em curso chamam desde já a atenção para a recolha de 3 mil contos, destinada a reforçar o Partido no conjunto da sua actividade, incluindo o reequipamento dos Centros de Trabalho na região. Esta campanha, divulgada com saliência na 11.ª Festa do «Avante!» no espaço da Organização Regional do Algarve, começou em Maio e deverá prolongar-se até ao fim do ano.

No concelho de Silves, as atenções dirigem-se para São Bartolomeu de Messines, onde estão a chegar ao fim as obras do novo Centro de Trabalho do PCP, embora esta casa do Partido esteja já a ser aproveitada para a actividade da organização, nomeadamente reuniões. A campanha de fundos vai continuar.

Marinha Grande e Vieira de Leiria

Retomar as iniciativas de recolha de fundos é presentemente objectivo dos camaradas da Marinha Grande e de Vieira de Leiria (ORLEI), em relação aos respectivos CT's. Tanto no caso da Marinha Grande (um magnífico Centro inaugurado há três anos), como no de Vieira (já adquirido), o Partido tem ainda encargos para responder e conta para o efeito com a solidariedade das populações e dos democratas.

Aveiro

Ambos propriedade do Partido, os Centros de Trabalho de Ilhavo e de S. João da Madeira têm ainda as respectivas campanhas em andamento. As iniciativas e o esforço vão, pois, continuar.

Lamego

Um violento incêndio destruiu recentemente o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português em Lamego, no distrito de Viseu. Passada a hora mais difícil, há que arregaçar as

mangas e avançar com determinação para uma campanha de fundos. É o que já está a acontecer em Lamego, onde os comunistas, com a solidariedade dos democratas deste e de outros concelhos da região, terão em breve um novo Centro para a luta e a acção em defesa de Abril.



Ilhavo: em 1984 foi a festa da inauguração, a que se associou o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal. No distrito de Aveiro é um dos CT's cujo pagamento ainda faz mexer uma campanha de recolha de fundos

Poder Local

JCP acusa Câmara de Braga

À espera que as casas caiam

A Avenida Artur Soares, em Braga, não é uma rua como outra qualquer porque é difícil que outra qualquer rua da laboriosa cidade minhota possa mostrar o que esta apresenta: um conjunto de habitações completamente degradadas, onde se acotovelam, sofrem e temem numerosas famílias. E temem, já não que as despejem (por exemplo) mas, simplesmente, que as casas se afundem ou lhes caiam em cima. Entretanto lá se vão acotovelando e sofrendo um quotidiano infra-humano, como mostrou e denunciou a JCP de Braga, numa visita guiada que promoveu recentemente ao local e para a qual convidou os órgãos da Comunicação Social. No final, uma severa acusação a duas entidades públicas, pela evidente responsabilidade no arrastar do drama: o **Governo**, dadas as suas (in)competências em matéria de habitação, e o executivo da **Câmara Municipal de Braga**, dada a indiferença que tem manifestado ao longo dos anos pelo problema — «temperada», é claro, com regulares promessas aos moradores em cada nova campanha eleitoral...

O especial das eleições

Até ver (e até ao fim do ano) irão realizar-se 22 eleições para órgãos autárquicos, em diversas localidades do País. Concretamente em **Britelo**, **Chafé** e **Anha** (Viana do Castelo), **S. Martinho do Campo** (Póvoa do Lanhoso) e ainda em cinco freguesias do concelho de **Almada**, em outras cinco no de **Montijo**, em quatro do distrito do **Porto** e em mais quatro do concelho de **Évora**.

E o que tem isso de especial? perguntarão alguns, na ponta da constatação quase semanal de actos cívicos semelhantes.

Tem, de especial, o não ter nada de especial. O que também o é.

Expliquemo-nos então — e, já agora, especificadamente. O não ter nada de especial a realização de 22 escrutínios autárquicos em menos de quatro meses, é algo de especial pelo que significa de habitação cívica ao funcionamento dos mecanismos democráticos. Utilizando apenas uma hipótese como termo de comparação, imaginemos o grau de excitação que por aí iria se estas 22 eleições para órgãos autárquicos fossem anunciadas, no mesmo enquadramento legal, não para os menos de quatro meses últimos de 1986 mas para o mesmo período de tempo do ano, digamos, de 1973!

Na verdade e em rigor, os portugueses não apenas usufruem, no Portugal de Abril, uma habitação cívica ao funcionamento dos mecanismos democráticos, como sobretudo utilizam tais mecanismos com a naturalidade, e a plenitude, de quem nunca conheceu outro estado de coisas. O que é esclarecedor sobre a saúde do jovem regime democrático português.

O não ter nada de especial a realização de 22 escrutínios autárquicos em menos de quatro meses, é ainda algo de especial pelo que traduz de vitalidade dessa grande conquista da Revolução dos cravos — o Poder Local democrático. Porque fala do exercício quotidiano das suas competências e da aplicação normal das suas regras de funcionamento: porque se há eleições para novos órgãos autárquicos é porque tudo funciona — os próprios órgãos e as instituições que os regem.

Mas há ainda de especial o facto de o ser precisamente por o não ser — especial — a realização de 22 escrutínios autárquicos em menos de quatro meses.

Recapitulemos. Tantas eleições autárquicas nada têm de especial; são um acontecimento normal dentro da normalidade democrática.

De especial, apenas a circunstância de constituírem um acontecimento normal dentro da normalidade democrática — o de serem uma prova de que Abril aconteceu, está vivo e de boa saúde.

Ora o que tem isso de especial?

A resposta é provavelmente linear: se é especial Abril ter acontecido, estar vivo e de boa saúde, mais especial se torna salvaguardá-lo, desenvolvê-lo e consolidá-lo através do empenho quotidiano de cada cidadão.

A frente autárquica constitui um dos grandes campos de actuação cívica no Portugal de Abril, um poderoso instrumento de desenvolvimento regional, uma escola de pedagogia política, uma força centrífuga de solidariedade social, um caminho aberto à unidade no regime democrático e pelo regime democrático.

Daí que as 22 eleições autárquicas anunciadas até ao fim do ano, não sendo nada de especial, são-no, duplamente, por isso mesmo. O que nos faz olhá-las com o entusiasmo e o empenho de sempre.

De um modo especial.

■ H.C.

«Grande parte das casas encontra-se a cair aos bocados», descrevem os jovens comunistas de Braga, num documento enviado às redacções dos jornais, relatando a visita. «Os soalhos esburacados deixam ver o andar de baixo e abanam constantemente, não oferecendo um mínimo de segurança; com a acção das chuvas, as pedras das paredes vão caindo. Os habitantes recorrem ao plástico e ao *plateg* para remendar os buracos e assim se precaverem do frio e da chuva. As casas de banho (se é que isto lhes podemos chamar) tornam-se impraticáveis no Inverno, dado que nelas a água entra abundantemente pela madeira podre e pelas telhas partidas».

E os jovens prosseguem, numa pormenorização que, beneficiando de evidentes méritos jornalísticos, dá bem a profundidade do drama que se vive na rua «Palhotas», como é mais conhecida em Braga a Avenida Artur Soares:

«Numa das casas em que entrámos, a cozinha tinha desabado há uns meses atrás, razão pela qual os seus inquilinos se vêem obrigados a cozinhar e a fazer as suas refeições num dos quartos de dormir, cujas dimensões não devem ultrapassar os 3x1,5 metros. Esta casa é habitada por um casal de reformados, uma filha e a neta. No Inverno a água invade toda a habitação (refira-se como nota de curiosidade que, apesar destas condições, os referidos habitantes viram recentemente a renda ser aumentada pelo seu senhorio)».



Avenida Artur Soares, em Braga

famílias com uma média de cinco membros cada) existe uma única casa-de-banho composta apenas por uma sanita». Mas «por cima vamos encontrar uma família em situação ainda mais grave: irmãos e irmãs já adultos vêm-se obrigados a partilhar a mesma sala, e a dormir em colchões dispostos pelo chão»...

Oito anos de promessas

A JCP de Braga pormenoriza ainda, nas contas que dá da sua visita à degradada Avenida Artur Soares:

«O saneamento é precário,

isto (esclarecem os jovens), pode fazê-lo quando quiser: basta «pedir para entrar naquelas casas, que não encontrará oposição por parte dos seus ocupantes. Todos eles estão interessados que a restante população saiba das condições degradantes em que vivem e coabitam numerosas famílias». Condições que fazem com que «os esgotos já façam parte das brincadeiras das crianças»...

Até quando se arrastará este escândalo, é o que pergunta a JCP de Braga, que adverte: «muitas das casas referidas, devido ao seu deplorável estado, não aguentarão mais um Inverno. Estarão os órgãos

ainda dignado a prestar quer uma informação precisa aos habitantes em questão sobre o que verdadeiramente se passa com o complexo das Andorinhas (dado ser este um assunto que lhes diz directamente respeito), quer a encontrar uma solução intermédia para o problema dos habitantes da Avenida Artur Soares, Independentemente das razões que assistem ao executivo camarário, pois o que é indubitável é que as famílias correm sérios riscos de esmagamento».

Perante tais factos e tal evidência «não se explica que aquelas famílias permaneçam nas habitações em questão, ainda mais quando há casos



Nestas fotos que nos foram enviadas pela JCP de Braga pode ver-se, à esquerda, ao cimo, uma das casas que ameaça desmoronamento, à direita um quarto onde cozinham e tomam as suas refeições os quatro inquilinos da habitação

Entretanto «um dos casos mais chocantes é o de sete famílias que vinham ocupando desde há anos um único prédio, e que há cerca de um ano viram piorar para o impossível as suas condições de habitação, porque parte do prédio em que viviam desabou, deixando duas daquelas famílias, com um total de 11 elementos, sem tecto, que a partir daí se viram obrigados a pernoitar na Junta de Freguesia, situação que ainda hoje se mantém. De salientar ainda que para servir todas aquelas pessoas (sete

ou mesmo inexistente, em grande parte das habitações, sendo para o efeito utilizadas fossas cuja canalização é desatada e com passagem pelo interior das moradias. Num dos casos presenciados, o canal de condução de esgotos atravessa o quintal, passa para o quintal vizinho e vai desaguar à loja daquele, sendo uma senhora idosa quem despeja a fossa sempre que a mesma está cheia, procurando evitar assim que os resíduos alastrem pelo compartimento». Quem quiser confirmar tudo

competentes à espera que calam mais duas ou três para ver qual o efeito?»

Há no entanto dados algo surpreendentes no enquadramento do problema, como informam os autores desta acção de denúncia social, quando afirmam: «Sabemos que está a decorrer um processo de entrega das casas do complexo das Andorinhas; estas, por sua vez, já estão prontas há três meses... e o tempo val passando!».

Por outro lado estranha-se «que a Câmara, ou os órgãos competentes, não se tenham

de inquilinos que meteram requerimento para casa já há oito anos».

E conclui a JCP de Braga, no seu comunicado à imprensa: «Não deixamos de reconhecer que grande parte da responsabilidade, senão a maior, do problema da habitação, diz respeito ao Poder Central. Porém, esta caso diz directamente respeito ao Poder Local, já que se vem arrastando desde há muito, com base em promessas que os moradores da Avenida Artur Soares não viram cumprir até ao momento».

Poder Local

No 7.º aniversário do município

A Amadora está viva e quer ter vida própria!

O município da Amadora fez sete anos. O Presidente da República esteve presente nas comemorações, que decorrem à altura da efeméride e na sequência lógica da actuação de uma gestão camarária que tem demonstrado estar também à altura, numa autarquia que só não é jovem nos problemas a enfrentar. Que eram todos, antes da criação do município. Que são agora «apenas» muitos, após sete anos de luta ininterrupta em prol dos interesses, qualidade de vida e bem estar social dos seus cerca de 200000 habitantes. Uma luta onde é justo destacar o papel desempenhado pela força política a quem a população confiou, logo de início, a gestão do seu município — a Aliança Povo Unido — confiança renovada e reforçada em sucessivos actos eleitorais, mau grado alianças espúrias e frentistas das restantes, representações partidárias nos órgãos municipais. Assinalando a efeméride e procurando fazer um certo ponto da situação, pedimos ao presidente da Câmara Municipal da Amadora, camarada **Orlando de Almeida**, um depoimento com base em algumas questões. Como se segue.

Amadora, sete anos depois: o que mudou?

Há sete anos partimos do zero. Hoje quase tudo mudou, e julgamos que para melhor, em direcção à melhoria do quadro de vida da vasta população da cidade e município da Amadora, e para se criar uma nova vivência social.

Uma cidade não é só a organização do cimento, mas também é isso — e a Câmara deu passos significativos no sentido do ordenamento do território, correcção de distorções, criação de escolas, creches, mercados, zonas verdes e de lazer.

Uma cidade é em boa medida uma comunidade com interesses

Essa é uma das pontas mais agudas da nossa actividade presente: o pagamento de uma dívida escandalosa de quase meio milhão de contos; a construção do Hospital, da estação da CP com passagem inferior; a criação do Palácio da Justiça da Amadora e das Repartições de Finanças e da Mina e da Damaia.

Dificuldades e projectos actuais

As maiores dificuldades da população da Amadora no presente são de carácter social e a sua solução tem a ver com a necessidade urgente de uma nova política do Governo: o desemprego,



Mercado novo da Reboleira, a inaugurar brevemente. A obra de construção civil está concluída e já foi visitada pela população (foto). Capacidade: 72 bancas e 11 lojas tipo centro comercial

desportivos e culturais: as autarquias da Amadora têm investido nestas matérias muito do seu esforço.

O Plano Director Municipal está em preparação.

A cidade está mais limpa e arejada. Novos arruamentos, um aterro sanitário, novas escolas, o Parque Central, que é uma zona de sete hectares de árvores e equipamentos desportivos, de tempos livres e de convívio, temos mais mercados municipais, polidesportivos, etc.

Muita coisa mudou, portanto. Mas isto não significa que nos demos por satisfeitos: falta fazer muita coisa ainda; falta que o Governo cumpra para com a Amadora as suas obrigações, completamente esquecidas durante anos.

a fome, a repressão nas empresas, os problemas habitacionais, o perigo de inundações que colocam muitas vidas em risco permanente — como já ficou demonstrado nestes primeiros dias de chuva intensa, apesar de tudo minorados por obras de emergência feitas pela Câmara.

Quando à acção das autarquias, a principal dificuldade é, sem dúvida, a asfixia progressiva das finanças locais. O Governo não pagou a conta da instalação do município, nem pagou ainda o Centro de Saúde.

O «poder de compra» da nossa participação no Orçamento do Estado tem vindo a decair de ano para ano, cifrando-se em 1986 a cerca de 1/3 dos níveis do primeiro ano (1980). Decorrem daqui problemas de empo-



Parque Central da Amadora, 7 hectares de zona verde com equipamentos de desporto, cultura e tempos livres. Localização: no centro da cidade, junto da Estação da CP

breimento cujas consequências se adivinham, e que as populações sentem.

A cidade continua a não estar equipada com os serviços públicos essenciais que citámos há pouco: Hospital, estação ferroviária, etc. Tudo questões em que se torna urgente uma inversão de marcha por parte do Governo, cuja acção não respeita os interesses da população e nem de longe tem estado em consonância com a acção das autarquias.

É legítimo esperar mudanças grandes e rápidas neste capítulo.

A Câmara Municipal, por seu turno, tem projectos para melhorias constantes e faseadas: no campo da habitação, devido à inércia governamental; para criação de parques urbanos de equipamentos concentrados de cultura e desporto em cada Freguesia, como já está acontecendo na Buraca, Alfragide e Falagueira/Venda Nova, este último em embrião.

Queremos concretizar o projectado Museu Municipal Roque Gameiro, ampliar a Biblioteca Municipal, criar dois anfiteatros, um de ar livre no Parque Central cuja obra de construção civil está iniciada, outro de interior no edifício dos Paços do Concelho.

Projectamos a transformação dos antigos «Recreios da Amadora» em cine-teatro municipal.

Estabelecemos a Encosta da Serra de Carnaxide como Parque Suburbano de Ambiente intermunicipal.

Estamos a dinamizar, com Câmaras da Região de Lisboa, a criação de uma Associação de Municípios para resolução do problema dos resíduos sólidos, dos lixos.

Preparamos a criação de serviços de água e saneamento, questão até agora confiada a Oeiras, por acordo entre as duas Câmaras.

Requeremos ao Governo a criação da zona turística e a declaração do interesse turístico do nosso município.

Estamos em fase de discussão da nova estrutura dos serviços municipais. E Plano Director vai entrar em fase decisiva. Etc.

Resumindo: não nos faltam nem projectos nem vontade de transformar. Às vezes, falta-nos é o tempo. E faltam-nos sempre as verbas que precisamos: recebemos uma Amadora demasiado doente, queremos curá-la rapidamente pelo menos dos males maiores.

É sabido que a visita do Presidente da República foi um momento alto do 7.º aniversário do Município e da Cidade. Nesse dia, em 11 de Setembro, realizou-se a sessão solene e foi inaugurado o Monumento ao Bombeiro, homenagem municipal aos soldados da paz. Foi concluída a zona 3 do Parque Central. Está em fase de conclusão o processo de funcionamento do mercado novo da Falagueira, seguindo-se o da Reboleira; e estamos já a proceder ao inquérito para pôr a funcionar em local definitivo a Feira da Brandoa.

São alguns melhoramentos locais que ligamos ao 7.º aniversário.

Em termos de actividades desportivas e culturais, sublinho algumas de particular interesse: as exposições, uma de carácter histórico, outra relativa à actividade municipal em 1986; a Feira do Livro (19 de Setembro a 5 de Outubro); o já realizado Festival Internacional de Ginástica; concerto de bandas de música; espectáculo com o ballet Gulbenkian no «Lido», em 8 de Outubro.

É todo um programa vasto, com torneios, actividades descentralizadas nas Freguesias, acções para vários grupos etários, de que esperamos conhecer em 5 de Outubro outro momento especial: nesse dia à tarde terá lugar o tradicional Desfile Popular, com a apresentação de todas as colectividades e organizações sociais do município.

Julgamos que todo este material de realizações demons-

tra bem uma coisa: a Amadora está viva, quer ter vida própria, quer e merece ter o estatuto que está a conquistar de verdadeira cidade organizada.

Pela nossa parte, tudo faremos para isso. Assim o Governo correspondesse, cumprindo as suas múltiplas obrigações para com a população da Amadora.

As restantes forças políticas: colaboração ou não?

Desde sempre, a APU deixou bem clara a sua concepção de exercício do Poder Local. Esse entendimento que temos e levamos à prática, parte de dois dados básicos: primeiro, o de termos para com a população da Amadora o compromisso indiscutível e inquestionável de trabalharmos com firmeza no sentido de melhorarmos o quadro de vida degradado que existia; segundo, pensamos que toda a colaboração de todos os eleitos buscamos essa colaboração e tudo faremos para, em cada cir-



Orlando de Almeida: «Falta que o Governo cumpra para com a Amadora as suas obrigações, completamente esquecidas durante anos»

constância, obtermos os consensos mais alargados que nos é possível.

Julgamos que é legítimo esperar esta cooperação de todas as forças políticas e temos dado provas bem evidentes de tenacidade na busca de trabalho concreto por parte de todos os interessados em dar o seu contributo.

Na realidade, os dois primeiros mandatos foram muito complicados nesta matéria: por um lado, a APU tinha apenas maioria relativa; por outro, PS/PSD e CDS mantiveram durante seis anos uma autêntica barreira de boicote sistemático, que muito nos custava a ultrapassar no dia-a-dia.

Hoje tudo isso está alterado para melhor: a APU obteve maioria absoluta, portanto os dados de base são diferentes. No entanto, mantemos a nossa proposta de trabalho conjugado. Continuamos a fazer todos os esforços para que cada eleito na Câmara seja uma fonte de trabalho para continuar a mudar a face da cidade.

Ainda recentemente foram constituídas comissões de trabalho formadas por vereadores de várias forças políticas para dinamizar a solução de grandes problemas locais, como o Hospital, a passagem inferior da CP, o Tribunal, etc.

Estaremos atentos. Analisaremos o trabalho de cada um. Mantemos o mesmo método de análise: não tomamos todos por um. Procuraremos que cada um por si mesmo produza e trabalhe uma condução muito cuidadosa neste capítulo, para não se correr o risco de frustrar as legítimas expectativas de 200000 pessoas cujo futuro depende de nós em aspectos fundamentais da sua vida. O nosso lema continua a ser o de trabalharmos e tudo fazermos para melhorar a vida das populações.

Festival para jovens de Loures

A Câmara Municipal de Loures, em colaboração com as Juntas de Freguesia do Concelho, vai realizar nos próximos dias 19, 20 e 21, no parque de campismo do Cabeço de Montachique, um Festival da Paz para os jovens do Concelho.

Para os cerca de 400 jovens que durante três dias estarão acampados no parque natural, os pelouros da juventude, cultura e desporto prepararam um vasto programa de actividades, que inclui manhãs desportivas com provas de estafeta, lançamento de peso, ténis de mesa, futebol de sete, xadrez e chinquillo.

As tardes serão por sua vez ocupadas com o concurso «Amizade não tem Fronteiras», no sábado, e espectáculo de encerramento no domingo com as presenças de grupos etnográficos da região, o poeta José Fanha e grupo de música popular portuguesa «Ronda dos Quatro Caminhos».

A projecção de filmes, o teatro, uma discoteca e um bom fogo de campo, preenche o programa para as noites.

A Câmara Municipal assegura os transportes a partir das Freguesias da área da residência, bem como tendas de campismo a quem delas necessite.

Uma revolução que se consolida

O camarada Kawoun Sedique, jovem, poeta, escritor e director do órgão central do Partido Democrático Popular do Afeganistão, «A Verdade da Revolução de Abril», esteve recentemente em Portugal, a convite do PCP. Em entrevista concedida ao «Avante!», o camarada Sedique falou sobre a realidade que se vive no seu país, um dos alvos predilectos dos constantes ataques do imperialismo norte-americano e motivo de sistemáticas campanhas de intoxicação da opinião pública que tão bom acolhimento encontram em certos órgãos de comunicação social portuguesa. Uma oportunidade para repor a verdade.

«Avante!»: — Fala-se (e especula-se) muito, na imprensa ocidental, da retirada de tropas soviéticas do Afeganistão. Que comentários se lhe oferece fazer?

Kawoun Sedique: — Como sabe, os soviéticos estão no nosso país a convite do governo legal do Afeganistão para impedir a ingerência e a agressão que ameaçam, do exterior, a independência do país. Sabe bem que logo após a Revolução de Abril começaram os ataques do imperialismo contra o Governo Revolucionário do Afeganistão e que, nessas agressões, o papel essencial coube logo à CIA (dos EUA), China, Paquistão, Irão e todos os aliados dos Estados Unidos.

Nessa altura o Governo da RD do Afeganistão — mais precisamente a 14 de Maio de 1980 e a 24 de Agosto de 1981 — apresentou propostas ao Irão e ao Paquistão para se resolver e encontrar uma solução política para a situação no Afeganistão, mas não responderam às propostas do nosso governo.

Após isto, os responsáveis governamentais do Afeganistão sempre têm renovado, nos seus discursos, as propostas para se encontrar uma solução política para o problema, e sempre se reafirma que estamos de acordo em encontrar uma solução política e retirar as tropas soviéticas, sob a condição de que cessem as ingerências e as agressões externas.

Este ano o governo do Afeganistão e o governo da União Soviética decidiram, unilateralmente, retirar do nosso país alguns contingentes de soldados soviéticos. Constitui um gesto de boa vontade da nossa parte, para ver o que acontece no outro lado, isto é: se haverá um gesto igual, para se encontrar uma solução política para a situação.

As condições para a saída total dos contingentes soviéticos dependerão da cessação total da agressão estrangeira e a garantia internacional de não ingerência futura.

Nós, demos um primeiro passo: ao fim de sete anos saiu um primeiro contingente soviético. Após isto esperamos que o Paquistão actuará de maneira inteligente, de modo a não ser teleguiado e comandado pelos EUA e que se decidirá, na próxima reunião de Génève, por encontrar uma solução conveniente aos interesses nacionais de ambos os países, sem seguir o conselho e o «dictat» da administração Reagan.

«Avante!»: — Antes da Revolução de Abril o vosso país enfrentava problemas socioeconómicos que, em certos aspectos, eram de cariz medieval. Entre-

tanto veio a Revolução, a opção socialista e novas dificuldades impostas pela agressão imperialista, pela guerra desencadeada a partir do exterior. Como encontrar soluções para tais problemas e em tais circunstâncias?... Ou,



para sermos mais sintéticos, o que se conseguiu avançar, por exemplo, no último ano, apesar das dificuldades?

Kawoun Sedique: — Antes da Revolução, o Afeganistão era um país muito atrasado, tipo medieval, e do ponto de vista económico reinavam as relações feudais; a burguesia acabara de nascer e a classe operária era muito limitada; mais de 95% da população era analfabeta. Foi nestas condições que a Revolução avançou, sob a direcção do Partido Democrático do Povo Afegão.

O primeiro dever do Governo Revolucionário foi o de lançar a Reforma Agrária — para dar gratuitamente a terra aos camponeses, às pessoas que não a tinham —, extirpar as relações feudais, democratizar a vida social, igualizar os direitos dos cidadãos sem olhar a privilégios, igualizar os direitos das mulheres aos dos homens, combater o analfabetismo, elevar o nível cultural nacional de todas as etnias e de todas as tribos.

Mas é preciso notar que se cometeram, também, erros no cumprimento destas tarefas.

Por exemplo, na frente da alfabetização, obrigou-se as mulheres a participar, sem ter em conta a mentalidade e os costumes do país. Um outro exemplo: houve precipitação na Reforma Agrária. Foi feita sem uma análise prévia da situação, sem se resolver os problemas da água e sem haver preocupação com os meios técnicos de que os camponeses careciam para o seu trabalho. De facto, numa primei-

Entrevista com Kawonn Sedique

ra fase da Revolução Democrática e Nacional, não houve a ocupação de associar e desenvolver as relações do partido com outras forças democráticas.

Corrigir os erros

Com todos estes erros, a unidade do partido foi abalada e houve uma atmosfera de desconfiança no partido e na sociedade.

É preciso dizer que a direcção do partido, na primeira fase da Revolução, cometeu erros catas-

assim que, com as milícias paquistanesas, organizaram os ataques à República Democrática do Afeganistão.

Nesta altura o partido, com a Revolução ameaçada na base dos seus princípios, expulsou Amin e o seu bando para salvar a Revolução e corrigir os erros cometidos.

Quanto à política do partido na nova fase da Revolução, e abordando-a de um modo sintético, avançou-se em várias frentes:



— Alargou-se a base social da Revolução e trouxeram-se os novos aliados à política do partido;

— Trabalhou-se com as diferentes etnias e tribos, de modo a sensibilizá-las para a participação na vida política e na Revolução;

— Instituiu-se o ensino nacional obrigatório e gratuito;

— Criaram-se creches e escolas primárias, quer para os órfãos quer para os filhos abandonados pelos contra-revolucionários;

— Criou-se a Segurança Social para a saúde;

— Criaram-se escolas, institutos e universidades para os trabalhadores;

— Abriu-se a participação na administração, mesmo em postos elevados, aos jovens, membros ou não do partido, e em percentagem elevada;

— Reforçou-se o sector privado, tendo em vista os interesses dos pequenos e médios empresários;

— Reintroduziu-se a lei das eleições democráticas para o Poder Local, com todos os membros dos diversos níveis da administração local a serem eleitos pelas respectivas populações.

E etc.

Desde o começo do nosso 1.º plano quinquenal, em Abril deste ano, registaram-se, em apenas seis meses; mudanças muito radicais no nosso país, ao nível da vida social dos cidadãos. Isto apesar dos graves problemas levantados, paralelamente, pelos contra-revolucionários, que nos causaram muitos danos, com prejuízos de milhares e milhares de dólares em dezenas de hospitais, mesquitas, canais de irrigação, pontes, estradas, etc., a par de brutais assassinatos de religiosos, funcionários, de muitas mulheres que queriam ir à escola e de muitas pessoas que queriam entrar no partido. Ou seja, no Afeganistão a revolução consolida-se.

Cientistas contra guerra das estrelas

O Conselho de Cientistas do Japão divulgou um comunicado em que repudia qualquer participação dos homens da ciência do seu país nos estudos ligados à concretização do programa norte-americano «Iniciativa de defesa estratégica», vulgarmente conhecido como «guerra das estrelas». Segundo o Conselho, a adesão do Japão a este programa levará inexoravelmente à militarização da ciência e da técnica do Japão, ao passo que o carácter estritamente secreto das pesquisas no âmbito da IDE travará seriamente o progresso científico-técnico noutros sectores económicos.

A adesão do Japão ao projecto de militarização do espaço da Administração Reagan foi também criticada pela URSS que, numa declaração oficial entregue na embaixada do Japão em Moscovo, adverte para as consequências negativas que daí podem advir para o futuro das relações soviético-nipónicas.

O consentimento para utilizar o potencial económico e técnico-científico japonês no programa da guerra das estrelas — afirma o documento — não pode ser encarado senão como uma prova do futuro e cada vez maior envolvimento do Japão nos planos estratégico-militares dos EUA (...) com todas as possíveis consequências perigosas que esta política possa vir a ter.

Entretanto, um grupo de cientistas norte-americanos, entre os quais 57 laureados com o Prémio Nobel, apelaram à proibição do programa da guerra das estrelas.

Na sua mensagem, os cientistas salientam que a criação de armas anti-satélite e de um sistema de defesa antimis-

sil de estacionamento espacial virá a aumentar o risco de deflagração de uma guerra nuclear e estimulará uma concorrência perigosa na acumulação de armamentos nucleares ofensivos.

Advogando que o espaço deve ser utilizado para fins exclusivamente pacíficos e no interesse de todos os povos, os cientistas sublinham o relevante significado dos acordos soviético-americanos sobre o controlo dos armamentos nucleares e exigem que seja confirmada a fidelidade a esses acordos.

Solidariedade com as vítimas de Tchernobyl

O director do Banco do Comércio Externo da URSS, Iuri Ivanov, revelou recentemente que a URSS recebeu em divisas, até ao final de Agosto último, 1356 milhões de rublos de donativos de organizações e particulares estrangeiros para auxílio às vítimas do acidente na central nuclear de Tchernobyl.

Exprimindo o reconhecimento do povo soviético, Iuri Ivanov disse que um dos primeiros donativos foi de um empresário espanhol, no valor de 10 mil rublos, e que a maior contribuição chegou de um particular da Grã-Bretanha no valor de 500 mil dólares.

Entretanto está a ser criado na Ucrânia um centro de radiologia médica, que irá examinar a população afectada pelo acidente de Tchernobyl e, com base nos resultados obtidos, criará condições para a pesquisa de medicamentos novos e mais eficazes que evitem a acumulação nos tecidos de substâncias radioactivas nocivas.

Internacional

POLÓNIA

Amnistia política reflecte estabilização

A libertação de todos os presos políticos polacos, concretizada na passada segunda-feira, foi apresentada pelas autoridades da Polónia como mais uma prova séria dos esforços que estão a ser desenvolvidos em prol do reforço do processo de entendimento nacional constituindo, ao mesmo tempo, uma prova inequívoca dos êxitos alcançados no domínio da progressiva estabilização interna do país e da autoridade do estado socialista.

A iniciativa, que abrangeu 225 pessoas, partiu do Conselho Nacional do Movimento Patriótico de Renascimento Nacional (PRON), recebendo o apoio das autoridades políticas e do Estado, ao abrigo da lei da amnistia aprovada em 17 de Julho último. Apenas não foram abrangidos os acusados de espionagem, sabotagem e traição do segredo de Estado.

Segundo as próprias autoridades polacas, esta medida insere-se na procura de uma solução política para os problemas nacionais, tornada possível pela evolução favorável do clima social e da situação política do país, na sequência da realização e efeitos do 10.º Congresso do Partido

Operário Unificado Polaco.

É hoje um dado inegável que as tentativas para conduzir uma actividade clandestina e outras acções contra o Estado e a ordem pública deixaram praticamente de ter repercussão social, ao mesmo tempo que decresce o apoio dado a tais actividades mesmo nos meios que até agora manifestavam simpatias pela chamada clandestinidade, confrontados com o crescente sentimento de inutilidade e isolamento político.

Seja qual for a perspectiva com que se encare a evolução da situação interna polaca, forçoso é reconhecer que a decisão de libertar os presos políticos só se tornou possível graças à for-

ma responsável como a sociedade reagiu às tentativas e slogans desestabilizadores, graças à sensível melhoria da ordem pública e a todas as manifestações e factores de normalização levadas a cabo num esforço comum pelas autoridades e pelo povo.

Importa salientar, neste contexto, a acção levada a cabo em 11 de Setembro pelos serviços de segurança do Ministério do Interior, à escala nacional, com o objectivo de dissolver, sem recorrer à repressão penal, os grupos clandestinos e as estruturas que procuravam ainda desenvolver actividades contra o regime. No quadro desta acção, foram efectuadas mais de três mil entrevistas que os serviços de segurança documentaram e que tornaram possível às pessoas envolvidas tornar pública a sua actividade. Procedeu-se igualmente à apreensão de equipamento e material utilizado na actividade ilegal.

Seria ilusório pensar, no entanto, que com esta iniciativa se

pôs cobro a todas as actividades ilegais. Mas, como se afirma num comentário da agência PAP, as amnistias e outros actos de agraciamento ou de remissão de penas não são mais do que uma oportunidade oferecida e um gesto sincero e significativo, um convite para evitar actividades que possam perturbar o processo de entendimento nacional. Se esse convite será aceite por todos com pleno sentido das responsabilidades, é impossível de saber. O futuro o dirá.

Com esta decisão, prova e resultado da estabilização social e da consolidação do estado polaco, foi tomada a medida abolicionista mais radical da história da República Popular da Polónia. Com ela cria-se a oportunidade única de concentrar os esforços polacos em torno da resolução dos mais importantes problemas económicos e sociais do país.

Um país que nenhuma cabala imperialista conseguirá desviar do caminho do socialismo.

ONU

Uma organização incómoda para os EUA

Precisamente no momento em que o Zimbabué assumiu a presidência do Movimento dos Não-Alinhados, Washington suspendeu a «ajuda económica» ao país. Uma expressão clara da forma como o imperialismo usa também a arma económica. No caso concreto contra um povo que optou por uma via de desenvolvimento que não é do agrado do imperialismo e contra um movimento — aliás heterogéneo — de que as iniciativas também se não enquadram com a linha política preconizada por Washington. Um exemplo isolado do que é uma orientação mais geral, e que neste momento — simbolizando de facto o isolamento do imperialismo face aos povos do mundo — se manifesta contra as mais representativas organizações internacionais, onde têm voz os representantes da maioria dos países do mundo.

Vem o realçar deste facto a propósito do início da 41.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, momento em que a ONU defronta, de par dos múltiplos e complexos problemas internacionais, mais um, este financeiro: a necessidade de reduzir alguma da sua actividade porque os Estados Unidos decidiram cortar parte do seu financiamento a esta organização da ONU (que corresponde a 25% do orçamento global).

Porquê? Uma síntese do que será a ordem de trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas para este ano fala por si.

Os debates que se iniciaram dia 16 na Sede da Organização em Nova York, comportam 144 pontos, sendo **questões fundamentais:** o desarmamento, os conflitos regionais, o reforço da segurança, uma nova ordem económica internacional. O que está de acordo com as preocupações dos povos e as prementes necessidades geradas pela complexa realidade política internacional. Mas de forma alguma se coaduna com a orientação que o imperialismo desejaria ver impressa neste fórum. Por isso corta nas verbas. Porque contra a ONU dificilmente poderão ser usadas outras armas.

Um sistema global de segurança internacional

Entre as propostas a ser examinadas nesta sessão da Assembleia Geral, conta-se uma importante iniciativa colectiva dos países socialistas pela criação de um sistema global de segurança internacional, e que poderia vir a constituir um instrumento para a concretização de um princípio fundamental, vital, nas relações internacionais, hoje — o de que a **segurança internacional só pode assentar em meios políticos e não técnico-militares.**

Seriam princípios básicos de tal sistema:

- **No plano militar** — interromper a corrida aos armamentos e

proceder ao desarmamento, eliminar todas as armas nucleares e outros meios de extermínio em massa, reduzir os potenciais militares dos Estados para níveis mínimos, dissolver os pactos militares, reduzir os orçamentos militares.

- **No plano político** — garantir o respeito incondicional pelo direito de todos os povos à escolha soberana da via e formas de desenvolvimento, contribuir para a resolução política das crises internacionais e conflitos regionais, elaborar medidas para reforço da confiança entre os Estados e métodos eficientes de prevenção do terrorismo internacional.

- **No plano económico** — excluir todas as formas de discriminação, encontrar uma solução justa para o problema da dívida externa dos países do terceiro mundo, estabelecer uma nova ordem económica internacional que preserve a segurança económica de todos os Estados, utilizar em benefício dos países em vias de desenvolvimento os meios a libertar com a redução dos orçamentos militares.

- **No plano humanitário** — o sistema global de segurança incluiria a cooperação na divulgação das ideias da paz e do desarmamento, a elevação do nível das informações objectivas gerais recíprocas. A eliminação de actos de genocídio. O fim do «apartheid». A interdição da propaganda do fascismo. A ampliação — no respeito das leis de todos os países — da cooperação internacional no exercício dos direitos políticos, sociais e individuais do homem e o aumento da cooperação nos domínios da cultura e da ciência.

Um plano que pode parecer utópico, num momento em que de forma sistemática todas as iniciativas de paz são rejeitadas pelo imperialismo.

Mas é preciso relembrar que Helsínquia foi possível. E que hoje, o próprio facto da criação de condições de segurança internacional se ter tornado vital, ser um problema que diz respeito a cada um de nós — cria condições objectivas para um impulso decisivo do movimento da Paz.

ANGOLA

Apelo à unidade no dia do herói nacional

O povo angolano assinalou ontem o dia do herói nacional, consagrado à memória do saudoso camarada Agostinho Neto cuja vida e luta lhe conferiram uma dimensão verdadeiramente universal.

Numa declaração divulgada a propósito pelo Bureau Político do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, salienta-se a figura exemplar que foi Agostinho Neto e reafirma-se a necessidade, expressa pelo presidente Eduardo dos Santos, de **manter sempre viva a chama revolucionária que o malgrado dirigente acendeu com o seu aparecimento na cena política angolana, transportando o testemunho da resistência secular do povo de Angola à dominação estrangeira às novas gerações, aos heróis incógnitos da luta clandestina, aos valorosos combatentes do 4 de Fevereiro, aos valentes guerrilheiros da luta armada que desbravaram caminhos quando tudo parecia perdido para que a pátria fosse liberta.**

Recordando como foi difícil o caminho trilhado pelos combatentes da liberdade, o documento refere como o MPLA-PT vanguarda revolucionária do povo angolano, interpretando a firme determinação dos operários, camponeses e trabalhadores em geral, soube ultrapassar a dor dilacerante que constitui o desaparecimento físico do saudoso presidente Agostinho Neto e transformá-la em vontade revolucionária de continuar a luta, cerrando fileiras contra a reacção interna e o imperialismo internacional.

Nestes anos decorridos — afirma-se —, **contra todas as manobras divisionistas do inimigo, o Partido, como força di-**

rigente de toda a sociedade, soube traçar a política capaz de manter os angolanos unidos, de Cabinda ao Cunene. O MPLA-PT revelou-se fiel à ideia do saudoso presidente Neto, segundo a qual devemos pugnar por «uma orientação segura que englobe todas as classes, englobe todas as regiões, todas as etnias, dentro do mesmo interesse, que é o interesse da formação de uma pátria socialista.»

O documento faz ainda notar que o processo revolucionário em curso em Angola é duplamente condicionado pela complexa natureza de classe da sociedade angolana e pela contra-revolução alimentada do exterior pelo que, como já havia sido afir-

mado na passagem do X aniversário da independência da República Popular de Angola, **continua a ser fundamental para a salvaguarda da independência a unidade nacional, exigindo a sua consolidação um combate implacável, sem recuos nem desvios, a todas as manifestações contrárias aos superiores interesses do povo angolano e dos objectivos da revolução.**

Recordando que no momento actual se avolumam os indícios de novas e perigosas agressões da África do Sul racista, o documento alerta para o facto de que o inimigo não desarmou tendo, pelo contrário, intensificado as suas acções criminosas contra

as populações indefesas e os objectivos económicos com o fim último de derrubar o governo legítimo da República Popular de Angola. Pelo que o Bureau Político do MPLA-PT exorta **todo o povo a exercer a mais rigorosa vigilância revolucionária, detectando e neutralizando os agentes infiltrados do inimigo, desmascarando os elementos divisionistas e assestando golpes decisivos aos bandos fanfanchos ao serviço da África do Sul e do imperialismo norte-americano.**

Só defendendo rigorosamente a revolução — sublinha o documento — **saberemos honrar a memória de Agostinho Neto.**



Internacional



«A revolução está na rampa de lançamento»

O representante do Partido Comunista da África do Sul na Festa do «Avante!», que a esta hora já regressou ao seu país, era à primeira vista um homem vulgar. Com uma família, uma figura, um nome. Numa situação normal, a máquina fotográfica teria registado a conversa que teve connosco e o seu nome apareceria tão naturalmente como milhões de outros.

Mas a situação não é normal. Participar activamente na luta contra a *apartheid* e afirmar-se publicamente como comunista sul-africano são razões mais que bastantes para ir parar à forca na África do Sul, ou encontrar a morte na ponta de uma bala ou nas mais atrozes torturas. Daí a coragem exigida nesta luta. Daí a clandestinidade exigida aos que a travam.

O nosso interlocutor não tem pois rosto nem nome. Mas tem voz. Uma voz emocionada e plena de confiança ao falar da luta do seu povo.

— Se tivéssemos que definir em duas palavras a situação que se vive hoje na África do Sul diríamos que o país está sobre um barril de pólvora. Será que o camarada concorda?

A resposta veio pronta:

— Sem dúvida. A revolução política está a amadurecer, milhares e milhares de pessoas participam nela. E são pessoas que não estão mais dispostas a viver sob o *apartheid*.

Para utilizar uma expressão moderna, diria que a revolução na África do Sul está na rampa de lançamento. Se continuarmos neste caminho, e estou certo que sim, não tardará muito que cheguemos às estrelas...

A iniciativa revolucionária levou à criação de estruturas organizadas a nível nacional, como é o caso da Frente Democrática Unida e do Congresso dos Sindicatos por exemplo, que coordenam as acções de massas, que se reforçam com as organizações regionais, os comités de reformas e tantas outras estruturas. Por outro lado, importa salientar o papel do Congresso Nacional Africano (ANC), cujo braço armado tem aumentado significativamente a sua actividade.

Estamos hoje perante uma unidade muito forte e uma organização que gradualmente está a substituir os órgãos de administração local impostos pelo regime racista.

Se por um lado se pode dizer

que a situação na África do Sul é dramática — o número dos mortos não pára de crescer —, por outro é indiscutível que a repressão não consegue já submeter a resistência de massas.

— Nos últimos dois anos a luta não tem conhecido tréguas...

— É verdade. Em particular a partir de Agosto de 1984, as acções de massas generalizaram-se, formaram-se focos de resistência em todo o país e a unidade consolidou-se. Neste momento, a luta não é já entre partidos ou facções políticas, mas de todo o povo. É cada vez mais frequente a juventude exigir armas para combater o regime, oferecendo-se para integrar o exército de libertação nacional.

— A questão que se coloca é quase inevitável. Quanto tempo é possível manter uma tal situação?

— Estamos preparados para uma luta longa, mas durante o curso de qualquer luta novas forças podem agrupar-se e levar a mudanças radicais. A própria experiência portuguesa é exemplo disso, com o 25 de Abril desencadeado pelo exército do regime. Na África do Sul pode surgir uma situação semelhante, não igual, evidentemente, mas uma mudança súbita dá situação.

A solidariedade internacional desempenha neste processo um papel muito importante.

— Através da aplicação de sanções?

• Entrevista com o representante do PC da África do Sul na Festa do «Avante!»

— Através da aplicação de sanções duras, eficazes, que provoquem impacto no regime e o impeçam de prosseguir as suas acções militares, tanto internas como contra os países vizinhos, ao mesmo tempo que minam o apoio que ainda tem na população branca.

As conversações de alguns sectores da minoria branca com o ANC demonstram que essas camadas se interrogam sobre o futuro, que começam a compreender que o fim do *apartheid* é apenas uma questão de tempo.

Um problema comum

— Uma posição dura contra a África do Sul foi tomada na recente Cimeira dos Não-Alinhados. Mas face aos problemas sérios de ordem económica com que se debatem os países membros, cuja dependência da África do Sul é conhecida, será que existem possibilidades reais das sanções serem levadas até às últimas consequências?

— A questão que se coloca é que se tornou já impossível desligar os problemas da África do Sul dos problemas da África Austral. O objectivo do imperialismo é criar o máximo de instabilidade política e económica nos países vizinhos, como os exemplos de Angola, Moçambique, Zimbabué, Zâmbia e outros bem atestam. Se estes países quise-



A luta de massas na África do Sul ganhou uma dinâmica irreversível; o *apartheid* tem os dias contados

rem ser verdadeiramente independentes e alcançar o seu desenvolvimento económico, é vital para eles (e para a África do Sul) que o *apartheid* seja destruído.

É claro que esses países que, seja qual for o preço a pagar, têm de aplicar sanções contra a África do Sul. Por isso creio que as resoluções da Cimeira dos Não-Alinhados são medidas sérias, que significam mais do que uma tomada de posição política. O problema é igual para todos os povos do mundo que se queiram libertar; isso exige tremendos sacrifícios que serão tanto mais suportáveis quanto maior for a solidariedade recebida das forças e países progressistas.

A intervenção de Portugal

— O Governo português, que está contra a aplicação de sanções à África do Sul, mantém estreitas relações com o governo racista, invocando a par e passo a necessidade de proteger os interesses da comunidade portuguesa radicada na África do Sul. Será que protege?

— Nós gostaríamos que o Governo português quebrasse todas as relações com o governo sul-africano, apesar da existência dessa comunidade e por causa dela. Importa dizer que a comunidade portuguesa não está no nosso país há quarenta ou

cinquenta anos, como outras, mas que chegou ali muito recentemente, vinda principalmente de Angola e Moçambique com os alvares da independência. Trata-se, no essencial, de pessoas que não estão preparadas para aceitar um tratamento em base de igualdade com os africanos. A maioria, se estivesse em Portugal, seria de extrema-direita: os mais reacçãoários estão no exército sul-africano, muitos são ex-agentes da PIDE/DGS, participam frequentemente em missões contra Angola e Moçambique.

É preciso não iludir as coisas; quando se fala deles tem de se dizer o que são de facto. Não todos, evidentemente, que entre a comunidade portuguesa também conheço democratas, mas não são muitos. E nem sequer estão bem integrados na sociedade sul-africana...

Para os povos de Angola e Moçambique a presença desta enorme comunidade colonialista é igualmente preocupante, pois são usados, devido aos seus conhecimentos da língua e do terreno, como reserva para dificultar as revoluções naqueles países.

Para o próprio bem da comunidade portuguesa, o Governo português deveria modificar a sua atitude, que até agora tem sido condenável. Ninguém proteja os seus interesses colaborando com um regime que está condenado.

«Os trabalhadores e trabalhadoras de Lisboa, Almada, Barreiro, Seixal, Amora, Alhos Vedros e outras localidades acabam de travar uma das maiores lutas, se não a maior, até hoje travada pela classe operária portuguesa, contra o fascismo.

«As grandiosas greves, marchas da fome e manifestações de Julho-Agosto, em que participaram mais de 50 000 trabalhadores, mostram a crescente unidade, consciência revolucionária e combatividade da classe operária, indicam, claramente, que entrámos numa nova época de grandes lutas de massas contra o fascismo, que conduzirão à criação da situação insurreccional na qual o fascismo será derrubado. (...)

«O governo fascista de Salazar mandou assassinar os operários do barco «Luso». Mandou metralhar as valentes mulheres barreirenses, mandou espancar os trabalhadores e trabalhadoras de Almada e Lisboa que reclamavam melhores salários e géneros. O governo fascista de Salazar decretou despedimentos em massa e a formação de batalhões de trabalhos forçados, sob o chicote do sintro Botelho Moniz. Mas, apesar desta feroz repressão, dezenas de milhares de heróicos trabalhadores e trabalhadoras mantiveram-se em greve durante mais de uma semana. (...)

«Desagregação e crise no campo do fascismo; fortalecimento da unidade, da organização e do espírito de luta, no campo da classe operária e do movimento antifascista. Eis duas consequências políticas, fundamentais, das grandes jornadas de Julho-Agosto.»

(«As grandes greves da região de Lisboa — A caminho de novas e maiores ofensivas» — «Avante!», VI Série, n.º 39, 1.ª quinzena de Setembro de 1943)



«Passa agora mais um ano sobre a morte de Bento Gonçalves, no Campo de Concentração do Tarrafal. Para ali o enviou o fascismo português, com o firme propósito de o aniquilar. (...)

«Bento Gonçalves foi, até à sua morte, Secretário-Geral do P. Comunista Português, tendo sido eleito para esse elevado posto com 27 anos de idade. (...)

«Nascido do povo, filho de camponeses, operário torneiro do Arsenal da Marinha desde tenra idade, de que se tornou exímio profissional, Bento amou e defendeu sempre, como bom e honrado patriota, o seu Povo e a sua Pátria. (...)

«Ao falarmos de Bento Gonçalves, queremos também prestar sentida homenagem a tantos outros filhos do povo, assassinados pela política fascista de Salazar.»

(«Recordemos Bento Gonçalves — Assassinado no Tarrafal» — «Avante!», VI Série, n.º 107, Setembro de 1947)



«A Censura, ao serviço do fascismo, continua a sua obra de paralisação da cultura. Os principais atingidos são os escritores portugueses progressivos e, consequentemente, o povo português, que se vê impossibilitado de travar conhecimento com as obras mais válidas da sua terra. Agora mesmo acabam de ser proibidas pela Censura duas peças de Teatro de dois autores que o povo admira e considera: «Forja» de Alves Redol e «O Dia Seguinte», de Luís Francisco Rebelo. (...)

«A Censura, autêntica PIDE da cultura do povo, permite, todavia, a exibição de todos os filmes de propaganda de guerra e pornográficos que os imperialistas americanos enviam. (...) Serve ainda a penetração do famoso «modo de vida americano» que espalha entre a juventude portuguesa conceitos de vida profundamente imorais e até mesmo criminosos.

«O povo deve defender a Cultura nacional...»

(«A Censura continua...» — «Avante!», VI Série, n.º 280, Setembro de 1959)

«Se va a acabar la ditadura militar!»

Treze anos de ditadura no Chile foram assinalados por Pinochet com uma declaração de fé nos únicos valores que reconhece: a repressão, o crime institucionalizado, o poder absoluto e despótico. Como nem mesmo os ditadores gostam de falar sozinhos, Pinochet arregimentou para o ouvirem uns milhares de pessoas que gostaria que fossem a maioria silenciosa e que afinal não passam da minoria privilegiada do país, escudando-se sob a capa da pseudo-legalidade para anunciar um plebiscito nacional que aprove novas

leis ainda mais repressivas, poderes ainda mais ditatoriais.

Como se a vontade popular não se fizesse ouvir quase diariamente nas ruas do Chile gritando «basta!»; como se os milhares de mortos, os milhares de «desaparecidos», os milhares de torturados, os milhares de deportados, os milhares de exilados não formassem o mais completo libelo acusatório contra o regime de Pinochet; como

se os mortos às mãos assassinas dos carrascos das ditaduras neste décimo terceiro aniversário do Setembro negro no Chile não fossem a prova insofismável do desespero e impotência da ditadura. De muitas e variadas formas se tem dito que este ano de 1986 é um ano decisivo para a luta pela democracia no Chile. Nos materiais que publicamos, em que se destaca uma entrevista recentemente concedida pelo secretário-geral do Partido Comunista do Chile, Luis Corvalan, e a entrevista concedida ao «Avante!» por Mario Navarro, dirigente da Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) chilenos e membro do PCC, no exílio, bem como os actos de solidariedade que assinalaram em Portugal a passagem da referida data, o significado daquela palavra de ordem é bem claro. Se é bem verdade que o calendário nem sempre se pode cumprir, não é menos verdade que a vontade dos povos tem sempre encontro marcado na roda do tempo. No Chile, essa certeza escuta-se já em todo o país — **Se va a acabar la ditadura militar!**



CHILE



1986 já foi um ano decisivo

Pouco mais de três meses nos separam do final de 1986, ano que o Partido Comunista do Chile declarou poder ser o ano da morte da ditadura.

Na complexa situação que se vive no Chile, a questão inevitável que se coloca é se nesta altura não escasseia já o tempo para alcançar tal objectivo e se, caso assim seja, não haverá o risco da desmobilização de massas, para além das previsíveis especulações daí decorrentes em favor da ditadura.

Pelo que importa esclarecer o sentido de tal afirmação do PCC, tornada pública em Janeiro último através de um Manifesto. Para o camarada Mário Navarro, presente na Festa do «Avante!», a questão está longe de se prestar a equívocos ou aproveitamentos reaccionários.

O que nós dissemos, afirmou, foi que 1986 poderia ser o ano decisivo para terminar com a ditadura se todas as forças antifascistas chilenas assumissem uma posição de combate. E se o PCC fez tudo o que estava ao seu alcance para isso, o mesmo não se pode dizer de todos os restantes.

Que a nossa declaração não era irrealista, ou seja, que existem condições para em unidade derrubar a ditadura, provam-no todas as lutas ocorridas ao longo do ano, tal como os avanços no plano da organização.

É o caso da criação da Assembleia Cívica, exemplo de uma grande organização de massas, junto da

qual funciona um comité político que coordena as suas acções, e que não tem paralelo em termos de unidade. Embrião do que poderá ser o poder popular, a Assembleia tem vindo a substituir os órgãos de administração da ditadura, com os seus tribunais populares, com intervenção directa em tudo o que respeita ao povo, inclusive nas questões entre vizinhos...

Por outro lado, os êxitos das jornadas de 2 e 3 de Julho, mostraram à evidência que a desobediência civil é um caminho possível para avançar na luta pela democracia.

— Mas nem todos partilham essa opinião...

É verdade. Houve partidos que recuaram, optando pelo diálogo com a ditadura, como é o caso da democracia-cristã, que voltou à carga com a possibilidade de conversações em que não participassem as forças de esquerda. Tal não foi possível até agora, mas mesmo as-

sim não desistem. Crelo na verdade que pretendem fazer arrastar o processo até 1989, altura em que poderá (?) haver eleições e encontrar uma «solução» ao agrado dos EUA.

— Os EUA que hoje se dizem muito preocupados com a defesa dos direitos humanos, não é verdade?

Sim, mas tudo isso não passa de mais um vil engano. Ao imperialismo, que apoiou Pinochet durante estes 13 anos, não lhe interessa para nada a sorte do povo chileno nem a sorte de qualquer povo do mundo. O que se passa é que estão muito preocupados com o desenrolar dos acontecimentos no Chile. Vêm com horror que o nosso povo foi primeiro capaz de resistir e agora reorganizou as suas forças, golpeando cada vez mais firmemente a ditadura, estando em con-

dições de acabar num futuro próximo com Pinochet e o fascismo e afectar gravemente os Interesses norte-americanos.

— Querirá isso dizer que não é viável uma «solução» à americana?

Quer dizer sobretudo que mesmo uma ingerência dos EUA não impedirá o nosso povo de se revoltar. O nosso povo aspira à verdadeira democracia, à efectiva resolução dos problemas económicos e sociais provocados pelo fascismo. Aspira ao direito ao trabalho, à saúde, à habitação, à reforma universitária, à resolução do problema da dívida externa... Estas são lutas de todos nós e que estão todas enquadradas na luta geral contra o regime.

Um caramelo de liberdade não adoçará a boca do povo.

Se hoje Pinochet deixasse o poder, a sua saída não seria só festejada nas ruas, como um ponto final em todo o processo. A luta continuaria até à instauração de uma democracia plena.

No dia em que a ditadura cair queremos de volta todas as nossas conquistas alcançadas durante a democracia.

A mobilização de massas durante o corrente ano não pode deixar dúvidas a esse respeito. Por isso dizemos que mesmo que o ano chegue ao fim sem o derrube total da ditadura — o que apesar de tudo é cedo para afirmar, basta lembrar o próprio caso de Portugal — isso não será uma derrota, porque o ano de 1986 já foi decisivo para que tal aconteça. ■



Nada deterá o povo do Chile na luta pela democracia

A voz da luta

Em absoluto silêncio, enquanto, calma, a chuva caía. Com as flores e velas acesas bem levantadas. Foi assim que as centenas de jovens concentrados em frente ao Consulado do Chile, em Lisboa, ouviram a mensagem enviada especialmente de Madrid por um jovem chileno, Juan Carlos, membro da Frente Patriótica Manuel Rodríguez. É o seguinte o teor dessa mensagem:

«1986 é, para os chilenos, o ano da verdade, o ano da sublevação nacional das massas. De 1983 a 1986, o povo enfrentou nas ruas, sob todas as formas, a ditadura. 1986 é o ano da sublevação nacional, quer dizer, o momento em que o povo atinge um grau superior de organização na luta. Daqui em diante, a iniciativa pertence ao povo e à sua vanguarda, pertence aos jovens da Frente Patriótica Manuel Rodríguez e aos jovens organizados nas milícias rodriguistas.

«O ditador tenta recompor-se dos golpes que as diferentes organizações lhe infligem. Perdida toda a capacidade política, não lhe resta outra saída senão reprimir, assassinar, prender, expulsar do país dirigentes públicos da oposição.

«A sublevação nacional caracteriza-se por um confronto entre o povo e a ditadura, pelo que a questão central da luta é ganhar o exército para uma outra causa, para a causa do povo, para defender o povo e ganhar o respeito pelos direitos humanos. Por seu lado, Pinochet procura ganhar o exército para reprimir, para assassinar. Hoje, portanto, o objectivo central do trabalho político é este exército. De ora em diante, tudo depende das acções concretas e decisivas dos jovens chilenos.

«Face aos últimos acontecimentos no Chile, perante toda a brutalidade e fúria desencadeada pelo ditador, saudamos a grande mobilização que se desenvolve na Europa e em todo o mundo, em solidariedade com o povo chileno. Saudamos, em especial, a mobilização actual dos jovens progressistas portugueses.

«Apelamos a todos para que intensifiquem os esforços para isolar ainda mais Pinochet, para isolar mais os fascistas chilenos, pressionando o Governo português para que solicite o esclarecimento dos últimos assassinatos e para que exijam o levantamento do estado de sítio, para que exijam a rápida renúncia de Pinochet e o regresso a uma plena democracia.

«Estamos convictos de que é ao povo e apenas a ele que cabe a resolução dos conflitos que existem hoje no Chile. Apelamos para que pressionem os norte-americanos para que não tentem, por qualquer forma, impedir o avanço da luta popular. O imperialismo tentará encontrar uma solução que lhe seja cómoda. Todavia, insistimos que os únicos que podem resolver todos os conflitos é o povo e as organizações que tomaram nestes anos a vanguarda da luta.» ■

Não nos esqueceremos

Mário Navarro é um exilado político, há muito proibido de voltar à sua pátria. As palavras que fez questão de deixar em agradecimento ao povo e aos comunistas portugueses são também o testemunho do sofrimento que a ditadura de Pinochet impõe a muitos dos melhores patriotas chilenos:

Quero dizer da grande emoção que senti ao participar na Festa do «Avante!». Há muitos anos que

não podia sentir este autêntico banho de massas, sobretudo por parte de um povo que tanto se assemelha ao meu, que de forma tão profunda partilha os sentimentos da grande família democrática.

A comovente manifestação de solidariedade para com o povo do Chile impressionou-me. Não nos esqueceremos disso no Chile democrático. ■



Mário Navarro

«Para derrubar Pinochet não basta à oposição ser maioritária»

Num Chile que dia a dia se torna cada vez mais ingovernável e incontrolável para a ditadura de Pinochet, onde todas as perspectivas apontam para o aprofundamento e generalização das lutas de massas que a qualquer momento podem culminar na sublevação nacional, poucos acalentam ainda dúvidas de que é possível acabar com a ditadura. Mas então, porque não cai Pinochet? Porque não acabou ainda o poder do ditador que o Chile não tolera e o mundo rejeita? Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, respondeu a esta e a outras questões numa entrevista recentemente concedida em Moscovo e posteriormente cedida ao «Avante!». Um contributo que, temos a certeza, ajudará a compreender melhor a complexa e dura luta do povo chileno pela mais ampla democracia.

P — E então, porque é que a ditadura não cai?

R — Ah, isso é outra coisa. E esse é o problema, naturalmente. É que é necessário ainda mais unidade e mais luta. Já se avançou nesse campo. Desde o nosso Manifesto de Janeiro, a situação mudou, e muito. Este ano foi um ano de lutas mais apoiadas e mais decididas. Podemos ver os trabalhadores lutando juntos, tal como os camponeses, os estudantes, os empregados, as mulheres, enfim, toda a gente. Porém isso não chega. É claro que não chega. Como se sabe, na Greve Nacional de 2 e 3 de Julho participou a maioria da população. Porém a maioria numérica não é suficiente. É muito importante, mas não é suficiente.

Repare-se. Quando estávamos na prisão, em Ritoque, éramos entre 300 a 400 prisioneiros e vigiavam-nos, por turnos, 30 ou 40 soldados. Eram menos do que nós. Porém mantinham-nos presos. Que significa isto? Que, em definitivo, a questão de quem se impõe, de quem manda, não é uma simples questão de números, mas de força, de quem pode mais. O povo necessita de algo mais do que ser maioria. Necessita de que esta maioria esteja sempre activa e unida, na ofensiva, utilizando todas as suas forças, agindo com coragem, com a decisão inquebrantável de acabar com a ditadura por todos os meios que as circunstâncias impõem.

P — O Partido Comunista considera que é ainda possível derrubar Pinochet durante o ano em curso? Há quem pense que não é possível ou que é muito difícil.

R — Claro que é difícil derrubar a ditadura, seja este ano ou no próximo ou quando for. Isso é, digamos, indiscutível, indiscutivelmente difícil e nunca afirmámos o contrário. O nosso Manifesto de Janeiro também o diz, textualmente: É impróprio do nosso Partido desenhar perspectivas cor-de-rosa. Por isso não se trata de nos iludirmos com palavras. Não basta lançar a palavra de ordem de acabar com a ditadura em 1986 para que isso aconteça. E de seguida o Manifesto assinala o que há a fazer, pôr — diz — todas as forças em tensão, levantar a nação inteira na luta contra a ditadura, etc.

Deixe-me dizer-lhe também que se avizinha uma nova paralisação e que Setembro será um mês de lutas ainda maiores do que as de Julho. Além disso, nas Forças Armadas, há pessoas que estão a tomar posições e, por último, o mais importante, é ter uma atitude de combate, compreender que uma ditadura se derruba com esforços

e muitos sacrifícios, sem esperar por 1989 nem coisa parecida. Este é o espírito do nosso Manifesto de Janeiro.

Que o fim da ditadura se verifique exactamente antes do 31 de Dezembro, antes que os relógios marquem as 12 da noite desse dia e da chegada do ano novo, não é, por assim dizer, o mais importante, ainda que, caramba, seria importante se assim fosse, não é verdade? Se as coisas não se passarem desse modo, posso assegurar-lhe, não se baixará a guarda. O povo, os trabalhadores chilenos e, em primeiro lugar, os comunistas continuarão a dar luta sem tréguas à tirania e sempre com o objectivo supremo de a derrubar no mais curto prazo possível.



Professores de Santiago numa das recentes mobilizações contra a privatização dos estabelecimentos de ensino

P — Muitas pessoas defendem que a oposição deve apresentar uma proposta comum e oferecer assim uma alternativa clara que ajudaria a que mais gente juntasse a sua vontade e acção contra Pinochet.

R — O nosso Partido está disposto a sentar-se à mesa com todos os restantes partidos da oposição, em qualquer momento e até que saia fumo branco, até que saia uma proposta. cremos que é possível um acordo em



3 ou 4 pontos em que virtualmente estamos todos de acordo, que estão presentes em todas as propostas feitas desde a formação do Movimento Democrático Popular, o qual, como se sabe, teve grande acolhimento.

P — Mas então o que se passa, porque se atrasa a proposta?

R — Olhe, eu não quero deitar cabelos no leite e, por isso, prefiro não

• Entrevista com Luis Corvalán secretário-geral do PC do Chile

sobre uma proposta única de todos os partidos da oposição?

R — Falando francamente, não. Pode, sim, ser um pretexto. A verdade é que desde o golpe fascista de 1973 a violência domina na vida política do Chile através da aplicação da doutrina da Segurança Nacional, que levou as Forças Armadas a desencadear a chamada guerra interna contra o seu próprio povo. Não se pode fechar os olhos a esta realidade. Há que sair dela, é certo, começando por onde deve começar-se, para pôr fim à tirania. Lutar por todos os meios para liquidar a ditadura é o único caminho para acabar com o que se tem chamado a cultura da morte.

P — Não acha que a proposta não se concretiza porque há quem não queira pactuar com o Partido Comunista?

R — Em certa medida, assim é. O problema reside em que se a proposta não é de toda a oposição, seria, digamos, como o chamado Acordo Nacional, uma proposta coxa, não seria uma proposta comum, não teria o apoio de todo o povo e, por isso, não teria a autoridade e a força que se requer.

P — O Partido Comunista pronunciou-se a favor do diálogo com as Forças Armadas...

R — Sim, tal como os restantes partidos da oposição, o que, diga-se de passagem, é um importante ponto de coincidência.

P — Porém há quem diga que as Forças Armadas não aceitam o diálogo nem o acordo com o PC.

R — O certo é que nós mantemos diálogo com as Forças Armadas, ou melhor dizendo, com membros das Forças Armadas.

P — E se as Forças Armadas, como instituição, aceitarem diálogo com a oposição mas não com o Partido Comunista? Que posição tomariam?

R — O mais provável é que um acordo com as Forças Armadas em tais condições fosse conciliador, no sentido de aplicar a política de «baralhar e dar de novo», de estender uma tábua de salvação aos responsáveis de crimes ou arbitrariedades e de deixar mais ou menos intactas as instituições militares. E isso não seria bom. De qualquer forma, nós esperaríamos pelos factos e procederíamos em conformidade.

P — O Partido Nacional, na carta que enviou à Democracia Cristã em 8 de Julho, propõe um pacto pluripartidário de que os comunistas e o MDP deveriam auto-excluir-se ou ser excluídos. Que pode dizer sobre isto?

R — A auto-exclusão ou a exclusão dos comunistas e do MDP de um

eventual pacto político é um assunto que, em definitivo, não depende do Partido Nacional, da Democracia Cristã ou de alguém em particular. Nós esjamos convencidos, e muita gente para além de nós o está também, de que o MDP e o Partido constituem uma força de que hoje não se pode prescindir na luta contra a ditadura e essa força desempenhará amanhã um papel ainda mais relevante.

P — Porém o Partido não exige participar no Governo Provisório que sucederia a Pinochet.

R — Isso é outra coisa. De momento, não se pode afirmar categoricamente como vai ser a situação quando cair a ditadura. Nós lutamos pela substituição da ditadura fascista por um regime democrático desenvolvido rumo ao socialismo. Esta é uma saída possível, a melhor a nosso ver e a que, em definitivo, se concretizará ainda que não seja logo de imediato. Porém, insisto, de momento, não está clara a saída e por isso nenhum partido faz questão de participar no primeiro governo que suceda à tirania, mas que deverá ser, não obstante, um governo de consenso. Não consideramos indispensável participar nele e, desde logo, não participaríamos num governo que não fosse mais do que uma mera troca de pessoas no Palácio de Moeda e que pretendesse, por exemplo, deixar intactas as estruturas do Estado fascista e passar ao largo da classe operária. Nós participaremos no governo quando a correlação de forças o permita e o imponha a vontade popular. E claro que lutamos por isso. Mas primeiro e o que está na ordem do dia é acabar com a ditadura.

o perigo imperialista

P — Nota-se que uma parte da oposição chilena está muito esperançada no que fazem ou podem vir a fazer os Estados Unidos para mudar Pinochet.

R — É verdade. Há uma parte da oposição burguesa que acalenta essas esperanças que são francamente ilusórias. Don Eugénio Velasco Lete-



Obstáculos ou pretextos?

P — Não é a posição face à violência um obstáculo para o acordo



CHILE
 lier, que viveu longo tempo exilado nos EUA, disse-o com outras palavras. afirmou à revista «Cauce» que constituem uma nova amostra de ingenuidade. E se os EUA — acrescentou — demonstraram ultimamente preocupação com o que se passa no Chile, é porque isso convém aos seus interesses.

Há que reconhecer que o imperialismo é sempre consequente com os seus interesses. Foi-o quando deu o golpe de 11 de Setembro juntamente com a reacção chilena. Foi-o também durante estes treze anos em que apoiou Pinochet. É-o agora quando o pressiona para que se entenda com a oposição burguesa. E sê-lo-ia amanhã se participasse num *complot* contra

ele antes que se produza uma explosão popular que pode não deixar pedra sobre pedra. O que move os yanques a intervir no Chile é o mesmo que os leva a intervir na Nicarágua. Sempre a defesa dos seus interesses. O resto, os direitos humanos, a democracia, não passa de palavreado na boca do imperialismo.

Por outro lado, hoje os norte-americanos não se propõem substituir Pinochet. A única coisa que fazem é exigir-lhe que dê passos efectivos para descomprimir a caldeira social, e facilitar a passagem a um tipo de democracia vigiada, à sua imagem e semelhança, com o centro e a direita no governo.



Os assassinatos são uma constante da ditadura

P — afirmou-se contudo que o Departamento de Estado havia dado um prazo a Pinochet até Outubro e vários funcionários desse departamento ameaçaram-no de não apoiar os créditos ao Chile nos organismos internacionais.

R — É difícil que o façam, mas se as coisas ficarem negras, podem até chegar a esse ponto.

P — Uma última questão. Alguns políticos mostram certa pressa em que o país passe da ditadura a um regime democrático. Se isso não acontecer rapidamente, dizem, o único a ganhar será o Partido Comunista.

R — Alguma razão têm e por isso se impacientam. Porém, coisa aparentemente curiosa, somos nós os mais

empenhados em acabar quanto antes com a ditadura, em que o país regressa o mais cedo possível à democracia. Porque o que nos preocupa, antes de tudo e em primeiro lugar, é o interesse do povo. O povo é quem mais sofre, o que mais sente a repressão, a miséria, o desemprego, a fome, e nós pertencemos ao povo, fazemos parte da sua carne e do seu sangue. Queremos, como disse, acabar com a ditadura se possível hoje mesmo, ainda que isso não signifique de imediato o alcançar de todos os nossos objectivos, uma vez que, ao fim e ao cabo — e disto estamos seguros — o povo do Chile, como todos os povos, tomará um dia, um belo dia, o caminho do socialismo. ■

A solidariedade da juventude portuguesa

As velas iluminavam a noite. As flores embalavam a esperança. Os cantos ecoavam lá longe, nas ruas e praças de um país martirizado, mais do que nunca vivo. Jovens democratas portuguesas, de todos os quadrantes político-ideológicos juntaram-se na passada quinta-feira, junto ao Consulado do Chile em Lisboa, para envolverem num grande abraço amigo e fraterno os jovens e o povo do Chile, nesta hora amarga mas decisiva da sua história.

Respondiam a um apelo subscrito por dirigentes da JCP, da JS, da Juventude do PRD, da Juventude do MDP, do Partido «Os Verdes», do departamento de juventude da CGTP, da JOC, de numerosas direcções associativas dos ensinos secundário e superior, além de jovens artistas, para a realização de uma concentração-vigília de solidariedade com a juventude e o povo do Chile. Uma concentração que assinalava aquela data tristemente célebre em que Allende e outros valorosos patriotas tomaram às mãos do carrasco Pinochet, mas que, ao mesmo tempo, era um grito de esperança e confiança no fim próximo da ditadura.

Momentos antes do início da vigília, Rogério Moreira, deputado, membro da Direcção Nacional da JCP e um dos subscritores do apelo, salientava assim a grande importância desta iniciativa: «estamos hoje aqui, jovens democratas de diferentes quadrantes em solidariedade com a luta dos jovens chilenos e para exigir o regresso imediato do país à democracia. A ditadura do terror não pode resistir por muito mais tempo. 1986 será o ano da reconquista da democracia; nós, pelo nosso lado não abrandaremos este largo movimento de solidariedade até que tal objectivo seja alcançado».

Junto a nós, jovens empunhando cartazes e flores sentavam-se em roda e entoavam canções portuguesas e chilenas, mas todas com o mesmo recado de solidariedade e espe-

rança. Era este o ambiente que ali se vivia.

Ambiente de unidade que nem sequer era quebrado por um grupelho que em vista do fracasso de uma outra concentração por eles convocada com objectivos muito pouco claros, se multiplicavam em provocações contra os jovens ali concentrados e as organizações de juventude democráticas subscritoras do apelo.

Mas nem só com canções foi preenchida esta vigília. O microfone foi colocado ao dispor dos presentes para participarem, com curtas mensagens de solidariedade, na gravação

de uma cassette que será enviada ao Consulado do Chile e à «Mesa de Concertação Juvenil» estrutura que aglutina as mais diversas organizações políticas juvenis na oposição à ditadura.

Por aí passaram, representantes da JCP, da JS, da JPRD, do Partido «Os Verdes», da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa e um exilado chileno que, em nome de um grupo de democratas chilenos leu uma curta declaração. E, enquanto isso, chegavam, entre outras, saudações das ORT's da Carris, da UGT, da Câmara Municipal de Pe-

niche e do Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas.

Momento alto desta concentração foi o final da intervenção do exilado chileno em que os presentes, de punho e bandeiras bem levantadas cantaram o «Venceremos», hino na luta popular no Chile e que em Portugal, igualmente, animou e anima a ânsia deste lado de cá do oceano de democracia e progresso.

Alguns dos jovens artistas subscritores do apelo para esta vigília, não obstante a chuva que caía, pintaram um painel evocativo da luta dos jovens chilenos.



Uma voz vinda de longe

Ouviu-se, depois, nesta rua meio escura, tornada viva e brilhante por estas centenas de jovens, uma voz vinda de longe. Era a de um jovem chileno, Juan Carlos, exilado em Madrid, membro da Frente Patriótica Manuel Rodríguez que enviava, especialmente para a vigília, uma mensagem que junto reproduzimos na íntegra.

Sentiu-se naquele, a voz de Neruda, a presença de Allende, ou do jovem dirigente da Federação de Estudantes Chilenos encontrado morto recentemente quando investigava o caso de dois jovens queimados vivos pela selvática e brutal polícia de Pinochet. Por entre os pingos miúdos que tombavam, ecoou o som fantástico de esperança das flautas andinas.

Esta grande jornada de solidariedade que jovens individualmente considerados e as organizações de juventude democráticas realizaram, terminou com o lançamento de um abaixo-assinado à juventude portuguesa, exigindo democracia para o Chile e a libertação dos presos políticos e a aprovação de uma moção.

Nesta moção, além de se condenar a instauração do estado de sítio e exigir do governo chileno o fim das atrocidades e o completo esclarecimento das circunstâncias da morte do dirigente da Federação dos Estudantes do Chile, reclama-se do Governo português que «das mais diversas formas assumida uma clara posição na condenação da situação antidemocrática e repressiva que se vive no Chile, nomeadamente junto da ONU».

Terminada a vigília ali ficaram, sobre as grades da barreira da polícia, as velas ardendo pela noite fora lembrando que no Chile a luta é decisiva, porque é a liberdade que se joga. Que no Portugal de Abril, os jovens portugueses estão ao lado da juventude do Chile ■

AS FOTOS DA FESTA



A Festa para nós ainda não acabou. Nem para nós nem para ninguém, que agora é tempo de balanço, é tempo de contarmos e de recontarmos cada minuto dos muitos que por lá passámos.

É também tempo de continuarmos a ver esta Festa que também é os espectáculos. Não só, mas também. Que do resto já vos demos conta no número anterior.

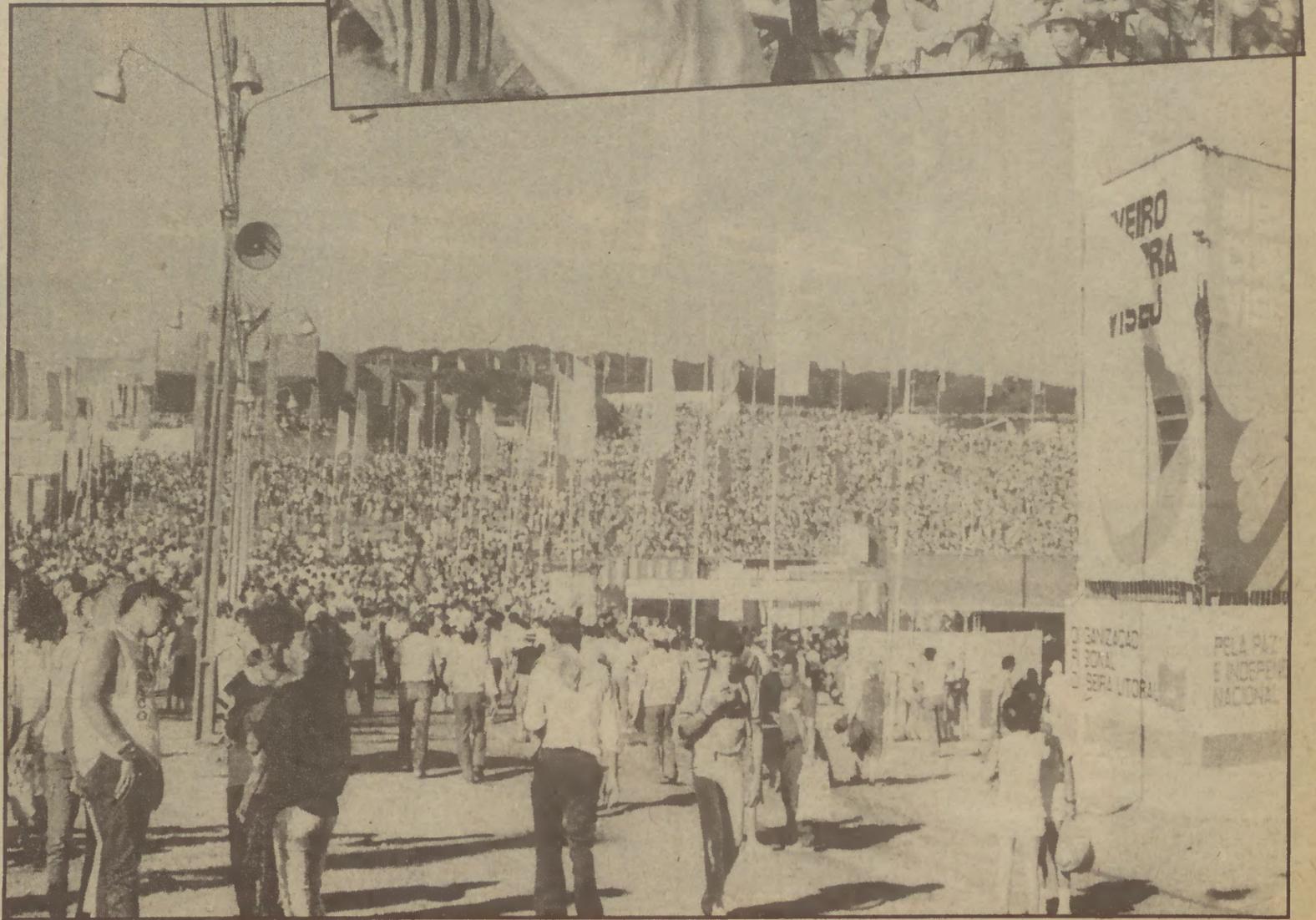
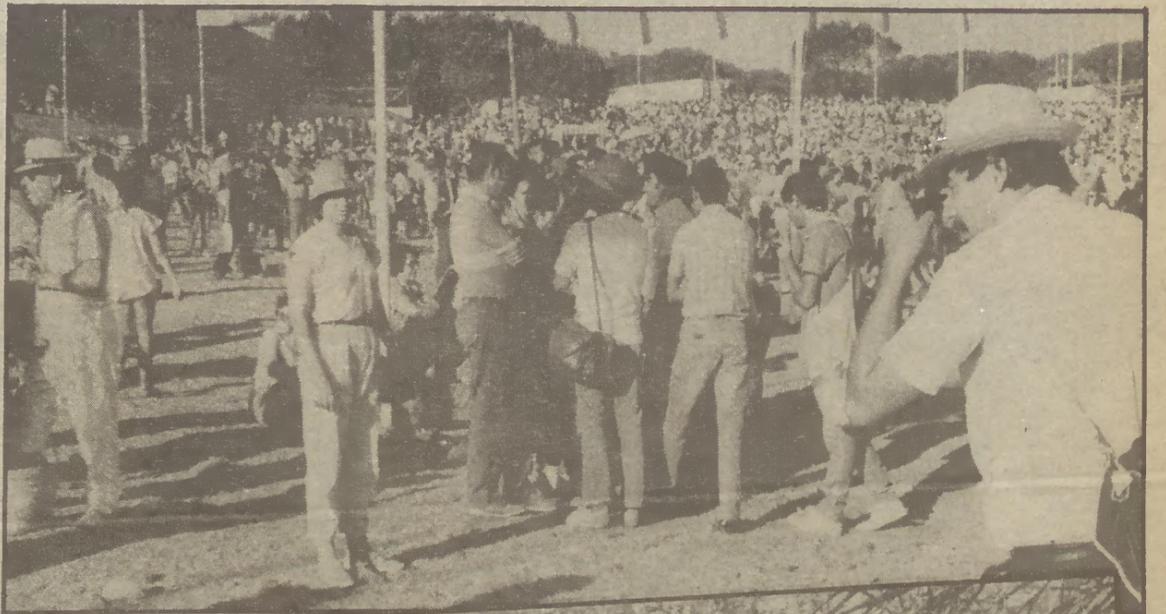
Nesse mesmo número, fizemos as fotos da Festa e privilegiámos a multidão, quem nela participa anonimamente.

Este número, fazê-mo-lo de uma forma diferente. Tratamos a Festa na primeira pessoa do singular. Falamos dela por intermédio de todos aqueles que — por intermédio da sua arte — fazem com que ela constitua o maior acontecimento cultural do País.

Por isso, aqui temos fotos dos diversos palcos, a começar pelo 25 de Abril, passando pelo Avanteatro, e a acabar no 1.º de Maio que, uma vez mais, foi auditório.



AS FOTOS DA FESTA



REFORMADOS

Cidadãos de plena discriminação

Cerca de 20 por cento da população portuguesa é constituída por reformados, com os seus problemas concretos, com as suas aspirações concretas.

Na sua globalidade, são mais de um milhão e novecentos mil. Recentemente, o Governo estipulou um ajustamento das

reformas.

Ao atribuir este ajustamento, pôs em prática uma impressionante máquina de propaganda.

Mas o que há de verdade neste aumento? É justo ou não é justo? Quem é beneficiado?

Estas são algumas das perguntas que o «Avante!» colocou numa conversa que um seu repórter manteve com **Manuel Duarte Gomes**, membro destacado do **Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI)** e com **Manuel Furtado**, presidente da **União dos Pensionistas da Previdência e da Segurança Social (UPSS)**.

«Avante!» — Quantos reformados são atingidos por este aumento?

Duarte Gomes — Na sua totalidade (que abrange o regime geral, o regime rural e a pensão social), são beneficiados cerca de 950 mil reformados, o que quer dizer que cerca de 800 mil reformados não são aumentados nem um centavo, por terem reformas superiores a 10 mil escudos.

«Av!» — E é exactamente por isso que vocês contestam este aumento. Não haverá aí uma contradição? Pergunto isto porque as organizações representativas pugnam por reformas iguais ou superiores a 50 por cento do ordenado mínimo nacional...

DG — De forma alguma, uma vez que nós lutamos por que a reforma mínima seja de 13400 escudos. Além do mais, somos da opinião que cada vez mais, as reformas têm de se ajustar, em vez de se aumentar a clivagem nelas existentes...

Governo aumenta discriminação

Manuel Furtado — Ora o que nós vemos é exactamente o contrário. O Governo tem como preocupação domi-



Manuel Furtado (ao centro) e Duarte Gomes (à direita) em conversa com o «Avante!»: «a política deste Governo é anti-social»

nante fazer um leque de alargamento de diferenças entre os diversos reformados. Tem como preocupação dominante deixar-nos mais cá para trás e avançar com determinados sectores. Só que não é assim que se encontram as soluções para os graves problemas dos reformados. Essas so-

luções encontram-se com a unificação das reformas. E só a partir daí é que o reformado pode contentar-se dentro de uma pensão justa, ou seja com cerca de 50 a 60 por cento do salário mínimo nacional.

«Av!» — Ou seja...

DG — Ou seja que, se fizermos uma análise cuidada, verificamos que as anteriores pensões mínimas eram de 6900 escudos no regime geral, 5900 para os rurais e a pensão social correspondia a 5700 escudos.

Temos assim que existia uma diferença na ordem dos 1000 a 1200 escudos. Com os aumentos decretados pelo Governo, a diferença entre os di-

dormem na rua. Que fazem da rua a sua casa.

Quem quiser passar pela baixa, vê onde é que os idosos vivem...

DG — Depois de terem trabalhado uma vida inteira...

MF — Vivem nos buracos da rua. Levam um colchão e chegam a uma esquina qualquer, metem-no no esconço mais escondido, dormem ali e no dia seguinte vão fazer outra vida qualquer, vão mendigar, vão aos caixotes do lixo.

DG — A nível da assistência médica verifica-se que os reformados só deixam de pagar uma parte dos medicamentos. Podemos até dizer que são

aqueles medicamentos que são para os levar para a cova.

Os reformados entendem que se deve praticar uma política de medicina preventiva. Há muitos medicamentos (tónicos, regeneradores, vitamínicos) que são extremamente importantes para os idosos e a maior parte deles ou são pagos numa percentagem elevada ou são pagos na sua totalidade pelos reformados.

Nós entendemos que a nível de determinados medicamentos e produtos dietéticos, os reformados deveriam ser contemplados por forma a que a

versos regimes de reforma passou a ser de 2500 e 3500 escudos, respectivamente.

Quanto a nós isto é anticonstitucional e anti-social.

Problemas e mais problemas

«Av!» — Mas falemos de problemas concretos com que os reformados se debatem.

MF — Falemos do aumento das rendas de casa que, na sua totalidade, abrangeu neste turbilhão mais de um milhão de pessoas, a sua maioria reformados.

Falemos ainda da assistência médica. O que é que nós vemos? Os médicos e os remédios são hoje demasiado caros para as nossas posses.

Hoje, um reformado, para se ir abastecer a uma farmácia, tem de optar. Ou come e não compra medicamentos, ou compra medicamentos e não come, porque a sua situação económica não lhe permite fazer as duas coisas.

Além do mais, aumentou o gás, aumentou a água...

Os sapatos que nós comprávamos há três anos por quatrocentos escudos custam-nos hoje mais de um conto de reis, a vida aumentou assustadoramente e quem sente isso na pele somos nós.

Não é por acaso que há pessoas que



Os números da miséria

Baseamo-nos num inquérito realizado pela Coordenadora Nacional do MURPI feito à escala nacional. Foram os reformados quem respondeu. São estes os números da miséria:

- 62,8 por cento sofre de doenças diversas;
- 68,4 por cento necessita de cuidados médicos permanentes;
- 53,8 por cento não tem assistência médica;
- 18,3 por cento está retido em lares;
- 50,4 por cento vive em casas abarracadas;
- 15 por cento vive em barracas degradadas e sem condições;
- 12 por cento não tem electricidade;
- 34 por cento não tem esgoto de qualquer tipo;
- 50 por cento não tem água nem casa de banho;
- 52 por cento são analfabetos;
- 1,3 por cento tem actividade cultural;
- 20 por cento não lê por falta de dinheiro;
- 8,8 por cento tem ajuda económica extra;
- 86,9 por cento tem dificuldades económicas;
- 43,9 por cento tem cónjuge a cargo.

sua saúde não implicasse maiores dificuldades do que aquelas por que já passam com tão magras reformas. Outro problema importante que gostaríamos de frisar prende-se com a fisioterapia e a reabilitação, para as quais os doentes, sem poderem, andam de um lado para o outro, de guichet para guichet, para receberem uma credencial.

Isto conduz a despesas enormes, à saturação, à perda de muitos dias. Situações que vão deixar marcas irreversíveis para os doentes.

Pensamos que isto constitui um verdadeiro crime a nível da saúde, que os próprios médicos desmascaram.



balho nas empresas, podem continuar a produzir e a contribuir para o enriquecimento do país. Não somos inúteis, só aspiramos a uma velhice sem problemas.

«Av!» — Mas não é isso que acontece.

DG — Se considerarmos que o poder de compra dos reformados diminuiu em mais de 60 por cento desde 1976 a 1985, verificamos que não. Este aumento é insuficiente. Não dão as condições mínimas a seja que reformado for. Vem atrasado e não contempla o número de reformados que deveria.

«Av!» — Mas o Governo afirma que se trata apenas de um ajustamento que não invalida os futuros aumentos...

DG — Pois é. Mas temos dúvidas que o futuro aumento seja superior a 10 ou 12 por cento. E contestamos estas pensões por julgarmos que são atribuídas dentro de um princípio anti-constitucional e anti-social.

O objectivo que defendemos é que as pensões dos diversos regimes se vão aproximando gradualmente do regime geral, e não o contrário, como verificamos com este ajustamento que, como vimos, aumenta ainda mais o leque da discriminação.

Estes aumentos não correspondem às pretensões dos reformados. Tínhamos o direito a que as reformas avançassem de acordo com o aumento do custo de vida. Ora o Governo não o entende assim. É justo tudo isto?

■ JM

Os lares e ainda as reformas

«Av!» — Falemos do internamento nos lares e das suas condições...

DG — Só em última instância é que um reformado deve ser completamente internado, porque uma pessoa nesta situação — especialmente a partir de uma certa idade — perde qualquer contacto com o exterior...

MF — Metem as pessoas num lar pensando que estas vão lá viver muito tempo. Acontece exactamente o contrário. Num lar, o idoso morre rapidamente porque perdeu o contacto com a população. Morre porque corta com os seus hábitos de sempre. Morre por falta de cuidados...

«Av!» — Falta de cuidados?

MF — Sim, uma empregada que está num lar comercial não tem habilitações para cuidar de uma pessoa idosa. Se esta está doente, chamam

um médico de repente, que receita qualquer coisa e depois se vai embora, porque os lares comerciais não têm pessoal médico permanente.

Nós não queremos ser isolados do meio ambiente.

DG — Não é metido em cimento armado, por muito bem arranjado que o quarto esteja, que um idoso, habituado a uma certa liberdade, se sente bem.

Os lares devem ter zonas verdes, zonas de entretenimento, áreas desportivas, ginástica, horticultura, artesanato...

MF — São estas coisas que nos fazem sentir bem.

DG — Somos cidadãos com todos os direitos, o que é um conceito bastante diferente daquele que é praticado.

«Av!» — Não querem ser postos na prateleira...

DG — Exacto. Os idosos não são pessoas inúteis. Mesmo depois de terem dado o seu tempo normal de tra-



É urgente

Realizou-se recentemente a VI Conferência Nacional do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos. Da discussão mantida na altura, os reformados aprovaram uma série de reivindicações urgentes e prioritárias que constituem medidas para melhorar de imediato a vida deste extracto da população.

Os reformados exigem que as reformas sejam de 13 400 escudos no regime geral e de 11 800 escudos no regime dos rurais e na pensão social. Exigem ainda que as pensões superiores à mínima sejam calculadas em função da inflação e que todas elas sejam indexadas no início de cada ano.

A cobertura integral pelo Estado dos encargos com prestações não contributivas e a possibilidade do pagamento das pensões em qualquer instituição bancária são ainda reivindicações dos reformados que pugnam pela aplicação nos termos constitucionais de um Serviço Nacional de Saúde, geral e gratuito, pela rápida implementação de Centros de Saúde, em todo o país, com condições para uma eficiente prestação de cuidados de saúde e pela gratuitidade de medicamentos, próteses e tratamentos termais.

Considerando uma reivindicação prioritária, os reformados exigem que se revogue imediatamente a lei das rendas de casa e que a fixação destas rendas seja feita tendo em conta a capacidade económica do agregado familiar, ficando desde já proibida a extensão de acções de despejo a todas as pessoas que só disponham de uma pensão como meio de subsistência.

No que concerne aos apoios sociais, os reformados exigem a redução de 50 por cento nos transportes públicos e nos bilhetes para espectáculos recreativos, desportivos e culturais, bem como a isenção do pagamento das taxas de rádio e televisão nos casos em que a pensão de reforma não ultrapasse o valor mais elevado do salário mínimo nacional.

Reivindicação antiga, mas que nem por isso deixa de ser prioritária, é a qualificação do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos como parceiro social e a atribuição de direito de antena na Radiotelevisão Portuguesa e na RDP a esta organização, bem como a extinção de qualquer forma de marginalização e o direito à participação directa do MURPI no estudo, na orientação e na gestão de tudo o que diga respeito aos reformados, pensionistas e idosos, o que abrange a participação de representantes seus aos vários níveis das instituições de Segurança Social e de assistência social.

Outras reivindicações prioritárias dos reformados são a instalação de lares para idosos — com condições — nas regiões mais carenciadas, o apoio domiciliário eficiente aos inválidos e aos idosos, a extensão aos familiares a cargo dos pensionistas do direito à isenção do pagamento das taxas de consulta, elementos complementares dos serviços de diagnóstico, radioterapia, medicina física e de reabilitação prestados pelos serviços de saúde e que o suplemento de grande invalidez seja de 11 250 escudos e que a sua atribuição seja independente do complemento do cônjuge a cargo. ■

Violência no ecrã violência na vida

• A juventude e os meios

de comunicação de massas

A informação e a comunicação são formas específicas de poder. Não só representam o poder, como podem também participar de forma importante na luta pelo poder. Este último aspecto diz respeito em especial à televisão. Ao comparar o efeito que a televisão pode produzir no pensamento do público com as possibilidades que têm os restantes meios de comunicação de influenciar a opinião pública, ocorre-nos — e não por acaso — o paralelo entre uma bomba atómica e uma arma clássica. A ideia não é nossa, antes foi expressa em 1982 pelo então director do segundo canal da Televisão Francesa e cabe dizer que desde então a sua actualidade não parou de crescer face ao enorme *boom* do vídeo que se propaga pelos países do ocidente e que influencia, em particular, a infância e a juventude.

São muitos os sociólogos, psicólogos e psiquiatras especializados em questões da infância que desde há algum tempo chamam a atenção para o facto de que uma criança, no seu comportamento, imita às vezes de modo assombroso cada detalhe que vê no ecrã e, infelizmente, tem tendência para dedicar atenção aos fenómenos negativos. Violência, individualismo, brutalidade, indiferença pela sorte do outro, são elementos que despertam na criança a sua propensão para a agressividade, a libertinagem, o vandalismo, etc.

Há algum tempo, na Grã-Bretanha, foi criada uma comissão parlamentar para o estudo deste problema. Ao fim de três anos de sondagens, pesquisas e investigações, as conclusões tiradas pelos especialistas que integravam a comissão confirmaram plenamente as preocupações dos pedagogos e dos médicos. A tendência para manifestações de brutalidade e violência física está a aumentar no comportamento da juventude britânica.

Simultaneamente com estas investigações realizou-se na Grã-Bretanha um estudo que abarcou mais de 4500 crianças em idade escolar. Os resultados revelaram que cerca de 45% das crianças inquiridas (a partir da idade de sete anos) tinham visto um ou mais programas de vídeo orientados para a propagação da violência e do sexo.

Após a publicação deste e de outros estudos que coincidiram nas suas alarmantes conclusões, até mesmo na imprensa burguesa da Grã-Bretanha apareceram artigos acusando os consórcios da indústria de vídeo de serem responsáveis pelas deformações surgidas na educação da juventude britânica nos últimos anos, como também do que acontece nas cidades, estádios desportivos e outros lugares do Reino Unido. Contudo, os lucros que proporciona hoje a indústria do vídeo são tão vertiginosos que até à data têm sido silenciadas quase todas as vozes que se levantaram para exigir uma mudança.

Dados alarmantes

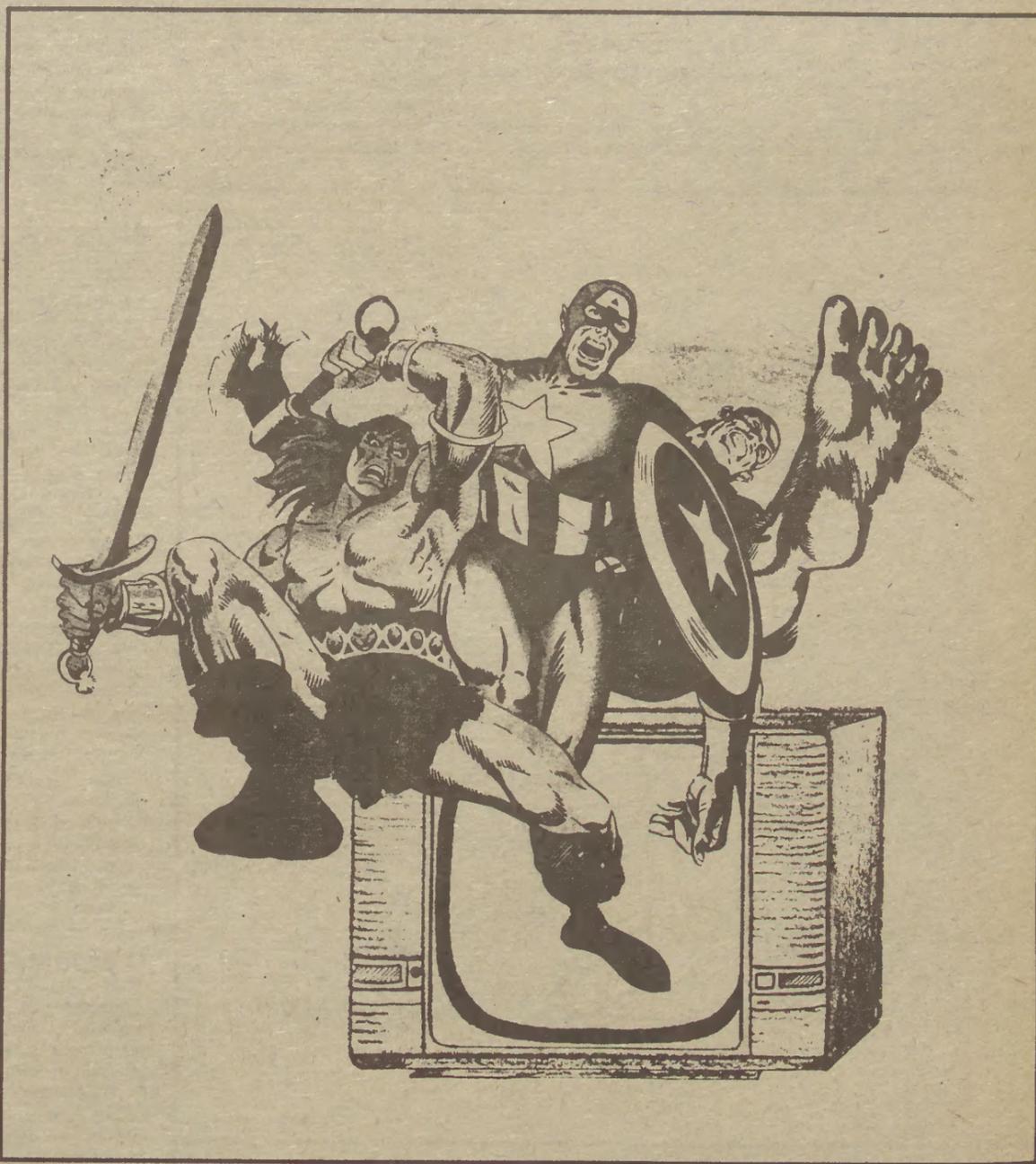
Também nos Estados Unidos várias revistas de orientação distinta publicaram dados alarmantes e assombrosos. Assim, por exemplo, «The People» assinalou que no filme *Rambo* o espectador pode ver, no total, 44 assassinatos, ou seja, um assassinato por 2,1 minutos. E isto sem contar com as vítimas das batalhas e con-

frontos. «The Parade» traz outro exemplo inquietante, afirmando que nos últimos cinco anos pelo menos sessenta filmes de longa metragem apresentaram a droga como algo inocente e que faz parte da vida do jovem do nosso tempo. No seu comentário, «The Parade» limitou-se à produção cinematográfica. A ela, no entanto, há que acrescentar as telenovelas e os programas de vídeo para obter uma imagem verídica do «âmbito cultural» em que cresce a juventude norte-americana.

No Outono do ano passado, os EUA foram cenário de uma inédita onda de polémicas sobre este problema. Foram sobretudo representantes das igrejas que fizeram críticas severas da situação dominante, coincidindo todos na opinião de que o sexo e a violência no ecrã do televisor dão origem a tipos anti-sociais e agressivos de comportamento da juventude.

Um comité especial composto por representantes de diversas igrejas elaborou um documento que incluía recomendações e propostas de solução para a situação reinante. A recomendação dirigida ao governo dos EUA exortando-o a assumir plenamente o controlo e a combater as influências conducentes à degradação moral da juventude, foi considerada como muito interessante. Nas condições de crescimento alarmante da violência, dizia o documento, os habitantes das nossas cidades estão à mercê dos meios de comunicação, os quais, segundo parece, escapam a qualquer tipo de controlo. O documento considera como mais perigosa a produção de certo tipo de cassetes musicais de baixa qualidade cultural, a multiplicação em vídeo-cassetes de determinados tipos de filmes de longa metragem, mas também a actividade das cadeias de televisão nas mãos dos monopólios e a divulgação cada vez maior de programas de infimo valor cultural através das redes de televisão por cabo.

A indústria de entretenimento, em que os meios de comunicação de massas desempenham um papel primordial, é uma fonte de enormes lucros em que os EUA alcançam a fabulosa soma anual de 300 000 milhões de dólares. O lucro líquido pela venda de entradas para os 20 000 filmes exibidos em todo o país no ano passado ascendeu a 4 000 milhões de dólares. E mais de metade dos bilhetes foi vendida a espectadores entre os 12 e os 24 anos de idade. Os aficionados da música entre os 10 e os 24 anos compram cerca de 64% de toda a produção de discos e gra-



vações em fitas magnéticas. A venda e aluguer de vídeo-cassetes rendeu aos negociantes 3200 milhões de dólares apenas em 1985. E isso deveu-se sobretudo ao enorme interesse por parte das crianças e dos jovens nestes meios de difusão.

Num beco sem saída?

Entre os 2 e os 12 anos de idade, a criança norte-americana passa em média 25 horas semanais a ver televisão, e entre os 12 e os 17 anos cerca de 3 horas e 54 minutos por dia.

Como escreve o «US News and World Report», há cada vez mais casos concretos e comprovados da influência negativa de determinados programas televisivos e de vídeo sobre a vida emocional do jovem e da criança. Podemos recordar, neste contexto, as sevícias praticadas por

bandos de Filadélfia de que se falou amplamente estabelecendo a relação com um filme que fazia propaganda do karaté, ou o caso do assassinato de uma mulher por um rapaz de quinze anos, em Carolina, inspirado directamente no filme «Sexta-feira, 13». Segundo o testemunho de amigos de outro jovem processado por ter cometido 16 assassinatos, foram as composições de alguns conjuntos de música *rock* e sobretudo o disco «Highway to the devil» que lhe serviram de inspiração para cometer crimes tão horrorosos. São inúmeros os sociólogos que advertem para o facto de que uma parte considerável dos 5000 suicídios que anualmente vitimam adolescentes norte-americanos, têm as suas raízes psicológicas na atracção por uma música fatalista com letras pessimistas que predomina nas fitas de vídeo.

Calcula-se que entre o sétimo e o décimo segundo graus o jovem estudante norte-americano passa um total de 10 500 horas a ouvir música *rock*,

ou seja, apenas 500 horas menos do que o total de horas de aprendizagem escolar.

É assim que a sociedade da «empresa livre», tão louvada pelos meios de comunicação do ocidente, uma sociedade em que nem sequer o Congresso pode adoptar leis «limitando a liberdade de expressão e de imprensa» segundo estipula a Primeira Emenda à Constituição norte-americana, está praticamente num beco sem saída. Os apelos dirigidos à Comissão Federal para as Questões de Comunicação, criada há algum tempo para manter alguma ordem no sistema de divulgação pública, não são ouvidos. E os enormes lucros resultantes da actividade da indústria de entretenimento têm mais peso na actual sociedade norte-americana do que o interesse num desenvolvimento saudável da jovem geração.

■ V. Kabanov,
in O Jornalista Democrático

Droga

O casal Reagan mostra-se muito preocupado com o consumo de drogas no seu país. Dizem até que vão empenhar-se no combate ao tráfico de narcóticos. Curiosas as afirmações deste par. Volta e meia envolvem-se assim em «cruzadas», dão entrevistas, oferecem jantares e aí vão eles. Da cruzada contra o comunismo estamos já marrecos de ouvir falar, mas desta contra a droga é que, convenhamos, não nos passava pela cabeça. Não que a droga não seja um problema grave, ele é pelo menos tão grave como o facto de Reagan ser presidente dos EUA. Mas esta de Reagan lançar uma campanha contra a droga não pode deixar de provocar alguma surpresa. Pois então não foi o próprio que ordenou a redução das verbas federais destinadas ao tratamento das doenças resultantes do abuso de drogas e à prevenção da narcomania? Não é unanimemente reconhecido por todos as grandes cumplicidades por parte

das altas esferas das finanças e multinacionais no tráfico de drogas? Não é verdade que o tráfico de estupefacientes disfruta de assinalável à-vontade no que aos serviços fiscais americanos diz respeito? Não é o próprio exército americano a usá-la em diversas circunstâncias já denunciadas (Vietname, etc)? Perguntas... Alguém que lhes responda. Uma palavra final. Como interpretar a acção terrorista das tropas dos EUA na Bolívia a pretexto do combate à droga e que provocou o repúdio internacional? Que a droga é uma questão preocupante ninguém o dúvida. Mas para todos também é claro que não é Reagan que o irá resolver pois não é nisto que ele está interessado. Os bolivianos que o digam.

Os interesses dos portugueses

Cavaco Silva voltou dos *states* e como não tem uma avozinha

Pontos Cardeais

que o gabe gabou-se sozinho: «defendi o melhor possível os interesses de Portugal e dos portugueses». Como por exemplo, acenando a hipotéticos investidores com o baixo custo da mão-de-obra portuguesa. Cavaco chegou mesmo ao cúmulo de citar números comparativos sobre os custos médios dos trabalhadores em vários países. Assim, em 1985, enquanto em Portugal o custo era de 1,43 dólares/hora, em Espanha já chegava aos 4,78 dólares, em França aos 7,67, aos 9,55 na Alemanha e aos 13,20 nos EUA. Como se vê, nada melhor do que vir para Portugal explorar os trabalhadores portugueses. No nosso interesse, é claro.

Por falar nisso...

Por falar nisso, em trabalhadores e defesa de interesses, registre-se a denúncia feita esta semana pelo Centro Suíço-Imigrantes e divulgada pela imprensa suíça, da exploração a que estão sujeitos naquele país os trabalhadores portugueses clandestinos. Segundo afirma o CSI os nossos compatriotas são tratados como escravos, trabalhando sem dias de descanso, sem salário conveniente, sem benefícios sociais de qualquer espécie, chegando a ficar fechados aos fins-de-semana. O Ministério dos Negócios Estrangeiros português desconhece!

Já agora...

Já agora vale a pena falar dos operários portugueses na União Soviética. Os contratos são feitos por uma empresa de Matosinhos; o trabalhador seleccionado vai de avião até Moscovo, passa a noite num hotel de luxo e voa depois para a região do mar Cáspio, onde se situam os estaleiros. Aí tem boas condições de trabalho e de vida, incluindo diversões que vão dos jogos ao cinema, aquecimento e vestuário adequado ao clima, dois seguros (de vida e de trabalho) e direito a 15 dias de férias pagas em Portugal, como viagens por conta da empresa, ao fim dos seis meses de trabalho. Dizem os empresários portugueses que da parte soviética nem sequer há problemas em conceder os «vistos». Presume-se que o MNE também desconheça. Quem diz tudo isto, note-se, são os próprios empresários nortenhos.

O presidente

O presidente do conselho de gerência da TAP deu, há dias, a sua primeira entrevista enquanto ocupante do cargo. Falou da situação na empresa e lembrou que dentro de cerca de três anos ela deve estar equilibrada. Para tal, foi dissertando, é «inevitável» o despedimento de cerca de dois mil trabalhadores. Depois, quando aqueles que laboram na companhia aérea nacional estiverem amansados com o espectro do desemprego e quando a empresa estiver pronta para levantar voo, o presidente é da opinião que a TAP deve ser privatizada. E mais diz. Por exemplo que fará como um primeiro-ministro que faz as suas guerras lá pela Inglaterra. Que proporá uma parte do capital aos trabalhadores e que os sectores menos rentáveis ficarão na mão do Estado (o que somos nós que afirmamos com base em todo o plano de reprivatização das empresas transportadoras). É caso para dizer que ou o presidente não tem os pés bem assentes na terra ou então se está a preparar para outros e mais altos voos.

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

I
Mandaram o Cavaco à América e ele foi, todo lampeiro com a sua libré rica de tanto botão doirado...

E travou conversações e ouviu conselhos, sermões e diante de seus patrões pôs no chão os pés e as mões...

Do que disseram, não disse nada que pusesse ao léu a habitual vendilhice da rafeirice béu-béu...

Mas o povo português renega, como eu renego, a política má rês que põe Portugal no prego...

II
Claro, o Reagan visitou e é de crer que, na empada, o que se parlapatou foi uma grande coboiada...

De modo que com desdém logo o Reagan resolveu: — Vou mandá-lo para quem sabe melhor do que eu...

Foi então, segundo sei, que o Cavaco, ó bicharia!, conferenciou com o Casey o manda-chuva da CIA...

E isto tem um significado fala tanto só por si que o poema agoniado resolve acabar aqui...

III
Vacilava, doente e malcheiroso, o dente. — Que é que ele tem doutor? dizia o sofredor Já com a broca à vista. Logo o dentista imperturbável, diz: — Este dente, senhor, está podre de raiz...

Torna o doente aqui com fraca entoação: — Vamos esperar então que ele caia por si? E o médico: — Está louco? Corre perigo, e não pouco, de infecção. Agora não se pode nem tratá-lo. A um dente podre, que já nada interessa o melhor a fazer, é arrancá-lo e depressa, depressa!

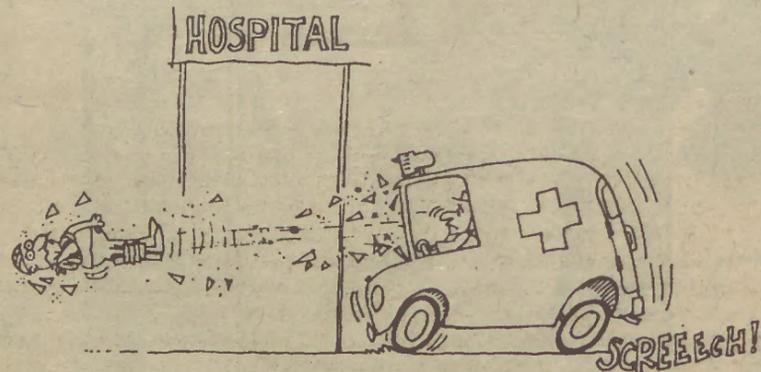
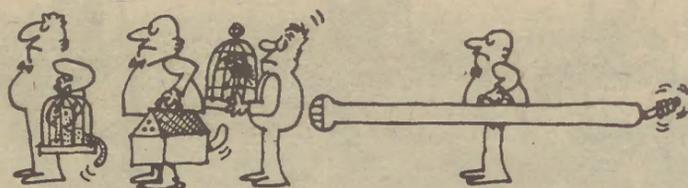
Não é preciso ser um dentista afamado para o mesmo dizer deste governo podre e condenado...

IV
Como é isto, como é? — pergunta quem não sendo ainda comunista, diante da imensidão da festa do «Avante!» com o espanto nos olhos, se detém.

Esta gente liberta donde vem? Porquê esta alegria triunfante? De que magma este doce diamante? Quantos mais sois descobre a noite-mãe?

Não manda aqui nem ódio nem o medo. A nossa Festa aqui tem o segredo criador afinal de bens supremos.

Há quem se enrole mais e mais na intriga. Mas não se cria o Sol com a barriga: só nasce o Sol do ideal que só nós temos.



Agenda /

Avante!

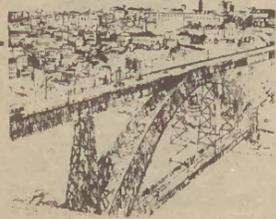
Ano 56 - Série VII

N.º 664

18 de Setembro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Sábado e domingo

Festa da Unidade no Bonfim/Porto

promovida pela Comissão de Freguesia

Sábado ²⁷

Baile com o conjunto «Diapasão», às 21 horas

Intervenção sobre a situação política pelo camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC

Domingo ²⁸

Manhã infantil
À tarde, espectáculo musical com «Malta do Rio»
Sessão de fados à noite.

Loures

Parque de Campismo do Cabeço de Montachique nos dias 19, 20 e 21



Festival da Paz

Organização da Câmara Municipal de Loures
espectáculo de encerramento no domingo com a participação de José Fanha e o grupo «Ronda dos Quatro Caminhos»

Quinta ²⁵

Sessão de Solidariedade com o povo do Chile

promovida pela Organização Local de Lisboa do PCP

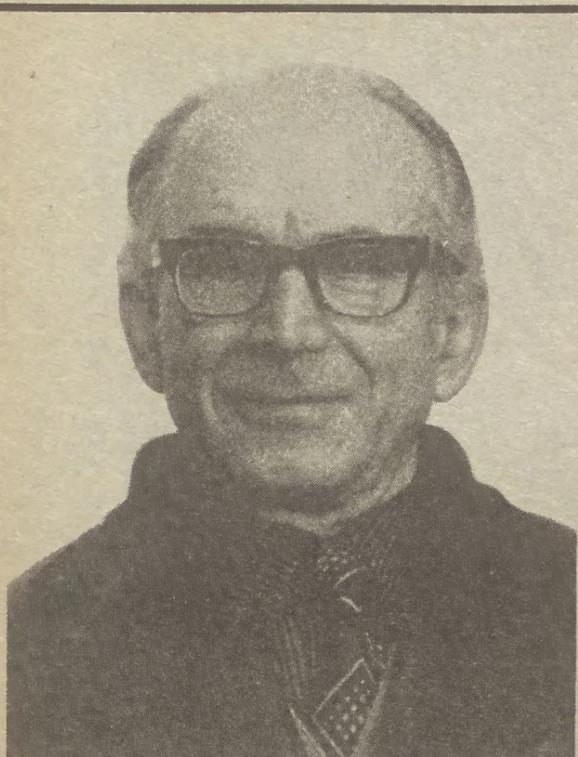
Casa do Alentejo, 21 horas



ANTOLOGIA



PICHON, Michel - (1945) Francês.
In «Les chefs-d'oeuvre du dessin d'humour».
Antologia Planète 1968.



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por FERNANDO CORREIA



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que, durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

edições
Avante!

TV

O Programa

Quinta 18

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Videópolis
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.30 — Navegar (1.º epis.)
- 16.00 — Retalhos da Vida de um Médico — «Dois Casos Bicudos», 11.º epis.
- 17.00 — Ontem Viu? — «Foi Êxito na TV»
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Portas do Desconhecido — «Alquimia», 4.º epis.
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo», (138.º epis.)
- 21.20 — Golo
- 22.00 — Hill Street
- 22.50 — Últimas Notícias
- 23.20 — Remate Especial: «Fórmula 1».

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Caminhos do Eterno: «Museu de Elvas», 15.º epis.
- 20.30 — O Novo Pacífico, 4.º epis.
- 21.30 — Festival Asiático (último epis.)
- 22.50 — Últimas Notícias
- 23.00 — Telenovela: «Vereda Tropical».

Sexta 19

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Setentrão
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.35 — Espaço Visual
- 16.00 — Os Malas, adaptação do romance de Eça de Queiroz (1.º epis.)
- 17.00 — O Mar e a Terra: «Ponta das Almadias», 10.º e últ. epis.
- 17.30 — Se Bem me Lembro
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Recriar o Espaço
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela: «Corpo a Corpo»



- 21.25 — Coração a Quanto Obrigas
- 21.55 — Série: «Fortunata e Jacinta»
- 22.50 — Últimas Notícias
- 23.20 — Remate Especial: «Fórmula 1».

RTP2



- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Coleccionando
- 20.30 — À Margem
- 21.00 — Campeonato da Europa de Ginástica Rítmica
- 22.05 — Últimas Notícias
- 22.30 — Telenovela: «Vereda Tropical».

Sábado 20

RTP1

- 12.00 — Sumário
- 12.05 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Desenhos Animados
- 13.30 — Automobilismo: «Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1» (treinos de qualificação)
- 14.05 — O Mundo Maravilhoso de Walt Disney
- 14.50 — Revista de Toiros
- 15.20 — Os Jovens Heróis de Shaolin
- 16.20 — Os Marretinhas
- 17.05 — Livros
- 17.30 — O Corpo Humano
- 18.00 — Top Disco
- 18.50 — América do Sul Terra de Contrastes
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Aplauso
- 22.00 — Série: «Dinastia»
- 23.00 — Remate Especial «Fórmula 1»



- 23.15 — Sábado Especial: «Coração Solitário», real. Robert Ellis Miller (EUA/1966).

RTP2

- 15.00 — Troféu
- 20.00 — Documentário: «Os Caminhos de Compostela»
- 20.35 — RTP/Brasil
- 22.30 — A Rota da Seda.

Domingo 21

RTP1

- 10.45 — Sumário
- 10.52 — Automobilismo: «Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1»
- 11.25 — Missa Dominical
- 12.30 — Automobilismo
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — TV Rural
- 13.45 — Tempo dos Mais Novos
- 14.15 — Automobilismo
- 16.30 — Sessão da Tarde: «Um Homem na Solidão»
- 18.15 — M de Mulher
- 19.10 — Falando de Mozart
- 19.40 — Como, Quem, Porque
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Fados na Márcia Condessa
- 21.00 — Série: «O Polvo»
- 22.00 — Domingo Desportivo.

RTP2

- 15.00 — Ginástica Rítmica: «Campeonato da Europa»
- 18.30 — Musical: «Count Down»
- 20.00 — Divulgação: «Novos Horizontes»
- 21.15 — Musical: «Concurso dos Jovens Solistas da UER»

Segunda 22

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Encontro
- 11.30 — Espaço 11/13

- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.25 — Documentário
- 15.50 — O Homem é um Mundo, 12.º Epis. — «Torre do Tombo»
- 16.20 — Série — «As Aventuras de Zé Gato» 12.º Epis.
- 17.10 — Caldo de Pedra
- 17.30 — Ontem Viu?
- 18.00 — Tempo dos Mais novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — As Profissões — «O canteiro»
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.25 — Esta Noite com...

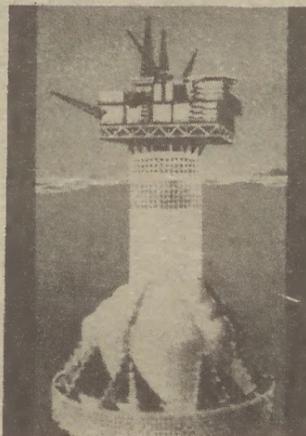
- 19.45 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Programa da Direcção de Informação
- 22.35 — Série — «A Flora do Novo Mundo», 3.º Epis.
- 23.00 — 24 Horas.

RTP2

- 16.30 — Europa TV. Às 18.55, «Rubens, Pintor e Diplomata», 4.º e 5.º Epis.
- 20.00 — Notícias



Homenagem a Tourneur — Terça, RTP-2



- 22.30 — As Sete Maravilhas da Técnica, 5.º Epis. — As estruturas flutuantes do Mar do Norte para extracção de petróleo
- 22.25 — 24 Horas.

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.25 — Desenhos Animados
- 20.25 — Nunca é Tarde — Entrevista com o prof. Almerindo Lessa, especialista em problemas da terceira idade
- 20.55 — Zoom
- 21.20 — Notícias
- 21.25 — Espaço Jazz
- 22.25 — Últimas Notícias
- 22.30 — Telenovela — «Vereda Tropical».

Terça 23

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Conheça Melhor
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.35 — Igreja Matriz de Caminha
- 16.00 — Som Directo — O Grupo «Da Vinci»
- 17.00 — Histórias com Pés e Cabeça
- 17.30 — Ontem Viu?
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — Trânsito

- 20.05 — Videopolis
- 20.30 — Falar de Macau
- 21.00 — Homenagem ao cineasta francês Maurice Tourneur — Exibição de «Au Nom de la Loi» (França/1931, 78 min.)
- 22.40 — Últimas Notícias
- 22.45 — Telenovela — «Vereda Tropical».

Quarta 24

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Memória de um Povo — A Aldeia do Barroso
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.35 — Série — «Os Romanos entre Nós»
- 16.05 — A Batalha do Buçaco
- 17.05 — Série — «Dia a Dia»
- 17.35 — Ontem Viu?
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Telemundo
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.45 — Telenovela — «Corpo a Corpo»



- 21.30 — Noite de Cinema — «Livres à Quarta-feira», real Robert Ellis Miller, interpr. Jane Fonda, Jason Robards (EUA/1966, 106 min.)
- 23.20 — 24 Horas.

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.50 — Conheça Melhor
- 20.30 — Série — «Esta Terra tão Frágil», 1.º Epis.
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Foi êxito na TV («Gente Fina é Outra Coisa», 9.º Epis.)
- 22.15 — Últimas Notícias
- 22.25 — Telenovela — «Vereda Tropical».

Cinema

A seleção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
B A Casa Encantada	—	★★★	★★★	—	★★★
C A Cor Púrpura	—	—	★★★	—	★★★★
D Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
E Fantasia	—	—	★★★	★★★	★★★
F As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
G Ginger e Fred	—	—	★★★	★★★	—
H Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
I Revolução	—	★★	★★	★★	★★
J Sangue Por Sangue	—	★★★	★★★	★★★	★★
L Terror na Auto-Estrada	★★	★★★	★★★	—	★★★★

A — Real. Michael Cimino — Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 B — Real. Alfredo Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Steven Spielberg — S. Jorge (15.00, 18.15, 21.30) e ainda Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Walt Disney — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 24.00), Tivoli (14.00, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Tibe Hooper — Alfa/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Eden (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Federico Fellini — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Hugh Hudson — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 J — Real. Joel Coen — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 L — Real. Robert Harmon — Fonte Nova (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa; Bêbé (21.45) Porto.

Exposições

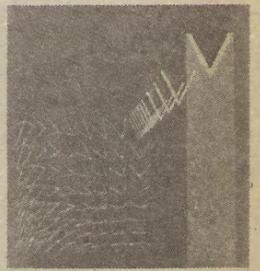
Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.
 António Quina, «Memórias do Sagrado» (ardósia esculpida); Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48 (Bairro Alto), de 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30 (até 20/9).
 Colectiva de pintura (Dario Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett, De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.
 Colectiva de pintura e gravura (Charles de Almeida, Manuel Cargaleiro, etc.). Gal. Multifaces, Centro Comercial Gemini. Das 10.00 às 14.00 e 15.00 às 17.00.
 Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).
 III Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian, de 3.ª a sáb., das 15.00 às 19.00, dom. das 10.00 às 17.00.
 Exposição-concurso AICA/Phlae, Sociedade Nacional de Belas Artes, diariamente das 14 às 20.00.
 A Guerra Civil de Espanha e a Morte de Garcia Lorca. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00.
 João Cutileiro, «O Nu e o Vestido», Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.
 João Dionísio, pintura e desenho. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, de 2.ª a 6.ª, das 14 às 17.30.
 José Nuno da Câmara Pereira, «Em Baixo Rente ao Chão», Forum Picoas. Das 19.00 às 22.00 (até 21/9).
 L Attitude, colectiva de escultura. Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 9-B. Das 15.00 às 20, excepto domingo (até 10/10).
 Maria Isabel Barreno, painéis bordados. Cava da Livraria Interlivro (Espaço Mulheres), Rua Pedro Nunes, 9-A. De 2.ª a 6.ª, das 15 às 19.00 (até 30/9).
 Mena Brito, pintura. Centro de Dança Armando Jorge, Av. João Crisóstomo, 6-A. Até fim de Setembro.
 Museu da Água Manuel da Maia. Mãe de Água das Amoreiras, Pr. das Amoreiras, 10. De 3.ª a 6.ª das 13.00 às 17.00.
 «Nilzuma», escultura. Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Bettencourt.
 Pedro Chorão, desenho e pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9 às 20.00; sáb. das 9 às 13.00.
 Prémios AICA/SEC, Centro de Arte Moderna. Rua dr. Nicolau Bettencourt, de 4.ª a sáb., das 14.00 às 19.30, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00. Prémios atribuídos entre 1981/85.
 Cartazes, 40 cartazes, do concurso organizado pelo Secretariado do Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz, na Cooperativa Arvore. Das 14.00 às 23.30. PORTO.
 Cristovam Dias, fotografia. Gal. JN. R. Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a 6.ª/14.30 às 19.30. PORTO.
 Esculturas no Jardim, Delegação Regional do Norte da SEC, R. António Cardoso, 175, 2.ª e 6.ª das 9 às 12.00 e 14 às 19.00; sáb. e dom., das 15 às 19.00. PORTO.



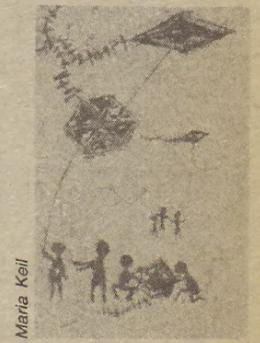
Hansi Stael



Vitor Pomar



Artur Rosa



Maria Keil

Fotografia, (des)-construções, de Américo Silva. Na Cooperativa Arvore, das 14.00 às 23.30. PORTO.

Isabel Laginhas, EG Galeria, R. do Castro, 210, de 3.ª a sáb., das 16 às 19.30. PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro) PORTO.

Júlia Ramalho, Galeria de Arte da «Pop Cave», R. D. Diogo Pinheiro, 24, das 14 às 19.30. BARCELOS.
 Anibal Sequeira, fotografia. Casa da Cultura CALDAS DA RAINHA.

Lao Chin (China), escultura em barro. Museu José Malhoa CALDAS RAINHA.

Música — Manuscritos e Edições do arquivo da Biblioteca Geral da Universidade. COIMBRA.

Gerrit Van EE, escultura, Museu de Évora. ÉVORA.

Armando Correia, cerâmica, Galeria d'Arte Convês, Praia de Quiaios, das 15.00 às 20.00. FIGUEIRA DA FOZ.

A Europa na gravura do séc. XVIII (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Trajes Palacianos, Palácio Nacional de Mafra (até Setembro). MAFRA.

Ana Branca, José Tomás Féria e Viriato, pintura. Livraria Universal, Centro Comercial (até fim de Setembro). S. PEDRO DO ESTORIL.

Trinta Anos de Pintura, de Manuel Cargaleiro. Casino da Póvoa de Varzim. PÓVOA DE VARZIM.

D. Pedro IV/Pedro I do Brasil — Sua época (até 30/9). Palácio Nacional QUELUZ.

Bonecas («Revivalismo de Novecentos») de Ana Cassiano. Museu de Arqueologia e Etnografia SETUBAL.

Ouvresaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena SINTRA.

Teatro

O Cartaz

• Lisboa
 ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45. dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.
 A Barraca, Rua Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb e dom. às 16.00. Calamity Jane — Uma Mulher de Coragem, enc. de Helder Costa, com Maria do Céu Guerra. Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Berthold Brecht, enc. de João Lourenço.
 Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.
 Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30. dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota — Comuna
 Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45. dom./16.00, 20.30. E 22.45.
 Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal. Enc. Ivone Silva.
 Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2, de 4.ª a sáb./21.45, dom./18.30. Os Negros, de Jean Genet, enc. Rogério Carvalho. Sala 1, de 5.ª a sáb./18.30. Viagem para a Felicidade, de Franz Xavier Kroetz, enc. Rogério Carvalho, Interp. Lucinda Loureiro.
 Variedades, Pç. Mayer, de 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

Para Crianças

• Lisboa
 Padrão dos Descobrimentos, Belém, s á b . / 1 8 . 0 0 , dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. Joiselita Alvarenga.
 Grupo de Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75 B-2.º Dom. às 16.30. A Rua dos Fantasmas, de Javier Villafañe.

...e ainda

Música, debates, etc.

Semana Alentejana na Baixa da Banheira

A finalizar a 6.ª Semana Alentejana promovida pela Soc. Recreativa Cultural «União Alentejana» na Baixa da Banheira, haverá no domingo uma sessão sobre poetas e poesia alentejanos com a colaboração de Eduardo Olímpio, poeta, e a actriz Eunice Muñoz, apresentados por Mário Pereira.
 Entretanto, hoje, Rogério Brito, deputado do PCP, estará na Sociedade às 21.30 para uma conversa sobre a Reforma Agrária. O dia de amanhã, sexta-feira, a partir das 15h será dedicado às crianças, com cinema, poemas, ilusionistas, palhaços... e um ventríloquo!
 O programa de sábado inclui, a partir das 15.30, um desfile e exibição em palco de 25 grupos corais alentejanos.

Cinema

Na Cinemateca Portuguesa, vamos ter, esta semana, os

seguintes filmes: hoje, às 21.30, Luzes da Cidade (1932) de Charles Chaplin; dia 19, pelas 18.30, Mater Dolorosa (1932) de Abel Gance; dia 19, 21.30, A Grande Muralha (1933) de Franc Capra; dia 20, 18.30, Capitão Blood de Michael Curtiz; no mesmo dia às 21.30, de James Whale, Um Beljo Defronte do Espelho (1933); no dia 22, às 18.30, As Duas Feras (1938) de Howard Hawks; à noite, é a vez de Vida Nova (1940) de Michael Curtiz; Hotel do Norte (1938) exhibe-se no dia 23 às 18.30; pelas 21.30 do mesmo dia teremos o Feiticeiro de Oz (1939) de Victor Fleming.
 No Forum Picoas, com sessões às 21.45 e, aos sábados, domingos e feriados às 16, 19 e 21.45, prossegue o Ciclo de Comédia Italiana. Ainda hoje teremos a Mulher do Padre (1970) de Dino Risì, de 19 a 21, O Balle (1983) de Ettore Scola e nos dias 22 e 23, Senhoras e Cavalheiros (1966) de Gastoni Moschin.
 No Carlos Alberto do Porto continua o

Ciclo Rock on Film com sessões todos os dias às 15.30 e 21.30. Hoje, exhibe-se Quadrophenia (1979) de Franc Roddam; nos dias 19 e 20 de Ken Russell, Tommy (1975); nos dias 20 e 21, Stanley Kubrick, exhibe-se Laranja Mecânica (1971).

Revolta dos Marinheiros — exposição em Almada

É um momento heróico da nossa coragem e da nossa solidariedade antifascista: a «Revolta dos Marinheiros», tomada de posição de soldados, sargentos e oficiais do «Dão» e do «Afonso de Albuquerque», que pretendiam reunir-se à Armada Republicana espanhola durante a Guerra Civil.

Há 50 anos. Foi a 8 de Setembro de 1936.

A revolta seria reprimida, alguns morreriam, dezenas de outros foram enviados para o campo de concentração do Tarrafal.
 Quem quiser saber



como foi e quem foram estes heróis da luta antifascista tem agora em Almada uma (imprescindível) exposição bibliográfica e iconográfica, patente na biblioteca da CM de Almada.

«Um olhar sobre a Natureza»

Matilde Nunes, cujas fotos têm tantas vezes aparecido anónimas, como todas, no «Avante!», organizou agora, por iniciativa do MDM, uma exposição que percorre algumas freguesias da cidade. Até sexta-feira na sede da Junta de Freguesia da Anunciada; de

22 a 30 de Setembro na Junta de Freguesia de S. Sebastião.

É outra exposição a merecer destaque. Matilde Nunes é uma mulher e artista do 25 de Abril. A sua câmara está virada para o homem e mulher novos, o trabalho, o amor e a beleza e para a injustiça e a miséria que persistem. Muitos poderão facilmente identificá-la nesta mostra: as suas fotos estão sempre em artigos informais ou revistas, nos folhetos ou nas exposições sobre o 8 de Março, o 1.º de Maio, os salários em atraso, a infância, os idosos...
 Vá «conhecer» a Matilde!

Tempo

Fim de Semana



No Continente e segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica: regime de aguaceiros, mais intensos na região Norte, e céu muito nublado. Vento geralmente fraco.

editorial CAMINHO

O prazer de ter bons livros para ler



Uma Aventura no Estádio

Uma Aventura no Estádio Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada

Mais uma aventura empolgante dos livros da colecção Uma Aventura.

a TV

... E a propaganda continua...

Eu ainda hoje estou para saber qual foi a importância para a vida nacional (ou mesmo, vamos lá, para o panorama político) da reunião da comissão política do PSD. No entanto, estou no direito de me sentir logrado, pois toda a actuação dos serviços informativos levava à convicção de que iam acontecer coisas...

De facto, a reunião foi anunciada com antecedência, como se na RTP tivessem receio de que algum **conselheiro** se esquecesse. A partir daí, em praticamente **todos** os serviços noticiosos foram dadas informações (?) com ou sem imagens, do conclave. Com direito a uma equipa de reportagem estabelecida no local!!!

Para quê? Para dar folclore. As conversas e as gracinhas de A.J. Jardim e de Mota Amaral, a patriarquite balofa do Eurico de Melo, a sorridente esquálida e felina do líder — meu Deus, o que eles gostam de ser líderes! Tinha razão o sábio Quixote: é bom mandar nem que seja num rebanho de cabras...

A informação da RTP mostrou de forma inequívoca a traição de si própria pois se mudou, de informação, em propaganda. Ela está ficando cada vez mais repugnante.

Nos domínios da anedota

E já que estou com a mão na massa dos noticiários, não ficarei desajustado se entrar um pouco pelos domínios da anedota...

A chuva caía em barda ao norte do País. A agricultura não gostou, como é natural. Adivinhavam-se prejuízos de monta e consequências sociais de alguma gravidade.

Então **Telejornal** resolveu ouvir alguém sobre a matéria. Concordei. Alguém que estivesse bem dentro dos problemas agrícolas do Norte do País, que andasse por aí como o peixe na água. Finalmente, pensei eu, **Telejornal** lembrou-se de que existe a CNA, aí vamos ter algum dos seus dirigentes a esclarecer a audiência sobre tão momentoso assunto.

Pois tal não aconteceu. O que aconteceu, leitores e amigos, foi a presença... de quem?...

Da CAP, pois claro, na pessoa do latifundiário Rosa Fernandes...

Ainda aqui se tratou de mera manobra de propaganda. A Televisão quer fazer acreditar aos agricultores que o seu legítimo e único representante é... a CAP!

Daquilo que o Fernandes disse não interessa aqui falar. Foi um chorrilho de banalidades que pareciam retiradas do Borda d'Água. Lamente-se se algum dramaturgo não estava a ver, pois dali se retirava inspiração para um excelente quadro de revista...

Telejornal está mesmo resolvido a CAPar a audiência. Que cada vez está menos pelos ajustes. De facto, a audiência tem diminuído de maneira significativa.

Esta da CAP a falar da agricultura do Norte do País não lembrava nem ao diabo...

Como é? Marx tem ou não tem razão?...

Passemos agora para a **Europa TV** e para o seu noticiário das seis horas.

Não vou ser exaustivo, transcrevendo informações aliás com bastante interesse para o conhecimento da realidade do capitalismo — dentro da «história» segundo a qual Marx está desactualizado, que o capitalismo hoje é diferente, porque torna, porque deixa...

Apenas um pormenor: aumenta no interior do Reino Unido a concorrência dos automóveis japoneses. Uma empresa inglesa para enfrentar essa concorrência só encontrou um processo: poupar na mão-de-obra, despedir trabalhadores. E bumba, de uma assentada foram logo **dez mil...**

A nota informativa esclarece que o desemprego na Inglaterra não faz senão crescer e conhece já situações de ruptura social. No norte do país, a taxa de desemprego atinge os 25 por cento e a nível nacional, 14 por cento...

Resultados imediatos: aumento das tensões sociais, subida em flecha da criminalidade e da doença...

Pois é, Marx enganou-se. O capitalismo agora é outra loiça. Evoluiu, humanizou-se, transformou-se, sofreu uma transplantação celestial.

Como se prova...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Nem a CIA deu segurança a Cavaco Silva

Numa semana de imprensa de que seria possível extrair inúmeras citações interessantes e elucidativas, optámos apenas por dois assuntos de indiscutível relevo político: um, relativo às reacções assustadas positivamente provocadas na direita pela orientação exposta pelo PCP no comício da Festa do Avante!; outro, relativo ao facto de comentadores totalmente insuspeitos de serem «criptocomunistas» (como se diz no léxico reaccionário) terem vindo causticar duramente o encontro, nos EUA, de Cavaco Silva com o director da CIA.

Marcelo assustado

(...)
«Feita a «leitura» atenta da mensagem profética do líder carismático do PCP para a «rentrée» política, importa deixar claro quão importante é esmagar essa estratégia oposicionista.

(...)
Cumprir cerrar fileiras ao lado do Governo do doutor Cavaco Silva contra uma ofensiva que não beneficia a democracia portuguesa, não estabiliza o nosso viver comunitário, não promete um futuro ridente para ninguém.

Cumprir evitar que se confundam as legítimas reivindicações laborais com jogadas políticas telecomandadas pelo PCP e anunciadas na festa do «Avante!».

(...)
Se há quem prefira a solidão da liberdade crítica ao unanimismo fácil perante chefe tido por indiscutível, somos nós. (...) Mas, por isso mesmo, nos encontramos muito à vontade para dizer que, se há momento em que importa garantir ao Governo um apoio claro, manifesto, consciente, é este. Face ao aviso solene do dr. Cunhal.

Por todas as razões concebíveis. Porque vem do dr. Cunhal. Porque é a palavra de ordem estratégica para o PCP. Porque luta laboral não pode ser manipulação comunista. Porque o PCP não deve nunca liderar a oposição ao Governo.

Porque uma alternância salutar no poder passa no futuro por uma queda do PCP e nunca pela sua subida.

Porque este Governo e este Primeiro-Ministro são no momento actual e no futuro próximo, em termos relativos, a melhor solução para Portugal.

Porque o doutor Cavaco Silva merece que se lhe proporcione por muito mais tempo a experiência de governar Portugal.»

Marcelo Rebelo de Sousa, no «Semanário», de 13.9.86

Cavaco enervado e com medo

O Conselho Nacional do PSD, ontem reunido num hotel da capital, foi dominado praticamente pelo discurso de Cavaco Silva que atribui ao PCP a liderança da estratégia de derrube do Governo. Segundo Cavaco, os comunistas vão tentar desgastar o Executivo e o dirigente do PSD prevê «uma tremenda onda de greves desencadeada pela CGTP».

(...)
Segundo Dias Loureiro, Cavaco Silva afirmou que «o PCP

tem na sua cabeça uma estratégia muito clara de arrastar outros partidos da área democrática mesmo se possível o CDS, no sentido do derrube do Governo.

«Esperamos da oposição uma actividade mais aguerrida», terá dito Cavaco Silva, que não se encontrou com os jornalistas. «Pensamos que a oposição recusará o diálogo dando a ideia de que é o Governo que não quer dialogar», terá sido outra afirmação de Cavaco Silva, segundo o qual o PCP «tentará desgastar o Governo e se possível dividir o PSD».

Depois de fazer a previsão de «uma tremenda onda de greves desencadeada pela CGTP, corria de transmissão do PCP», o líder do PSD garantiu que «o Governo continuará a trabalhar sem pensar em eleições».

(...)
«Diário de Notícias» de 15.9.86

Cavaco e as eleições

(...)
As atitudes entretanto manifestadas são, evidentemente, diversas e nem sempre mantidas por muito tempo. Veja-se o Governo. Há alguns meses atrás, começou por sugerir a ideia, lançando um reptó à oposição que, se esta continuasse com a tática das alegadas obstruções, exigiria «ser julgado pelo povo». Este fim-de-semana, pelo contrário, a palavra de ordem passou a ser «governar sem pensar em eleições».

(...)
Nota-editorial do «Diário de Notícias» de 15.9.86

Cavaco e «o amigo americano»

(...)
«Mas a grande inovação introduzida por Cavaco Silva nos hábitos e costumes da diplomacia foi o seu tão publicitado e prolongado encontro com o director da CIA, William Casey (...) Aqui, a intimidade informal das relações luso-americanas terá ultrapassado aquelas normas elementares de bom senso que aconselham a não confundir o exercício de funções tão distintas como as de Chefe de Governo e chefe dos Serviços Secretos. A não ser que a nova vocação da diplomacia portuguesa — que o incansável secretário de Estado da Cooperação, Azevedo Soares, vem ilustrando com as suas maratonas africanas — se resume a uma mera troca de informações, quer no sentido mais comum e lato do termo, quer na sua acepção mais james-bondiana. De qualquer modo, o ange-

lismo diplomático do Governo atingiu no encontro do primeiro-ministro com o director da CIA uma expressão de «naiveté» inédita que se confunde perigosamente com a subserviência de um colonizado terceiro-mundista perante a potência protectora.»

(...)
Vincente Jorge Silva no «Expresso» de 13.9.86

Cavaco e o jantar com a CIA

(...)
Ser-se o primeiro-ministro de Portugal obriga a Portugal.

Ora Portugal não é exactamente uma república que tenha, na sua bandeira, um cacho de bananas, não é precisamente um Estado posto de pé, e mantido, por uma agência de espionagem de um grande e poderoso país.

Comprometido que está, técnica e moralmente, este jantar, há um segundo aspecto que vem agravá-lo.

É a segunda questão a colocar.

E pode pôr-se desta forma: *Se será politicamente vantajoso à imagem de Portugal e à operacionalidade da sua diplomacia, designadamente em África, saber-se que o chefe do Governo português esteve nos Estados Unidos da América do Norte a dialogar, sobre os problemas da África Austral, com o senhor director da CIA.*

É que trocar o chefe do Governo português informações sobre os problemas da África Austral com o director da CIA, ou seja, informações sobre a África do Sul, sobre Angola, sobre Moçambique, constitui, provavelmente, um gesto político de consequências seriamente danosas.

Calcula-se o que possa ser a imagem da CIA em Angola e em Moçambique.

E sabe-se qual é a imagem que Portugal tem de conquistar, e de manter, em África.

Ora o país que se pretende senhor da sua vontade, do seu nariz político, do seu perfil moral, da sua política de paz, claro que pode, e deve, dialogar com Estados de opiniões contrastantes, sobretudo quando esses Estados têm um peso mundial determinante.

Dizemos dialogar Estado a Estado, Executivo a Executivo, diplomacia a diplomacia, e não chefe de governo a serviços de espionagem.

(...)
De tudo isto parece resultar que o senhor primeiro-ministro corre o risco de ter cometido nesta viagem aos Estados Unidos da América do Norte, nesta matéria, três erros.

Primeiro: desprometer o chefe do Governo de Portugal até à categoria de correio involuntário da CIA.

Segundo: reduzir o peso político e moral do Estado português perante os países africanos.

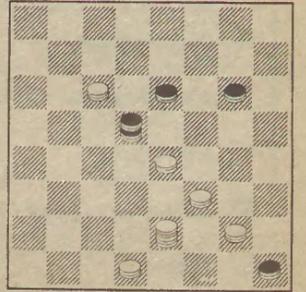
Terceiro: remeter o Palácio das Necessidades para o nível de uma secretaria com varandas sobre uma plantação de bananas.»

(...)
Artur Portela, no «Diário de Notícias» de 15.9.86

Damas

LXIX — 18 de Setembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 69
Por: António Eduardo Igrejas — Lisboa
«Vamos Decifrar» N.º 168/16.VI.1951
Pr.: (1)-(19)-21-22



Br.: (3)-5-(6)-10-14-23
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 69
Almada, 25 de Fevereiro de 1979
Br.: Artur Gomes
Pr.: Medalha da Silva

1. 9-13,21-17; 2. 5-9,25-21; 3. 2-5,22-19; 4. 13-18,21-14; 5. 11-18,24-20; 6. 10-14,19-10; 7. 6-13,17-10; 8. 5-14,23-19; 9. 14-23,28-19; 10. 12-15,20-11; 11. 7-23,27-20; 12. 8-12,32-28; 13. 4-7,28-23; 14. 7-11,23-19; 15. 12-16,31-27; 16. 18-23,27-20; 17. 1-5,19-15; 18. 9-13,15-6; 19. 3-10,20-15; 20. 10-14,15-12; 21. 5-10,30-27; 22. 13-17,29-25; 23. 14-19,12-7; 24. 17-21,16-17; 25. 19-22,27-23; 26. 22-27 Empate.

GOLPE N.º 69
Por: José de Sousa e Castro

(Ocorrido em Oliveira de S. Maria/Famalicão, aos 31.XII.1952, contra Avelino da Cunha Brandão)

1. 10-14,23-19; 2. 14-23,28-19; 3. 5-10,32-28; 4. 1-5,28-23; 5. 9-13,21-18; 6. 13-17,25-21; 7. 5-9,29-25; 8. 10-13,19-14; 9. 2-5? Perdedor! Jogam as Pretas e ganham (Br.: 3-4-5-6-7-8-9-11-12-13-17 Pr.: 14-18-21-22-23-24-25-26-27-30-31 J. P. G.)

SOLUÇÕES DO LXIX

N.º 69 (AEI): 10-13,1-17 (Se: 19-17, 6-10,17-6; 3-19+); 6-19,17-6; 3-26+
Golpe N.º 69 (J de S e C): 9...., 22-19 e 23-20; 11. 17-26,30-21; 12. 11-18, 21-14; 13. 29-15,20-2+

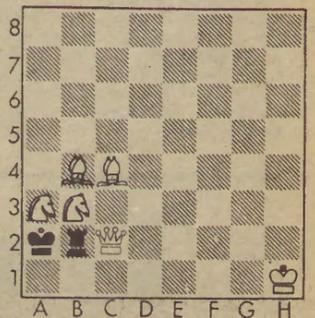
A. de M.M.

Xadrez

LXIX — 18 de Setembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 69
Por: Samuel Loyd
«Baltimore Herald», 1880

Pr.: (2): Tb2-Ra2



Br.: (6): Cs.a3, b3-Bs.b4, c4-Dc2-Rh1
Mate em 2 lances

JOGO N.º 69

Campeonato inglês, Southampton 1986
(1.º, Speelman, Mestel, e Chandler 8 pts.
(em 11); 4.º, King e Flear 7,5 ...)

Br.: Chandler
Pr.: Speelman

1. e4,c6; 2. d4,d5; 3. Cd2,d4; 4. C:e4,Cd7; 5. Bc4,Cg6; 6. Cg5,e6; 7. Dd2,Cb6; 8. Bd3,h6; 9. C5f3,c5; 10. d:c5,B:c5; 11. C:e5,Cb7; 12. Cg3,C:e5; 13. C:e5,0-0; 14. Bd2,Dd5; 15. 0-0,b5; 16. Rh1,Bb7; 17. f4,a6; 18. a3,Taç8; 19. Tad1,Da2; 20. Bc1,Ba8; 21. c4,Ba7; 22. f5,Tf6; 23. c:b5,e:f5; 24. B:f5,Tc5; 25. Bf4,T:b5; 26. Td2,Bb8; 27. Tf6f1,g6; 28. b4,D:a3; 29. Dc4,Tb:e5; 30. B:e5,T:e5; 31. Ted1,T:f5; 32. Dc8+,Rg7; 33. D:b8,Dd3; 34. Td8,B:g2+ e as brancas abandonam, porque bastam 4 lances às pretas para darem mate! Como?

SOLUÇÃO DO D.º 69

Chave: 1. Dh7!

1. ..., Th2+; 2. Dh2 mate
1. ..., Tb3; 2. Db1 mate

Jogo 69: 35. R:g2,Tf2+; 36. Rg1,Td2+; 37. Rh1,Df3+; 38. Rg1,Dg2 mate!

A. de M.M.